

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial

**VULNERABILIDADE SÓCIO-JUVENIL EM RIBEIRÃO DAS
NEVES, MG – 2000.**

Anderson Batista Coelho

Belo Horizonte
2010

Anderson Batista Coelho

**VULNERABILIDADE SÓCIO-JUVENIL EM RIBEIRÃO DAS
NEVES, MG – 2000.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Duval Magalhães Fernandes
Co-orientador: José Flávio Morais Castro

Belo Horizonte
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C672v Coelho, Anderson Batista
Vulnerabilidade sócio-juvenil em Ribeirão das Neves, MG – 2000 /
Anderson Batista Coelho. Belo Horizonte, 2010.
98f.: il.

Orientador: Duval Magalhães Fernandes

Co-orientador: José Flávio Morais Castro

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.

1. Geografia urbana – Ribeirão das Neves (MG). 2. Espaços urbanos. 3. Avaliação de riscos. 4. Vulnerabilidade. 5. Planejamento urbano. 6. Juventude. I. Fernandes, Duval Magalhães. II. Castro, José Flávio Morais. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial. IV. Título.

CDU: 911.3:711

Anderson Batista Coelho

Vulnerabilidade Sócio-juvenil em Ribeirão das Neves, MG – 2000.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre.

Área de Concentração: Análise Espacial

Professor Dr. Duval Magalhães Fernandes (Orientador) – PUC Minas

Professor Dr. José Flavio Morais Castro (co-orientador) – PUC Minas

Professor Dr. Malco Braga Camargos – Instituto Ver

Belo Horizonte, 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a família Coelho Dona Ester, Seu Milton, Alysson, Aline e Bruno pelo Amor e incondicional apoio. A minha companheira, amada e noiva Ana Raquel pela contribuição da revisão ortográfica e paciência, pois tive que ficar muitas vezes ausente durante o desenvolvimento do trabalho. Agradeço aos Professores Duval M. Fernandes e Alexandre Diniz pelo crédito dos projetos em mim confiados e pelos ensinamentos, sou muito orgulhoso tê-los conhecido e grato por comparecerem nas atividades paralelas que efetivamente contribuíram para minha permanência no programa. Agradeço a todos os professores do programa pela forma especial pelo qual me trataram principalmente os Professores José Flávio e Oswaldo Bueno. Aos colegas Járvis Campos, Ricardo Palhares, Luíza Caldeira e Gilmara Horsth por ajudarem e compartilharem momentos de sufoco e também de alegria. A amiga Claudinéia das ciências sócias pelo apoio no início do projeto. À Deputada Gláucia Brandão, Patrícia Zingotti e Vânia Noronha pelo tempo que trabalhamos juntos no projeto do livro “Pensando sobre Políticas de Lazer para Juventude em contextos de vulnerabilidade social”, espero poder trabalhar em muitas outras empreitadas. À Vereadora Neusinha Santos pelo apoio e por acreditar no projeto. Obrigado a todas as figuras de Ribeirão das Neves como: o diretor Weberson da Escola Estadual Henrique de Souza Filho, aos(as) professores(as) Vanda, Marcos, Rangel, Luciano, Lindolfo e Nilo e muitos outros pelo apoio desde o início. Ao meu amigo e companheiro de trabalho Humberto Braga por dispor de tempo para rodar Ribeirão das Neves comigo. Aos companheiros de estrada Mauro Rodrigues (pelo apoio no capítulo sobre juventude) e Alessandro Seara por ser uma enciclopédia ambulante e me fazer rir em momentos que deveria... Muito obrigado a Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves pelo acolhimento e disposição em fornecer os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, ao meu amigo e irmão Alisson Guimarães por ter sempre me ajudado a segurar a moral e a serenidade em resolver os problemas que a vida nos impõe. A todos aqueles que de alguma forma fizeram tornar esse sonho possível.

“Seja a mudança que você quer ver no mundo”

Dalai Lama

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi elaborar um Mapa do Índice de Vulnerabilidade Sócio-Juvenil de Ribeirão das Neves/MG – 2000 que pudesse ser utilizado como instrumento capaz de diagnosticar e mapear as áreas consideradas vulneráveis no âmbito social. Na construção do índice foram utilizados variáveis do censo demográfico de 2000 do IBGE, por setor censitário. Com estas variáveis foram construídos três índices que buscaram considerar aspectos relevantes da manifestação de risco e pobreza urbana. Os índices estruturados foram: Condição do domicílio, condição de saneamento, condição social do responsável pelo domicílio. O índice final foi produto do agrupamento de todos índices mencionados, possibilitando a avaliação do Mapa. O debate acerca da juventude (15 a 24 anos) se insere a partir da discussão sobre a efetividade dos valores de oportunidades oferecidos pelos setores Estado e Empresas para esse público. Para ilustrar tal debate, o índice final de vulnerabilidade social foi ponderado pelo público jovem residente da cidade de Ribeirão das Neves no ano 2000. Para uma caracterização mais detalhada utilizou-se a divisão dos bairros de Ribeirão das Neves sobre o mapa de setor censitário. Através dessa junção pôde-se constatar e apontar detalhadamente as áreas que indicavam índices de vulnerabilidade extrema.

Palavras-chave: Geografia Urbana. Espaço Urbano. Riscos. Vulnerabilidade. Planejamento Urbano. Juventude.

ABSTRACT

The aim of this study was to create a map Vulnerability Index Partner juvenile of Ribeirão das Neves / MG - 2000 that could be used as an instrument to diagnose and map the areas considered vulnerable in our society. In constructing the index variables were used in 2000 census of the IBGE census tract. With these variables were constructed three indexes which sought to consider relevant aspects of the manifestation of risk and urban poverty. The indexes were structured: Condition of residence, sanitation conditions, social status of the household head. The final index was the product of the grouping of all indices mentioned, allowing the evaluation of the map. The debate about youth (15 to 24 years) falls from the discussion about the effectiveness of the values of opportunity offered by the state and business sectors to the public. To illustrate this discussion, the final index of social vulnerability was weighted by young people living in Ribeirão das Neves in 2000. For a more detailed characterization was used to divide the districts of Ribeirão das Neves on the map of census tract. Through this joint could be verified in detail and point out areas that indicated rates of extreme vulnerability.

Keyword: Urban Geography. Urban Place. Vulnerability. Risks. Urban Planning. Youth.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH.....	10
Figura 2 – Regionais Administrativas de Ribeirão das Neves	12
Figura 3- Mapa da RMBH – Divisão Espacial, Segundo os Vetores de Expansão - Metropolitana – 2008	13
Figura 4 – Evolução Temporal Da Concepção De Pobreza.....	22
Figura 5 – Gráfico - Taxa de Jovens Matriculados No Ano 2000 – Censo, IBGE.	29
Figura 6 – Quadro de Belo Horizonte, RRMBH, RMBH – População e Taxa Geométrica de Crescimento (1940-2000).....	40
Figura 7 – Mapas da Malha Urbana do Município de Belo Horizonte	41
Figura 8 - Tabela da RMBH - Imigrantes Interestaduais e Intraestaduais (1986-1991 e 1995-2000).	45
Figura 9. Rua José Maria Alkimim	46
Figura 10. Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) - 1940	47
Figura 11. Vista parcial de Ribeirão das Neves na década e 1940.....	48
Figura 12. PAN – 1938	48
Figura 13. Transporte Público - 1956.....	50
Figura 14. Transporte público - 1958	49
Figura 15. 1º Uma das primeiras Jardineiras de Neves - Década de 1940.....	50
Figura 16. Um dos primeiros caminhões de Ribeirão das Neves que fazia o transporte de lenha para Belo Horizonte em 1948.	51
Figura 17. Festa da Padroeira de Nossa Senhora das Neves – 1955.	51
Figura 18. Benção da Pedra Fundamental para Construção da Sede da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) - 1964.....	52
Figura 19. Portaria da Cidade dos Meninos da SSVP.	53
Figura 20. Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira - 2010	54
Figura 21. Barracas de famílias de detentos -2010.....	54
Figura 22 – Quadro da População Carcerária de Ribeirão das Neves – 2007.....	55
Figura 23. Propaganda mobiliária – 2010.....	56
Figura 24. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social de Ribeirão das Neves/MG.....	62
Figura 25. Típica Rua de Ribeirão das Neves / bairro San Genaro.....	64
Figura 26. Mapa do Índice de Vulnerabilidade com a ponderação de jovens de 15 a 24 anos – Ribeirão das Neves/MG.....	65

Figura 27. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social Juvenil – Região Veneza, Ribeirão das Neves/ MG.	66
Figura 28 – Vista do campo do alto Veneza. Bairro Veneza ... Erro! Indicador não definido.	
Figura 29. BR-040 trevo do bairro Liberdade.....	69
Figura 30. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Sócio Juvenil – Região Central Ribeirão da Neves/MG.....	71
Figura 31. Bairro Santinho.....	72
Figura 32. Portaria da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves.	73
Figura 33. Portaria da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves.....	73
Figura 34. Vista da área Central de Ribeirão das Neves.	74
Figura 35. Estádio Municipal Airton de Oliveira ao fundo a Estação de Tratamento de Esgoto.....	74
Figura 36. Portaria da Penitenciária Agrícola de Neves.....	75
Figura 37. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Sócio Juvenil – Região de Justinópolis, setor sul, Ribeirão das Neves, MG.	75
Figura 38. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Sócio Juvenil – Região de Justinópolis setor norte, Ribeirão das Neves, MG.	77
Figura 39. Corregão do Botafogo/Labanca.....	79
Figura 40. Vista da Praça Mauá e da Paróquia da Rainha da Paz no Bairro Botafogo..	80
Figura 41. Centro Comercial do Bairro Urca (Núcleo Terciário)	80
Figura 42. Vila Braúnas – Rua Flamengo com Rua Tijuca.....	81

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivo	15
1.2 Justificativa	16
1.3 Estrutura do Trabalho	17
2. REVISÃO DA LITERATURA	18
2.1 Vulnerabilidade e Risco	18
2.2 Vulnerabilidade e o potencial de abranger diversos focos.....	20
2.3 Vulnerabilidade Socioeconômica	21
2.4 Vulnerabilidade Sócio-juvenil	28
3. A EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE E DA RMBH A PARTIR DOS ANOS 40: PERIFERIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO E A DEFICIÊNCIA DO PLANEJAMENTO.....	35
4. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO URBANA DE RIBEIRÃO DAS NEVES.....	46
5. CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SÓCIO JUVENIL DE RIBEIRÃO DAS NEVES.....	58
5.1 Bases de Dados	58
5.2 Metodologia.....	58
6. RESULTADOS NOS MAPAS: ANÁLISE FINAL	63
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	91

Historicamente, na sede do município de Ribeirão das Neves predominam as atividades ligadas ao comércio e serviços, voltadas para a penitenciária agrícola inaugurada em 1937. Esta situação fez com que o conceito de “cidade presídio” estivesse sempre vinculado ao município. Segundo Souza (2008), a escolha da cidade para implantação do presídio se deu por conta de ser um local não muito próximo da capital do Estado de forma a não comprometê-la, nem tão longe que o presídio não pudesse ser utilizado.

Na década de 1960, a abertura de novo presídio influenciou negativamente o mercado imobiliário local contribuindo para a desvalorização das terras. Em contraponto á situação da sede municipal, o distrito de Justinópolis, mais próximo de Belo Horizonte, passou por um processo de conurbação com a capital do Estado.

Agrega-se o baixo preço da terra² e a quase falta de exigência do poder municipal em relação às responsabilidades dos empreendedores no que tange à construção de infra-estrutura nos parcelamento das terras. O resultado final foi à transformação do comércio de lotes e terrenos na atividade econômica mais viável para os proprietários rurais locais. Contudo, é importante ressaltar que quanto mais próximo do limite com o município de Belo Horizonte, menos produtividade agrícola se encontrava fato que, influenciou nos valores dos loteamentos.

No período de 1969 a 1971, 54% dos loteamentos aprovados na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) estavam nas cidades de Ribeirão das Neves e de Ibirité. Do total de loteamentos aprovados na primeira cidade entre 1949 e 2005³, 83% deles foram implantados depois de 1975.

Dentre as "facilidades" oferecidas pelo poder municipal local incluíam a reserva de somente 3% a 5% da área para uso institucional⁴ e a não regulamentação de áreas para praças e parques. A falta de infra-estrutura nos parcelamentos como calçamento das ruas, esgoto, água, etc., favoreciam a oferta de lotes a preços baixos que atraíam parcela considerável de pessoas de baixa renda. Do mesmo modo, as condições de financiamento oferecidas, eram acessíveis a pessoas de baixa renda.

² A baixa produtividade da terra não permitia que o município tivesse o papel de abastecedor da capital do Estado.

³ Entre 1949 e 2005 foram aprovados na cidade de Ribeirão das Neves 71.225 lotes, sendo 47.270 na sede do município e 23.955 em Justinópolis.

⁴ A Legislação Federal indica o uso de 35% da área parcelada para uso institucional e público.

Assim, a expansão urbana que expulsava a população mais carente das áreas dinâmicas do aglomerado urbano contribuía para gerar clientes em potencial para as terras ofertadas em Ribeirão das Neves.

A Prefeitura de Ribeirão das Neves divide a administração do Município em três Regionais, sendo, Central (porção central até o norte na divisa com o Município de Pedro Leopoldo), Justinópolis (porção leste na divisa com Belo Horizonte e Vespasiano) e Veneza (porção oeste na divisa com o Município de Esmeraldas).

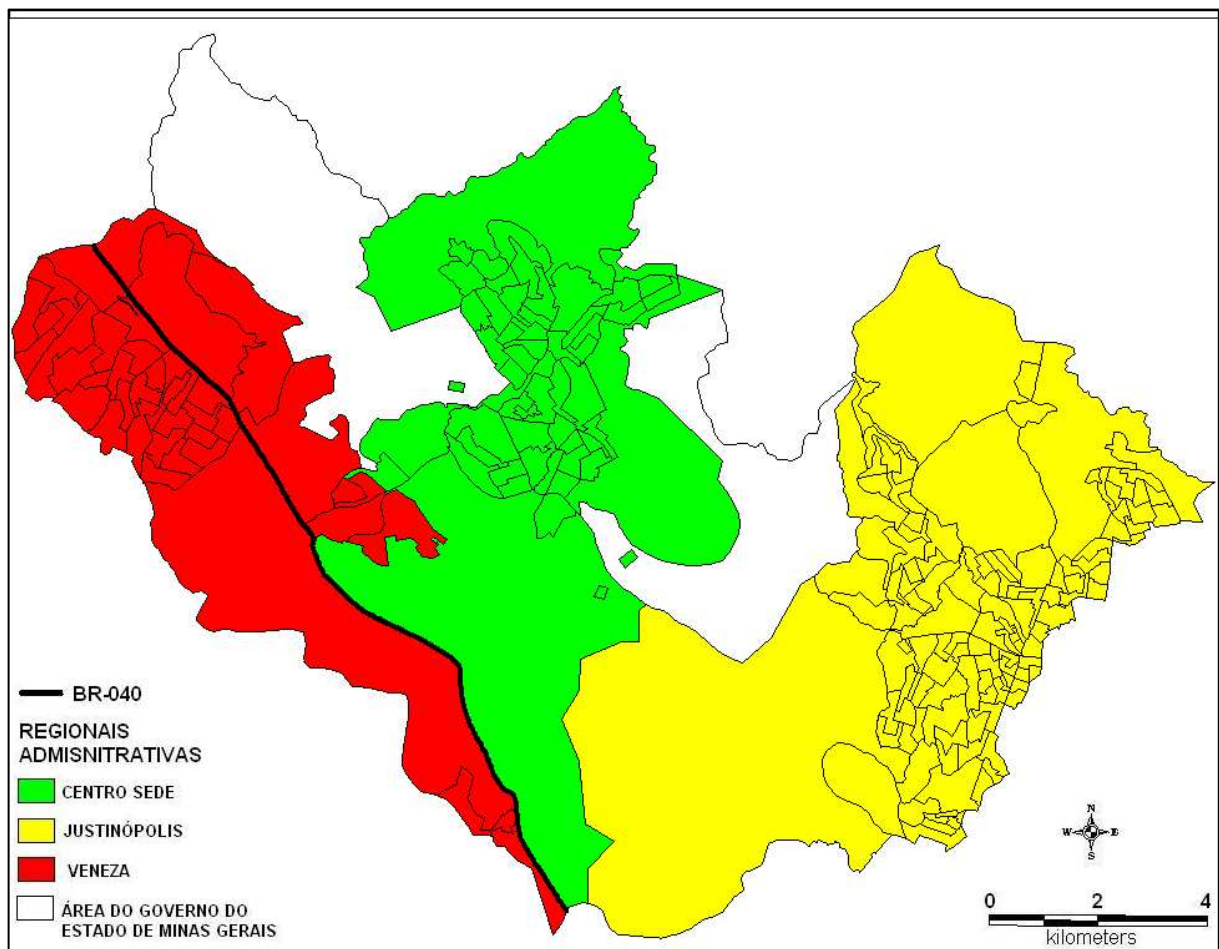


Figura 2 – REGIONAIS ADMINISTRATIVAS DE RIBEIRÃO DAS NEVES
Fonte: Secretaria de Planejamento Urbano de Ribeirão das Neves / MG. Organização: Lab. Geodemografia/ PPGGTIE – PUC Minas, 1º sem 2010 - COELHO, A. B.

Em 2009, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE estimou a população de Ribeirão das Neves em 349.306 habitantes, ocupando a 4ª posição populacional dentre os 34 municípios que compõem a RMBH. Na década de 1970, a posição ocupada pela cidade era de 17º lugar frente ao conjunto dos municípios da RMBH. Esta

rápida mudança de posição teve como causa provável o acelerado crescimento populacional que, entre 1970 e 1980, chegou à taxa média geométrica anual de 21,36%, a maior da região.

Outro aspecto instigante sobre o municio de Ribeirão das Neves é o fato que na última década, o Vetor Norte Central da RMBH⁵, como indicado no Mapa da figura 1, foi o que apresentou maior dinâmica demográfica (SOUZA, 2008). É neste vetor que se encontra o Município de Ribeirão das Neves.



Figura 3- MAPA DA RMBH – DIVISÃO ESPACIAL, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO - METROPOLITANA – 2008

Fonte: Souza - 2008

Esta dinâmica populacional tem características distintas daquelas observadas para os outros municípios da RMBH e está ligada a aspectos relacionados à posição econômica e social do município frente às outras cidades da Região.

⁵ O Vetor Norte Central da RMBH é composto pelos municípios de Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa e Ribeirão das Neves.

Quanto à ocupação, os dados do censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE mostram que 22,7% da população economicamente ativa de Ribeirão das Neves estava desocupada enquanto que, para o mesmo período, na RMBH a taxa era de 18,7%.

A economia local tem pequena participação na produção da RMBH. Segundo dados do IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA) 2000, mais de 40% do PIB metropolitano foi produzido em Belo Horizonte, o que permite classificar a capital mineira como o município mais rico da RMBH, seguida de Betim e Contagem. Esses três municípios produziram, conjuntamente, praticamente 84% da produção interna da RMBH naquele ano. Em contrapartida, a produção de Ribeirão das Neves correspondeu, naquele período, a apenas 1,61% do PIB regional.

O processo de exclusão social da população é refletido não só nos indicadores econômicos, mas também nos sociais mais amplos como o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH. O IDH apurado para a cidade, em 2000, foi de 0,749 o que coloca Ribeirão das Neves em 15º lugar no quadro deste índice para os municípios da RMBH. Nível próximo ao IDH observado para o Azerbaijão (0,746).

Os condicionantes de ocupação da cidade remetem a reflexões sobre a forma pelo qual se efetiva a aplicação das políticas públicas de combate a ocupação urbana desordenada nas cidades metropolitanas do Brasil.

Ribeirão das Neves em 2009, segundo o IBGE tinha uma população de 65.161 jovens de 15 a 24 anos, isso corresponde a 18,6% da população do município, valor este acima do patamar do Estado de Minas que corresponde a 17,5% de jovens. Uma parcela de quase 20% da população jovem em Ribeirão das Neves assegura um patamar considerável de estudo para possíveis reflexões sobre futuras intervenções (sociais e culturais) que ela poderá provocar.

A juventude também se insere no trabalho e protagoniza a discussão apontando como umas das principais “questões sociais” do mundo contemporâneo. Como os idosos, as crianças e mulheres já foram contempladas com políticas públicas, por exemplo, a juventude, nos últimos anos, também veio ganhando espaço na pauta dos governos. O tema juventude pode aparecer com duas abordagens que problematizarão o desenvolvimento deste trabalho. A primeira característica é de “grupo problema”, conceito imediato que se volta aos jovens relacionados à delinquência, o comportamento de risco e vulnerabilidade, o processo de marginalização entre outros. A segunda característica consiste na parcela da população que

atravessa uma fase transitória para a vida adulta. A imagem de um “grupo problema” pode e corre o risco de conceber uma idéia de juventude de modo reducionista, contudo, o objetivo é chamar atenção para um debate, no que diz respeito aos processos que levaram determinado grupo a ganhar certo “rótulo”. Sendo a juventude uma fase fundamental para o crescimento crítico, intelectual e cultural do indivíduo, pergunta-se: até que ponto o espaço e ambiente que o jovem habita podem influenciar no seu desenvolvimento?

Uma fase de transição para a vida adulta requer um suporte pelo qual todos os cidadãos por direito deveriam possuir. Habitação e educação adequada são uns dos pilares que se inserem nesse eixo de preparação para o limiar da vida no mercado competitivo de trabalho. Pretende-se contribuir com uma alternativa metodológica que, a partir das bibliografias levantadas e do direcionamento das discussões, levará a formação de um índice que contemple a Vulnerabilidade Sócio-juvenil inscrita no município de Ribeirão das Neves no ano de 2000.

1.1 Objetivo

Nesse estudo será analisado o caso específico do Município de Ribeirão das Neves/MG. O objetivo principal é elaborar o Mapa do Índice de Vulnerabilidade Sócio-Juvenil – 2000 por meio de uso de informações do Censo 2000 do IBGE, em nível de setores censitários e reconstruindo os bairros da cidade. Pretende-se criar um instrumento capaz de diagnosticar e apontar as áreas consideradas vulneráveis sob a ótica do município. Outro ponto a ser abordado se remete ao histórico de ocupação do município de Ribeirão das Neves e principalmente, no que diz respeito às instalações das penitenciárias, que se iniciam na década de 1930. Tal fato faz com que o estigma da região presídio a acompanhe até os dias de hoje. O município se destaca também entre aqueles de maior ritmo de crescimento populacional da RMBH.

O arcabouço teórico leva consigo o destaque da vulnerabilidade social. A ponderação dos jovens de 15 a 24 anos formará o mapa de vulnerabilidade sócio-juvenil que, trará a discussão do papel social da juventude no contexto da prática da cidadania.

Pretende-se também,

- a) Verificar o histórico de ocupação urbana do Município de Ribeirão das Neves e o seu crescimento populacional, principalmente em caráter intrametropolitano;
- b) Levantar uma discussão sobre vulnerabilidade, com ênfase da situação dos jovens;
- c) Elaborar e discutir uma metodologia para a formação de um Índice de Vulnerabilidade Sócio-juvenil;
- d) Agregar a espacialização dos setores censitários ao mapa com os principais bairros do município de Ribeirão das Neves;
- e) Conjugar a disposição do mapa dos Setores Censitário com o mapa dos bairros do município de Neves para, assim, extrair uma análise espacial mais detalhada e didática.

1.2 Justificativa

O desafio desta pesquisa consiste em associar o histórico de ocupação urbana, vulnerabilidade social e juventude. Um trabalho dessa natureza se inscreve como questão social no mundo contemporâneo, o qual se atribui a discussão do papel do jovem na consolidação e na busca por direitos e, isso implica numa formação democrática amparada pelo valor de cidadania. A relevância desse estudo se fomenta na busca do conceito de risco e vulnerabilidade social, um retrato das mazelas urbanas que a população jovem vem atravessando nos últimos tempos. A juventude traz consigo uma perspectiva de descontentamento com o espaço vivido, atribuído pela deficiência de políticas públicas de infra-estrutura urbana e social. O problema da evasão e do abandono escolar é um reflexo disso, principalmente quando se refere à faixa etária dos 15 a 17 anos. São 22,12% dos adolescentes no ano 2000 dessa faixa etária ausentes da escola em Ribeirão das Neves, ao passo que, na capital Belo Horizonte são 13,22%, e em Vespasiano, município vizinho apresenta 13,39%. Isso mostra que o abandono escolar em Ribeirão das Neves se concentra na faixa dos 15 a 17 anos (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000, apud, INSTITUTO VER, 2007).

1.3 Estrutura do Trabalho

Este trabalho será estruturado em 5 (cinco) capítulos.

O primeiro capítulo explanará a vulnerabilidade à luz das diferentes abordagens históricas existentes, complementadas pelas visões e pesquisas mais recentes. Inicialmente, este capítulo abrirá uma discussão teórico-conceitual descrevendo os caminhos pelos quais se construiu o conceito de “vulnerabilidade social no trabalho”.

O segundo capítulo abordará o processo de expansão urbana da região metropolitana de Belo Horizonte, começando dos anos 50 até os anos 70, período em que foi instituída, pelo governo Federal, a RMBH e, de 80 até os dias atuais. Em função do processo de expansão urbana da RMBH ser produto de medidas de políticas públicas adotadas em décadas anteriores, acrescentando ainda às falhas no planejamento urbano e à implementação de medidas governamentais por parte do poder público.

O breve histórico da ocupação e processo de urbanização da cidade de Ribeirão das Neves será mostrado no terceiro capítulo. A importância desse capítulo se dá pela forma heterogênea que o município comporá o espaço, ou seja, como cada uma das regiões (três) teve sua própria história de ocupação e crescimento urbano com diferentes perspectivas e influências.

O quarto capítulo inicia-se indicando às informações sobre as fontes de dados utilizados: os Censos Demográficos de 2000 e o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Por fim, será exposta a metodologia utilizada para a construção do Índice de Vulnerabilidade Sócio Juvenil do Município de Ribeirão das Neves.

O quinto e último capítulo poder-se-á analisar passo a passo à ligação feita através do arcabouço teórico construído e discutida na parte anterior e, como se comportou o produto final, com o diferencial da junção entre a base de dados do IBGE através dos Setores Censitários e dos bairros através da base fornecida pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves. Acredita-se que, com a junção das duas bases poderá ser observado diferenças consideráveis de níveis em um mesmo bairro.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Vulnerabilidade e Risco

Pretende-se analisar a evolução histórica do conceito de vulnerabilidade sob diversas perspectivas. Para tanto, o texto analisará esse processo através da contribuição de vários pesquisadores do tema no estudo das ciências afins. Prioritariamente, será contemplada nessa discussão, a concepção social e econômica da vulnerabilidade, a partir das bibliografias levantadas.

É inegável que, “vulnerabilidade e risco” ainda são temas que necessitam de um arcabouço teórico e uma discussão epistemológica maior. Essa afirmação se faz presente diante a complexidade e os desafios que permanecerão durante a construção desse capítulo. Contudo, por ser um tema relativamente novo nos anais e periódicos acadêmicos, os trabalhos relacionados conseguiram transmitir de forma simples e objetiva a evolução histórica do pensar *a priori* “o risco” e, logo depois, já com outra roupagem e leitura a concepção de vulnerabilidade.

Destaca-se então, como já citada a “vulnerabilidade”, conceitualmente pensada, ainda em seus primeiros entendimentos, como uma complementação ao conceito de risco.

Para Hogan e Marandola (2005) a vulnerabilidade teve suas primeiras aparições sob a ótica do risco em uma dimensão ambiental, sendo que, tempos depois, foi abordada e estudada num contexto socioeconômico.

Nesse sentido, Hogan e Marandola (2005) lembram que os primeiros estudos científicos envolvendo o conceito de risco remetem à “(...) uma forte orientação objetivista (empiricista-realista), tendo como pressuposto o entendimento da realidade como um dado, ou seja, passível de mensuração” (HOGAN; MARANDOLA, 2005, p. 30)

Acredita-se que os geógrafos foram os primeiros a desenvolver trabalhos acerca do conceito de risco e vulnerabilidade. Muitos estudos trabalharam com o potencial de risco como, por exemplo, os de enchentes, terremotos, *tsunamis*, erupções vulcânicas etc. Os riscos ambientais se mostravam mais visíveis e emergenciais aos olhos de uma época (década de 50

e 60) quando predominava uma corrente empirista, onde, o experimental e o visível ganhavam mais valor e incentivo nas pesquisas da época.

Destacam-se, pois, os trabalhos de Robert W. Kates, *Risk assessment of environmental hazards* (KATES, 1978) e de Anne White e Ian Burton, *Environmental risk assessment* (WHITE; BURTON, 1980), ambos no contexto do *Scientific Committee on Problems of the Environment (Scope)*, importante organização científica que contribuiu muito nos estudos sobre as relações do homem com seu ambiente, principalmente nos anos 70 e 80.

O perigo, inserido em um contexto de planejamento, era visto por tais estudiosos como um fenômeno “causador” de risco, que, por sua vez, era a possibilidade deste dado fenômeno ocorrer em determinado local, trazendo danos e expondo a população. Isso é mais bem explicitado no texto seguinte de Hogan e Marandola, 2005:

Em vez de se utilizar o impacto como abordagem, imperava uma preocupação prognóstica que reclamava a minimização da incerteza, ou seja, a mensuração das probabilidades de os perigos acontecerem era fundamental para diminuir a ocorrência e a intensidade dos desastres. (MARANDOLA; HOGAN, 2005, p. 32).

Constata-se que os primeiros estudos de riscos ambientais (naturais) se preocupavam diretamente com prognósticos que não mediam as verdadeiras proporções dos desastres. Nesta conjuntura, a vulnerabilidade era então entendida como uma idéia oculta à noção de capacidade de resposta. Ian Burton, Robert W. Kates e Gilbert F. White, citados por Marandola e Hogan concluíram: ⁶A resposta aos desastres estão relacionadas à percepção dos próprios fenômenos, ou seja, aproveitar as oportunidades para fazer os ajustes necessários. (BURTON; KATES; WHITE, 1978, apud, HOGAN; MARANDOLA, 2005, p. 32).

A percepção do risco tornou-se, portanto, essencial para o retorno que a população dará ao perigo. A partir daí é possível listar ações emergenciais, como assim fazem os autores acima citados, planejando as adaptações de médio e longo prazo, ou seja, as mudanças nas políticas públicas e na gestão de uma comunidade diminuindo o risco e a vulnerabilidade. Há também as adaptações biológicas e culturais que se dão através do decorrer da história com o aperfeiçoamento do ser humano às realidades naturais do lugar onde vivem.

⁶ (...) *Response to hazards is related both to perception of the phenomena themselves and to awareness of opportunities to make adjustment* (BURTON; KATES; WHITE, 1978, apud, MARANDOLA; HOGAN, 2005, p. 32).

Isso é notório quando se observa os desastres ambientais ocorridos nos últimos tempos. A detenção de tecnologia e até mesmo de capital trouxe para determinada sociedade uma situação privilegiada diante de alguns acontecimentos. Pode-se comparar, por exemplo, um terremoto no Haiti (janeiro de 2010) e outro no Japão (março de 2005). Mesmo com uma população infinitamente maior, os japoneses já aprenderam e aperfeiçoaram uma boa estrutura de engenharia e de treinamento para responder a tais imprevistos ambientais. Por outro lado, o Haiti, com uma série de problemas econômicos e sociais, se vê impotente e despreparado diante uma situação de desastre ambiental de grande proporção. Enquanto um terremoto no Japão de magnitude 7 mata 1 pessoa e fere 60, no Haiti foram aproximadamente 200 mil óbitos com 300 mil feridos.

Remete-se então a outro conceito expressivo, originalmente utilizado pela Física, que é a “*absorptive capacity*” (capacidade de absorção). Segundo Burton, Kates e White (apud HOGAN; MARANDOLA, 2005) como os perigos são eventos naturais que atingem diretamente os sistemas de uso humano, as respostas têm de envolver aspectos tanto da vida econômica e social como dos sistemas naturais.

Nota-se que, apesar dos desastres ambientais de grande proporção que ocorreram nos últimos tempos, as preocupações quanto aos perigos naturais já vinham com uma tendência de diminuição. Isso porque os debates trouxeram a tona outra questão que na verdade, já caminhava às sombras daquela: a “questão social”. A partir deste ponto o enfoque do valor ao risco também ganha outras roupagens, pois, nesse campo fica evidente a interpretação pessoal do pesquisador sobre determinados fatos, o que pode levar a uma investigação tendenciosa.

A seguir irá se descrever o potencial que a vulnerabilidade possui em seus diversos focos de observação.

2.2 Vulnerabilidade e o potencial de abranger diversos focos

Embora a vulnerabilidade já tivesse destaque naqueles primeiros estudos sobre riscos, certamente ganhou maior atenção no fim da década de 80 e nos anos 90 na academia geográfica.

O engajamento político e ideológico de uma geração fez surgir, nas palavras de Marandola e Hogan, “uma sucessão de conceitos que funcionaram como *idée-force* no tratamento das desigualdades provenientes do modelo perverso do sistema e da sociedade capitalista” (HOGAN; MARANDOLA 2006, p. 26).

A partir desses debates a vulnerabilidade passa a ser estudada em três focos – social, tecnológico e ambiental – e sua importância cresce gradativamente. A natureza e os elementos constitutivos da vulnerabilidade passam a ser discutidos como um ponto relevante, pois com essas novas perspectivas de estudos, a demanda passa a analisar se a vulnerabilidade é causada pelos problemas ambientais ou socioeconômicos.

Brookfield (1999) externou essa preocupação, o qual, enquanto alguns fenômenos têm suas causas facilmente identificadas (como as bombas atômicas – oriundas da ação humana), outros são mais complexos, tendo-se de atribuir pesos iguais às causas naturais e humanas. Brookfield (1999) afirma ainda, ser freqüente a aferição de causas de maneira apressada, estabelecendo-se relações de causa - efeito de forma simplista, não raro sub-valorizando se os fatores ambientais.

A vulnerabilidade é, portanto, o conceito “da vez”, com possibilidade de “(...) acercamientos más dinámicos, bajo los cuales resulta factible anticipar riesgos de daños o de anquilosamiento así como – en la acera opuesta – potencialidades de reforzamiento o adaptación.” (RODRÍGUEZ, 2000, p. 14).

A seguir será analisada a vulnerabilidade em seu caráter socioeconômico considerando suas ramificações sócio-demográficas. Logo, se desdobrarão os caminhos pelos quais transcorreram os esforços para definir a construção social da vulnerabilidade e, também, para compreender seus fatores culturais, econômicos, políticos e sociais.

2.3 Vulnerabilidade Socioeconômica

O objetivo aqui é trazer elementos que melhor representem a questão da vulnerabilidade socioeconômica e a construção das concepções de pobreza e exclusão social, desde o fim do século XIX e durante o século XX. A pobreza e a exclusão social foram temas que antecederam os estudos do que aqui se define vulnerabilidade socioeconômica.

Por esse ângulo, pode-se sugerir que a vulnerabilidade socioeconômica está associada às desvantagens sociais que produz e, ao mesmo tempo, como um reflexo a caracterizar um produto da pobreza. Contudo, não se pode ignorar que a pobreza é uma abordagem mais antiga que a vulnerabilidade e o risco. Diferentes levantamentos direcionaram a identificação de quem é pobre, a partir de diversas formas de concepção e mensuração (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 26). Bronzo (2005) construiu um pequeno esquema e traçou uma linha temporal atribuindo a evolução da concepção e identificação da pobreza.

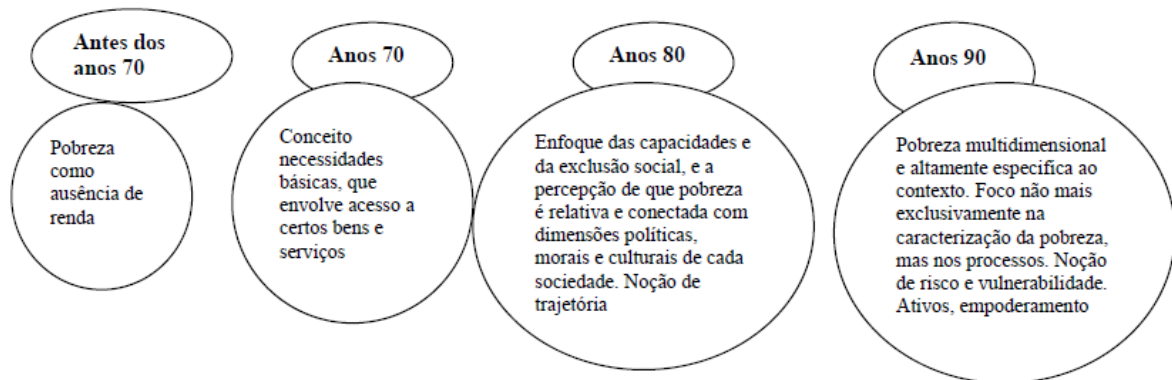


Figura 4 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DA CONCEPÇÃO DE POBREZA

Fonte: Bronzo, 2005, p. 36

A renda foi o enfoque dominante na produção científica sobre pobreza antes dos anos 70. A renda e o consumo de indivíduos eram as informações básicas tanto para a concepção quanto para a mensuração da pobreza. Assim, especificamente neste caso, “pobres são aqueles que não alcançam um nível de renda suficiente para satisfazer as necessidades, absolutas ou relativamente estabelecidas, de sobrevivência.” (BRONZO, 2005, p.37) O entendimento da pobreza se fundamenta neste tempo em ausência de recursos monetários, de não realização de capacidades, como necessidades básicas insatisfeitas.

Segundo Bronzo (2005), Charles Booth e Seebhom Rowntree, no final do século XIX, seriam os pioneiros nos estudos de mensuração da pobreza, precursores dos pesquisadores voltados para quantificação e análise do tema da pobreza. Booth e Rowntree dividem um entendimento de pobreza como algo bem perceptível e acreditavam na capacidade da ciência de propor e criar ações que possam ser aplicadas para a sua redução, baseadas na objetividade

dos dados obtidos (LADERCHI, 2003, p. 6 e 9). Contudo, Booth atribuindo um foco mais qualitativo, definia a pobreza a partir da visão de agentes locais, localizando-a espacialmente, a cartografia também se insere trazendo o produto final, de forma semelhante ao que se faz hoje - com as devidas diferenças, sobretudo, pelo avanço das estatísticas e da tecnologia. De forma distinta, Rowntree focalizou medidas estatísticas, colocando como prioridade a coleta extensa de dados com objetivo de definir a diferença entre os pobres e os não pobres. Segundo Bronzo (2005) “essa perspectiva dominou durante muito tempo e de forma quase absoluta, o campo de estudos da economia”. Esses estudos seminais, desenvolvidos no fim do século XIX, ainda inspiram, de forma dominante, os estudos realizados sobre o tema da pobreza no século XXI. Por fim, a pobreza sob uma ótica monetária vem diretamente dessa abordagem pioneira de Rowntree. (BRONZO, 2005, p. 38)

Nos anos 70 surgem críticas quanto à insuficiência do foco monetário para caracterizar o fenômeno da pobreza e afirmam a existência de variáveis não monetárias. As necessidades básicas anos 1970 e 1980 ganham destaque na América Latina que, segundo Bronzo (2005), centram agora na identificação de déficits e níveis de carência que condicionam a pobreza.

Segundo Bronzo:

(...) são pobres as pessoas que não têm suas necessidades básicas satisfeitas, cujo consumo de bens e serviços não atinge o mínimo considerado necessário. As variáveis identificadas não são padronizadas ou estabelecidas *a priori* de forma não contextualizada, mas geralmente abrangem um grande leque de possibilidades: acesso aos serviços básicos (educação, saúde, habitação, transporte etc.), o que é mais comum, variáveis relacionadas a processos de natureza psico-social (participação, auto-estima, autonomia, capacidades etc.), em uma versão ampliada da noção de necessidades, mais próxima da ótica das capacidades. (BRONZO, 2005, p. 41)

As necessidades, neste contexto, inserem, claramente, o relativismo que existe na formação e mensuração da pobreza: as necessidades são relativas a tempos e espaços e referidas aos padrões vigentes em cada sociedade.

Através das críticas às limitações da renda e das necessidades básicas, a partir dos anos 80, novos enfoques sobre o tema da pobreza emergiram no debate.

A concepção de exclusão social emerge trazendo outro olhar sobre a pobreza, a qual se ressaltava a presença de aspectos subjetivos, relativos a valores, identidade, crenças e comportamentos, apontando para a dimensão relacional presente na produção e reprodução da pobreza. (BRONZO, 2005, p. 44)

A idéia basal ao termo exclusão é bem antiga e se constituiu do próprio objeto das ciências sociais. Porém, segundo Bronzo (2005), esse termo é um dos mais controvertidos no debate atual sobre pobreza. Sem contornos claros, com fronteiras amplas e ambíguas, o conceito é abordado diferentemente por diversas tradições disciplinares e enfoques.

Silver (2005) comenta relacionando diferentes visões sobre a exclusão com contextos e tradições políticas e intelectuais distintos. Conclui que, boa parte da ambigüidade do conceito decorre, a partir dessa leitura, de diferentes visões que cada sociedade tem sobre a natureza da ordem social e da relação entre indivíduo e sociedade, bem como do papel do Estado nesses processos. Portanto, o conceito de exclusão em sua amplitude não se deve apenas à multiplicidade de referenciais empíricos capazes de traduzir processos de exclusão, mas principalmente pelo fato de os diferentes usos e significados do conceito estarem em diferentes paradigmas e distintas ideologias políticas, revelando visões diferentes sobre a reintegração social e, em suma, traduzindo diferentes valores e visões de mundo (SILVER, 1995, apud BRONZO, p. 44 e 45).

O conceito de exclusão sinaliza no fim dos anos 80 aos processos de desintegração social, ameaças de ruptura nas relações entre indivíduo e sociedade. Coloca-se com toda a ênfase a questão da ordem social - “em suma, a exclusão tornou-se uma nova maneira de descrever a dificuldade de estabelecer solidariedades entre indivíduos e grupos na sociedade em geral.” (SILVER, 1995, p. 64)⁷ – e também aponta para os limites da excessiva desigualdade e destituição para a vigência da democracia e o efetivo exercício dos direitos sociais.

Para Hogan e Marandola (2006) as desigualdades são entendidas como condições sociais que afetam negativamente pessoas, comunidades ou lugares.

Dessa maneira, as desigualdades:

(...) correspondem a menos acesso – seja por conhecimento ou disponibilidade – e menor capacidade de gestão dos recursos e oportunidades dos quais a sociedade dispõe para o desenvolvimento de seus membros. (RODRIGUEZ, 2000 apud HOGAN; MARANDOLA, 2006, p. 27).

⁷ “*in sum, exclusion became a new way to describe the difficulty of establishing solidarities between individuals and groups and the larger society*” (SILVER, 1995, p. 64)

A vulnerabilidade é entendida por Kaztman (1999)⁸ como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, proveniente da capacidade dos atores sociais de aproveitar e, em outros âmbitos socioeconômicos, melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais. Os três campos levantados pelo autor remetem a três pilares que formam a estrutura da sociedade contemporânea. Isso leva a considerar imediatamente a “falácia da cidadania” que se viveu e vive principalmente nos países periféricos. Embora não seja protagonista nessa abordagem, a cidadania trouxe para discussão das diversas vulnerabilidades questões sobre os recursos dos direitos.

Concomitante às abordagens das “questões sociais” nos anos de 1970, a cidadania leva consigo uma perspectiva que se encontra ao acesso de direitos, ou seja, fica como vulnerável nas ruas e nas suas pulsões segregadoras, e isso, forma, acima de tudo, o produto da vulnerabilidade econômica, social e cultural principalmente dos países periféricos (HOPENHAYN, 2002, p. 9).

Para Hopenhayn (2002), as relações entre cidadania e Estado estão estremecidas⁹, o que torna para esse contexto a cidadania como mais uma falácia, pois, o que se contata, é a retirada da cidadania do espaço público para o âmbito privado, isso acompanhado à dificuldade do cidadão comum em conciliar sua vontade individual com um projeto coletivo. Portanto, a cidadania enquanto promotora da relação entre a sociedade civil com o Estado se torna cada vez mais dinâmica e sujeita às mudanças que resultam de todo tipo de pressão sobre o Estado contemporâneo. Hogan e Marandola¹⁰ completam afirmando que, “tanto a escala geográfica como a organização sócio-espacial são vistas como condicionantes da formação de cidadania” (2006, p.28)

Nessa perspectiva, a vulnerabilidade pode se externar também pelo cerceamento de direitos. Não se pode esquecer o que garante a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza,

⁸ Kaztman (1999) promove uma discussão com relação à crítica das possibilidades e limitações da noção de ativos, ressaltando as vantagens e desvantagens sociais e os caminhos para pensar a vulnerabilidade num quadro analítico amplo.

⁹ O autor quer mencionar aqui que as relações entre Estado e cidadania estão estremecidas em função da incapacidade do Estado de garantir os direitos aos cidadãos previstos na Constituição.

¹⁰ Marandola Jr. e Hogan (2006) citam Stewart (2005) que descreve o “novo *apartheid*” sofrido por quem busca exílio político no Reino Unido, pois a redução de direitos por mecanismos como exclusão ou deportação, cria uma nova face vulnerável àquela experimentada antes, nos lugares de onde fugiram.

garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).”

O cerceamento dos direitos garantidos em lei revela mais um contraste, não somente no Brasil, mas, também, por toda a América latina. Isso é carregado por um histórico de um passado escravocrata pesado o que sustenta a discriminação étnico-racial. Essa discriminação, segundo Hopenhayn (2002), está atrelada historicamente a “negação do outro”, isto é, a “discriminação étnica e cultural vem acompanhada da exclusão socioeconômica e política de grupos étnicos, especialmente os grupos indígenas, afro-latino-americanos e afro-caribenhos” (HOPENHAYN, 2002, p.11).

Afinal, notoriamente constata-se a exclusão social ligada a fatores demográficos, decorrentes do próprio processo de desenvolvimento e de transformações acerca do mundo do trabalho. Contudo, Hopenhayn (2002) afirma que a insistência da negação da cultura e da identidade do outro facilita a aceitação da exclusão sócio-econômica que advém das mudanças promovidas pela modernização. A exclusão dos indígenas na América Latina, segundo o autor, é um exemplo flagrante.

Nessa linha pode-se afirmar que o conceito de vulnerabilidade social carrega consigo uma postura multifacetada, traz várias dimensões, que tornam possível a identificação de situações de vulnerabilidade dos cidadãos, constituído por suas famílias e comunidades. Essas diversas características e dimensões remetem a elementos ligados tanto às identidades próprias dos indivíduos ou famílias, como seus bens e perfis sócio-demográficos, quanto àquelas voltadas ao meio social onde esses estão inseridos.

Cunha (2004) descreve que,

(...) o que se percebe é que, para os estudiosos que lidam com o tema, existe um caráter essencial da vulnerabilidade, ou seja, referir-se a um atributo relativo à capacidade de resposta frente a situações de risco ou constrangimentos. Com isso, percebe-se que as vulnerabilidades que dizem respeito à etnia, cultura e fatores sócio-econômicos estão de forma lastimável associadas, constatando-se aqui, principalmente no Brasil, minorias étnicas afligidas por indicadores que cruzam entre si. (CUNHA, 2004, p.04)

Hogan e Marandola completam essa afirmação ao referirem estes grupos como mais vulneráveis em termos de necessidades insatisfeitas, exclusão política, marginalidade social e discriminação cultural (2006, p. 29).

Kowarick (2002) também aborda a vulnerabilidade do Brasil Urbano cerceando a questão do acesso aos bens da cidadania, principalmente relacionados ao emprego, aos serviços de proteção social ou ao aumento da violência criminal. Kowarick (2002) trata estes fenômenos como fatores da “fragilização da cidadania”, compreendida como,

(...) perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos que garantiam uma gama mínima de proteção pública para grupos carentes de recursos privados – dinheiro, poder, influência – para enfrentar as intempéries nas metrópoles do subdesenvolvimento industrializado (KOWARICK, 2002, p. 15).

Para o autor, o crescimento da vulnerabilidade urbana no Brasil, pode ser constatado em fenômenos como favelização e o empobrecimento da população, que se reflete no quadro econômico referente ao trabalho informal (remuneração inadequada e insuficiente, além do desemprego), fazendo assim, com que mais pessoas passem a ocupar uma posição abaixo da linha da pobreza.

Essa analogia de Kowarick (2002) se conecta com o que preconiza Hopenhayn (2002), ao tratar a situação de vulnerabilidade como decorrência do desenraizamento social e econômico, associada principalmente a formas de emprego irregular, informal, intermitente ou ocasional. O produto final desta situação para o autor seria o enfraquecimento dos laços de sociabilidade primária como: família, parentela, bairro, vida associativa e o próprio mundo do trabalho. Deste modo, isso traria, notoriamente, conseqüências diretas para a cidadania, o acesso aos direitos e a exposição a riscos de toda sorte.

Portanto, buscou-se retratar um esboço da discussão sobre a vulnerabilidade. Nota-se como as primeiras abordagens tiveram uma preocupação maior de cunho ambiental, sendo que, somente mais tarde, em meados da década de 80 e 90, é que as questões de cunho social se tornam uma preocupação no que tange a vulnerabilidade tratando os aspectos sociais, econômicos e culturais.

Concomitantemente, outros temas se tornam relevantes na discussão. Tem-se como exemplo a cidadania, que está associada aos diversos direitos sociais garantidos em leis, que se desfalecem no cotidiano, junto à realidade da maioria das pessoas. Nessa perspectiva percebe-se que reflexões sobre a temática estão longe de se esgotar, com isso, as vulnerabilidades vem acumulando por si só, um corpo científico capaz de se firmar de vez nos anais e periódicos acadêmicos em diferentes campos do conhecimento.

A vulnerabilidade abordada nesse trabalho irá permear um foco sócio-juvenil extraída do debate levantado nesse capítulo. Tendo a cidade de Ribeirão das Neves como foco principal, considerando suas particularidades frente às outras cidades do cinturão metropolitano, isso em função de sua história e forma de ocupação. Existe uma emergência evidente em estudar e discutir tal espaço, desde suas descontinuidades na formação da malha urbana até o histórico de construção de sua identidade enquanto cidade.

Assim, observa-se que, seja por qualquer ótica levantada como, governança, justiça social, ambiental ou da sustentabilidade, a associação entre sociedade e natureza requer uma postura “trans e multidisciplinar”, que permita captar as diferentes vulnerabilidades em cada escala do espaço e do tempo.

2.4 Vulnerabilidade Sócio-juvenil

A continuidade das desigualdades sócio-econômicas e da precarização dos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros e principalmente aos jovens, configura ações e questões sociais específicas na conjuntura da vida cotidiana.

Seguindo o contexto da conjuntura social e política do país, serão demonstrados alguns dados do último Censo 2000, que terão como foco a juventude brasileira, que por sua vez, compreendida na faixa de 15 a 24 anos¹¹, era de cerca de 33 milhões de pessoas, isso corresponde a 21% da população total do país naquele ano. Destes, 80% vivem nas áreas urbanas, que em grande medida não possuem os equipamentos sociais necessários para suprir suas múltiplas necessidades de desenvolvimento. Na educação, a taxa de escolarização do jovem varia conforme os grupos de idade. Pois, entre os jovens de 15 a 17 anos, 78,8% estavam matriculados nas escolas no ano 2000. Porém, esta taxa decresce como mostra a figura abaixo na evolução da idade: entre os jovens de 18 e 19 anos a taxa cai para 50,3% e entre aqueles de 20 a 24 anos apenas 26,5% estavam estudando, isso é uma das taxas mais baixas dos países latinos. A entrada prematura no mercado de trabalho é um dos fatores marcantes, no que diz respeito ao decréscimo da taxa de escolaridade dos jovens de 20 a 24.

¹¹ Jovem no Brasil é considerado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) como o indivíduo que se situa na faixa etária de 15 a 24 anos.

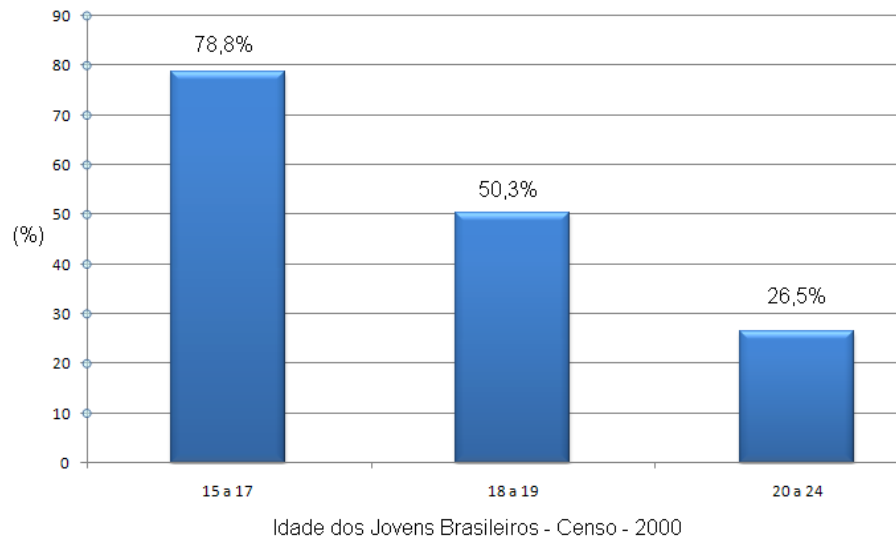


Figura 5 – GRÁFICO - TAXA DE JOVENS MATRICULADOS NO ANO 2000 – CENSO, IBGE.

FONTE: Elaborado pelo Autor

O Censo 2000 também apontou a extensão do acesso à escolarização para um maior contingente de jovens, o qual revelou dados preocupantes sobre o atraso escolar no ensino público. Esse levantamento apontou só na faixa etária de 15 a 17 anos, mais da metade dos jovens que estudavam, um grupo de 52% estava matriculado no ensino fundamental, que deveria ser terminado aos 14 anos. Observa-se que, ainda com a melhora relativa nos índices de escolaridade, a maioria dos jovens brasileiros não consegue alcançar o Ensino Médio e Superior.

Um dado importante que se demonstra é o quadro pesado em desigualdade, considerando variáveis como, cor da pele e origem urbana ou rural do jovem. Dentre os estudantes que vivem situações de exclusão social (famílias que vivem com até ½ salário mínimo), 69,2% são negros e pardos. Esse campo mostra a grandiosidade da fragilidade do Estado em tentar aplicar e estabelecer uma conduta mitigadora diante tantas disparidades.

O documento do IPEA elaborado em 2008 produziu um texto para discussão sobre “Desigualdade Racial no Brasil; evolução das condições de vida na década de 90” o qual expõe dados reveladores sobre a situação étnico/racial da juventude brasileira e seu processo de escolarização. Nesse texto constata-se uma grande desigualdade racial entre jovens negros e brancos no sistema educacional. O IPEA revela que, o nível de escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade estava em torno de 6,1 anos de estudo, em contra partida,

um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. Diferença considerável de 2,3 anos de estudo.

Lastimável pensar que tais estudos vão remeter a processos que refletirão seriamente no futuro desses indivíduos. É inegável tal fato que a escolaridade média dos brancos e dos negros tem aumentado de forma contínua ao longo do século XX, mas os dados de tal pesquisa não deixam de ser alarmantes, quando se comparam as condições e a trajetória escolar de jovens negros e brancos.

Nesse sentido, a definição de vulnerabilidade social juvenil pode ser expressa sobre a condição de um cidadão entre 15 e 24 anos, que está com o acesso limitado a um ou mais direitos garantidos por lei, resultando em uma fragilidade econômica, social e cultural.

Notoriamente que o padrão de discriminação racial observado em nossa sociedade revela-se ainda segregador e desfalecido. Existe urgência em se elaborar políticas públicas para juventude que atue, especificamente na promoção da igualdade em direitos. E ainda, existem outras realidades preocupantes, como por exemplo, o ensino superior. No ano de 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade, e jovens negros nessa mesma faixa de idade, praticamente não dispunham do direito ao acesso ao ensino superior, na medida em que 98% desse universo não ingressaram em nenhuma universidade ou faculdade.

Os dados mostrados acima revelam condições alarmantes, de um país que ocupa por muito tempo a primeira economia da América Latina. Isso permite uma reflexão que reflete a fragilidade do Estado, mesmo com tantos programas, em promover a inclusão desse universo de jovens que se encontram em uma situação de extremo desconforto social. Sabe-se que o público juvenil de um país tem uma importância fundamental para a compreensão das alterações econômicas, políticas e sociais.

Ao partir para o campo do trabalho, o jovem se depara com outro problema: Como começar a trabalhar e quando, se o mercado exige experiência? Como questiona Neves (2005) “Se o presente lhe é negado, como constituir um futuro? Se o acaso é o que resta, qual o sentido de qualquer ação política com objetivos próprios?” (NEVES, 2005, p.03)

O mundo do trabalho em crise revela uma expressão frágil, pois assim, encontra o suporte de inscrição na estrutura social mais ampla. O primeiro emprego e sua busca tornaram-se a principal dificuldade dos jovens que, por sua vez, são submetidos às “exigências do mercado de trabalho”. Nesse contexto um dilema se faz presente, pois, se não

há lugar para todas as pessoas no mercado de trabalho, como fazer para garantir um espaço de atuação que possibilite a reprodução material da vida? Castel (1997) descreve tal situação de modo perverso, ressaltando que, isso ocorre em função “(...) de novas exigências da competitividade e da concorrência, da redução das oportunidades de emprego, fazendo com que não haja mais lugar para todo mundo na sociedade onde nós nos resignamos a viver (CASTEL, 1997, p. 29)”.

Sem emprego e renda, boa parcela da juventude brasileira fica também fora de todas as relações sociais que giram em torno delas, isso produz caminhos conflitantes e efêmeros. Essa deficiência de possibilidades e oportunidades de inserção no mundo social mais amplo, nas redes de relações interdependentes, e consideradas segundo aspectos diversos como posição social, salário, grau de escolaridade, sexo, naturalidade e cor da pele, gera uma instabilidade que é imediatamente refletida em muitas ações juvenis que não condizem, por certo, com a ordenação e pauta social esperada de se ter um emprego e buscar a própria independência. Ser que se sente a margem do processo de produção da vida e se transfere para outros mecanismos de sobrevivência como: roubos, inserção no crime organizado, vandalismo, etc. (DUBET, 1987). Mas o que torna preocupante nessa situação é a provocação em geral das reações enérgicas comandadas por uma parcela da sociedade, grupos nos quais não são contemplados em alguns debates e opiniões sobre segurança pública, seja por parte de governos e partidos, seja por boa parte da população, para quem a instrumentalização dos meios de comunicação de massa seja, talvez, o maior triunfo.

Oliveira (1997) traz uma reflexão sobre o conteúdo de tais reações, que podem em muitos casos beirar à discriminação mais explícita e, no limite, o desejo do extermínio, ou uma mentalidade que resolva todos os problemas com o extermínio. Este último ponto tem como expressão maior a proposta de redução da maioria penal no Brasil. Segundo Neves (2005), “esse conjunto interligado e compartilhado de idéias e práticas sintetiza a fragilidade dessas pessoas, cuja probabilidade de desligamento do corpo social torna-se um resultado esperado e, quando não, desejado” (2005, p.04). Castel (1997), nesse sentido, fala de um “*continuum* de posições”, que questiona o conjunto da sociedade e que pode gerar, no limite, uma massa de “desfiliados”, de “supranumerários” “inúteis para o mundo”. Pontuando a crítica às limitações da expressão “excluídos”, Castel afirma ainda que “na maior parte dos casos, ‘o excluído’ é de fato um *desfiliado* cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis” (1997, p. 22).

Assim, o caminho percorrido por Castel – integração, vulnerabilidade e desfiliação – pode se tornar incompleto, ou ser percorrido com maior rapidez, no caso da juventude.

Deste modo, alguns elementos são perceptíveis na configuração atual da questão social brasileira, ou melhor, das disputas em torno do fundo público, da riqueza socialmente produzida, na qual a juventude, dentre outras categorias como as crianças e os idosos, se inserem de maneira particular.

A “falácia da cidadania brasileira” entra em questão com o contexto da juventude, ao passo que, Kowarick (2002), fundamenta na “fragilização da cidadania”, explicitada no processo de destituição de direitos e na precarização dos serviços coletivos que possam garantir uma proteção pública mínima. O produto desse processo se faz presente na composição de um grupo colocado a margem nos centros urbanos brasileiros o que interfere até mesmo na paisagem, reflexo direto do emprego desigual do capital.

Souza (2003) trata o processo histórico de formação da naturalização da desigualdade, da construção social da “sub-cidadania” na esteira do tema marxista da “ideologia espontânea do capitalismo”. Desta forma, o autor produz uma crítica à ausência do tratamento adequado dos processos de aprendizados coletivos morais e políticos, e assim, propõe a junção das teorias de Taylor e Bourdieu como forma de se compreender as vinculações entre moralidade e poder. Através de Taylor, o autor aproveita a crítica ao naturalismo, científico e cotidiano, o qual impede que se relacionem as considerações sobre a configuração valorativa subjacente ao racionalismo ocidental que engendrou uma hierarquia e uma noção de reconhecimento específica. O seguimento de Bourdieu aproveita o “desmascaramento sistemático da ‘ideologia da igualdade de oportunidades’, fundamento do “processo de dominação simbólica típico das sociedades avançadas do capitalismo tardio” (2003, p. 41). Essa contribuição de Souza (2003) traz consigo uma compreensão do processo sutil, implícito e institucionalizado de naturalização das desigualdades sociais, tendo em vista principalmente essas diferenciações no acesso a bens culturais reconhecidos como valores dominantes por grande parte da sociedade. Assim, Souza (2000) conclui dizendo que, “é desafiador e necessário mapear a institucionalização do acesso diferencial a bens culturais que são aceitos ou que passam a ser tendencialmente aceitos pela enorme maioria da população como os valores dominantes da sociedade como um todo” (2000, p. 255).

O desequilíbrio da sociedade brasileira no que tange à valorização dos direitos remete a uma distância social, econômica e cultural entre os seres humanos, que se refere a essa valorização diferencial que será à base da definição do que é “ser gente”. Essa diferenciação pode, no limite, promover a extinção cabal, ou o desejo de realizá-la, de todos aqueles e aquelas que objetivamente “não são gente”. Para Jessé Souza,

(...) ‘gente’ e ‘cidadão pleno’ vão ser apenas aqueles indivíduos e grupos que se identificam com a concepção de ser humano contingente e culturalmente determinada que ‘habita’, de forma implícita e invisível, a consciência cotidiana, a hierarquia valorativa subjacente à eficácia institucional de instituições fundamentais como Estado e mercado e que constitui o cerne da dominação simbólica subpolítica que perpassa todas as nossas ações e comportamento cotidianos (SOUZA, 2003, p. 180).

Kowarick traz consigo, outra “matriz de controle e acomodação social”, qual seja, a da “neutralização”. Ele explana que, percebe-se uma realidade mais concreta e nítida das formas de inviabilização da ação política desses atores postos à margem das decisões, da definição dos rumos a serem seguidos por uma determinada sociedade. Para ele, esse mecanismo de neutralização “baseia-se tanto em arditos artifícios de persuasão, como em escancarados métodos de constrangimento e coação que conforma mecanismos para reforçar as dinâmicas de subalternização” (KOWARICK, 2003, p. 78).

Enfim, como a temática “juventude”, neste contexto, considerada vulnerável, irá se comportar diante um quadro pelo qual o Estado se revela ineficiente no poder de fazer valer todos seus direitos? A particularidade de inserção do jovem nesse universo social de desigualdade demasiada natural fundamenta-se, dentre muitos outros fatores, no seu processo inicial de constituição autônoma da vida, na intensa busca da inserção no sistema produtivo, no dilema entre a busca de formação e de provimento das necessidades materiais mais imediatas.

O movimento juvenil no Brasil demonstra sua presença em várias organizações e em muitos níveis de atuação social e política. Prova disso, foi à campanha pelas eleições diretas (na década de 1980), o impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello (no início dos anos 1990 no Brasil) e tantas outras formas de movimento, tal qual com seu objetivo e propósito descrito, sejam eles institucionalizados ou não, tem-se alguns exemplos de participação considerável como: a Pastoral da Juventude do Brasil ligada à Igreja Católica, o

Movimento Hip-hop, os jovens sem-terra, as coordenadorias de juventude¹², grupos diversos de bairros carentes das grandes cidades desenvolvendo atividades esportivas e artísticas. Também existem aquelas pessoas inseridas nos movimentos de direitos humanos, como educadores e outras que em diversos cantos do país contribuem promovendo ações com visibilidade e poder de atuação, elaboradas com criatividade, muitas vezes sem nenhum recurso em vista e cujo impacto positivo necessita de uma ampla avaliação.

Por fim, independente das limitações, problemas, manipulações e apropriações que, por ventura ocorreram em cada um desses eventos e práticas historicamente situados, o enfoque está na população, considerada jovem do município de Ribeirão das Neves. Existem especificidades geográficas, históricas, econômicas e culturais que permitirão categorizar tal público de modo particular e singular, a luz de alguns dados que serão expostos nos capítulos seguintes.

¹² As coordenadorias da Juventude são organizadas a nível municipal. É um órgão diretamente vinculado à Secretaria de Governo. Integrantes da equipe da Coordenadoria estão presentes em todas as regionais com a função de dar visibilidade à temática da juventude na sociedade, aglutinar forças, ouvir lideranças e movimentos ligados à juventude. Grandes capitais como Belo Horizonte e São Paulo possuem uma coordenadoria. Fonte: <http://portalpbh.pbh.gov.br>

3. A EXPANSÃO URBANA DE BELO HORIZONTE E DA RMBH A PARTIR DOS ANOS 40: PERIFERIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO E A DEFICIÊNCIA DO PLANEJAMENTO.

A década de 1940, ganha destaque no processo de expansão urbana de Belo Horizonte pelo crescimento e desenvolvimento do extrativismo mineral e a criação da Cidade Industrial Juventino Dias, localizada em Contagem na divisa da porção oeste da capital.

Esse processo se desenvolve a partir de uma inquietação por parte das esferas de governos estadual e federal, a fim de se trabalhar o minério em Minas Gerais que era exportado para outros estados e países. Acreditava que o beneficiamento do minério de ferro (pelo menos parte dele) deveria ocorrer internamente, o que traria inúmeros benefícios econômicos para a população de Minas Gerais. Desta forma, a perspectiva era exportar o aço, cujo valor agregado é maior do que do minério bruto. Foi assim que se deu a necessidade de criar um espaço pelo qual, o minério deveria ser trabalhado. Então em 1941, através do decreto-lei estadual nº 778, criou-se a Cidade Industrial Juventino Dias.

A cidade Industrial foi construída no município de Contagem, segundo Guimarães, 1957 (GUIMARÃES 1957, apud SOUZA, 2008 p. 52) isso se deu devido à proximidade espacial de Belo Horizonte, o que implicava a existência de um mercado consumidor para os produtos industrializados e, portanto, a realização da mercadoria, disponibilidade de mão-de-obra, uma vez que a proximidade espacial permitia um movimento pendular de média duração, proximidade das fontes de matérias primas, diversidade de matérias primas da região, o que possibilitaria maior diversificação do parque industrial, proximidade das vias de comunicação, de modo a facilitar não só a importação de matérias-primas como também o escoamento da produção, sem custos onerosos, proximidade das fontes fornecedoras de energia elétrica e outros fatores, também foram considerados por Souza, 2008 como:

(...) a existência de uma rede bancária em Belo Horizonte, bem como o desejo de preservar a paisagem urbanística da nova capital - no sentido de manter afastado da área residencial o setor industrial e sua poluição visual e atmosférica - também foram levados em consideração. (SOUZA, 2008, p. 53).

Nota-se que o processo de construção da Cidade Industrial se faz pensar no limiar da expansão de Belo Horizonte. Souza (2008) ressalta que no seu plano original, a área para

construção da Cidade Industrial era de quatro milhões de metros quadrados, que seria dividida em áreas específicas para abrigar indústrias metalúrgicas e siderúrgicas, de produtos químicos, alimentação, eletricidade e instrumentos científicos, construções, tecidos, combustíveis, tendo ainda uma área central destinada aos órgãos administrativos.

A inauguração da Cidade Industrial foi em 1947, segundo Diniz e Boshi (1997) eram dez empresas instaladas (com o total de mil empregados), dentre elas a fábrica de cimento Itaú e Cia Industrial de estampa. Porém, o complexo industrial ficou numa estagnação entre os anos de 1947 e 1950. Souza (2008) justifica o fato desse início inexpressivo por causa dos problemas relacionados à infra-estrutura, basicamente transporte e energia elétrica. Outro fator importante, abordado por Costa (1983) (COSTA, 1983, apud SOUZA, 2008 p. 58), foi à falta de moradia para os trabalhadores na própria Cidade Industrial, haja vista que, no complexo não havia planejado espaço para tal, assim, houve um desestímulo em questão de investimentos na região. Contudo, mesmo sem haver moradias no plano original, as empresas então, construíram habitações para os trabalhadores próximos às fábricas. Outro fator desestimulante em investimento que se pode citar foi o fato da Cidade Industrial estar distante dos grandes centros urbanos brasileiros e, isso, concomitante ao limitado mercado interno de Minas Gerais.

Às margens do Rio das Velhas em 1947, foi criado outro Distrito Industrial na região de Santa Luzia e Vespasiano, que, por sua vez, trazia consigo algumas vantagens em relação às circunstâncias do local, como: facilidades para escoamento dos detritos industriais; proximidade das fontes de matéria prima e razoável sistema de transporte.

Neste sentido, Belo Horizonte não fugiu a lógica da metropolização e do capitalismo emergente dos países subdesenvolvidos e industrializados como o Brasil. Carlos (2005) aborda esse fato relacionando dois aspectos interdependentes do crescimento capitalista que estão na base da análise da aglomeração espacial:

(...) necessidade de reprodução ampliada do capital e a crescente especialização decorrente do aprofundamento da divisão social, técnica e espacial do trabalho, que exige novas condições espaciais para sua realização. Por outro lado, as mudanças no processo produtivo redimensionaram o tamanho e a localização das fábricas, separam espacialmente o processo produtivo do escritório central e transforma a divisão do trabalho na fábrica, gerando nova divisão do trabalho pelo processo de desintegração horizontal. (CARLOS, 2005, p.15)

Carlos (2005) provoca uma discussão sobre a reprodução da cidade e como o poder público em sua gestão orienta e reorganiza o processo de reprodução espacial por meio da realização da divisão sócio-espacial do trabalho, da hierarquização dos lugares e da fragmentação dos espaços vendidos e comprados no mercado.

Dentro da ótica da hierarquização dos espaços, tem-se como exemplo, ocorrido no início da década de 40, o então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubistcheck, criou o complexo de lazer da Pampulha e a cidade universitária.

De fato, Belo Horizonte cresceu de forma efetiva na década de 1940, transformando seus espaços ora por força dos governos, ora por intermédio dos setores privados. Em 1940 a população de Belo Horizonte já ultrapassara os 200 mil¹³ para os quais a cidade havia sido projetada e, naquela década, seu incremento ocorreu de forma acelerada a uma taxa média em torno de 5,25% ao ano. Documento elaborado pela Autarquia de Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PLAMBEL¹⁴ (1979) chama atenção para tal fato, o qual ressaltava que “(...) Belo Horizonte não tem possibilidades de oferecer serviços de infraestrutura demandados pela população crescente.” (PLAMBEL, 1979, apud SOUZA, 2008, p.38). O órgão traz a preocupação eminente da época em relação à gestão e planejamento.

Belo Horizonte crescia, e com maior força para o oeste, sentido ao município de Contagem, fruto do distrito industrial instalado e, também se destaca o norte em função do distrito industrial de Santa Luzia e Vespasiano.

Juscelino Kubitschek protagonizou o cenário político mineiro na primeira metade da década de 1950 (1951-1955) por estar em destaque como Governador do Estado de Minas Gerais. Tendo ciência da precária infra-estrutura mineira em relação a equipamentos necessários para instalação das indústrias, Kubitschek se propôs a criar um planejamento de desenvolvimento em torno da energia e dos transportes, apostando assim, na construção de hidrelétricas. Em 1952 criou as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), que ficaria então responsável pela administração das usinas hidrelétricas do Estado. Outro investimento importante no governo JK foi o melhoramento e ampliação do sistema viário intermetropolitano, o qual prolongou a Avenida Amazonas até a Cidade Industrial e também se abriram as Avenidas Pedro II e Silviano Brandão.

¹³ População total de 211.377 habitantes

¹⁴ Foi extinta em 1996 pelo governador em exercício Eduardo Azeredo através da lei 12153/96.

Diniz e Bochi (1997) comenta o impacto destes investimentos, que, ocorreram à segunda metade da década de 50, o qual, várias indústrias, inclusive estrangeiras, se instalaram em Minas Gerais, principalmente na Cidade Industrial de Contagem, implicando no crescimento e diversificação produtiva do referido parque industrial.

Suzigan (1988) destaca o papel do Juscelino Kubitschek que implica os anos 50 como ponto de partida para estruturação do setor industrial brasileiro. Suzigan (1988) define bem a idéia da amplitude do impacto dos investimentos feitos nessa época;

(...) a estrutura industrial avançou no sentido de incorporar segmentos da indústria pesada, da indústria de bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital, substituindo importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, automóveis, eletrodomésticos, etc. Essa estrutura seria a base sobre a qual se apoiaria o rápido crescimento da população industrial na primeira fase do ciclo expansivo 1968 a 1973-1974. (SUZIGAN, 1988, p.6)

Contudo, não se pode negar que os investimentos da época se concentraram na região sudeste do país, o que, conseqüentemente, teve importância na migração. Martine (1990), diz que entre 1950 e 1960 aproximadamente 7 (sete) milhões de pessoas se mudaram das áreas rurais para as áreas urbanas brasileiras, notadamente para as grandes cidades. Mesmo com tamanha significância, nos anos 60 o Brasil ainda se apresentava como um país rural, apesar de seu grau de urbanização ter evoluído de 36,2%, em 1950, para 45,4%, em 1960.

A expansão demográfica nas grandes cidades brasileiras se intensificou cada vez mais na década de 50, contudo, Souza (2008) ressalta que esse crescimento populacional não acompanhou os investimentos em infra-estrutura, haja vista os problemas urbanos notados com o êxodo rural expressivo da década de 60.

Nota-se, então, que o crescimento da metrópole Belo Horizonte se inicia em função de uma série de intervenções e incentivos governamentais na década de 40 e se intensifica nos anos 50. Como explana Souza (2008);

Naquele período foram observadas relações mais intensas entre a capital e alguns municípios vizinhos, principalmente com aqueles que se encontravam em processo de industrialização. E, como resultado da diferença de ritmo de crescimento populacional existente entre a capital e a RMBH, a concentração da população no grande centro urbano apresentou-se mais elevada, nos anos 50, comparativamente àquela verificada nos anos 40. (SOUZA, 2008, p. 62)

Nesta época Ribeirão das Neves, município objeto de estudo deste trabalho, foi definitivamente emancipado e fundado em 1953, tempos pelos quais se verificou mais evidente o processo de metropolização de Belo Horizonte.

Em documento elaborado pela PLAMBEL (1986) constata-se que, na década de 1950, dos 113 loteamentos lançados em Belo Horizonte, Contagem e Betim, foram aproximadamente 58 (totalizando 50.400 lotes) localizavam-se em Contagem e Betim, caracterizando assim, o processo de expansão para o oeste de Belo Horizonte. O município de Contagem na década de 60 cresceu em média 16.5% ao ano, sendo aqui já superior a capital Belo Horizonte (PLAMBEL, 1986 apud SOUZA, 2008, p.62).

O comportamento da ocupação urbana da região central de Belo Horizonte nos anos 50, mesmo com altas taxas de crescimento populacional, permaneceu relativamente vazio. Isso ocorreu em função da grande especulação imobiliária ocorrida na época, o que gerou uma super valorização dos imóveis que pertencia a um pequeno grupo. Em contra partida as regiões periféricas, compostas em sua maioria por favelas, tinham crescimento mais acelerado do que Belo Horizonte (PLAMBEL, 1979 apud SOUZA, 2008). Também começa a se intensificar os movimentos pendulares em direção ao município de Belo Horizonte, e isso, segundo Souza (2008, p.64), por causa da “concentração no mesmo das oportunidades de emprego e da disponibilidade de equipamentos urbanos”.

Ainda nos anos 50 a capital mineira passou por diversas dificuldades, principalmente no que tange o crescimento populacional elevado das periferias. A falta de infra-estrutura urbana era evidente, acompanhada das condições precárias ao qual se submetiam através de algumas deficiências como, por exemplo: serviços de abastecimento de água, esgoto, educação e assistência médica.

O Prefeito Américo René Gianetti (1951) elaborou uma proposta de “*Serviço do Plano Diretor*” que, contudo, limitava a ampliação da estrutura viária ou pela construção de vias como, por exemplo: a Avenida Américo Vespúcio, ligação das Avenidas Antônio Carlos e Pedro II e a Avenida Silva Lobo, ligação da Avenida Amazonas à Teresa Cristina.

A metropolização do município Belo Horizonte fica evidente agora, são inúmeros os problemas que a cidade carrega consigo, em função de sua estrutura e função urbana e também a responsabilidade ter em seu núcleo central as principais atrações (empregos, equipamentos urbanos e assistência médica) para o destino das pessoas que vivem nas periferias e nos municípios vizinhos. Como bem coloca Carlos (2005) (...) “o mundo do

trabalho impõe a aceitação total das condições contratuais; onde a vida se realiza enquanto privação”. (CARLOS, 2005 p. 224) Constata-se um condicionamento das pessoas em estabelecerem uma relação forte com o núcleo belorizontino, contudo, no final dos anos 50 a distribuição de serviços e bens era ineficiente produzindo cada vez mais uma sociedade desigual.

O processo de industrialização se intensifica ainda mais nos anos 1960 e 1970. Houve a adoção de políticas de incentivo fiscal, abertura para o capital estrangeiro e, isso tudo incentivado por meio do BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) e o INDI (Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais). Mudanças consideráveis foram feitas. Em Betim, por exemplo, instalou-se a Refinaria Gabriel Passos (PETROBRAS), a FIAT Automóveis (1973) e o Distrito Industrial Paulo Camilo.

Em Contagem na década de 1970 houve a implantação e ocupação do CINCO (Centro Industrial de Contagem), que também contribuíram para firmar a região Oeste como pólo industrial do aglomerado urbano. Ainda nos anos 70, em Santa Luzia verificou-se a implantação de um distrito industrial, gerando grandes impactos no município, alterando suas características sócio-econômicas. Ao Sul, destaca-se a mineração, que se intensificou nos municípios de Nova Lima e Ibituripe. Por fim, ao Norte introduziram a exploração de calcário em Vespasiano, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo.

Nessa perspectiva, a RMBH passa a ser reconhecida como centro econômico importante de Minas Gerais. Cabe notar que, o crescimento econômico da RMBH naturalmente influenciou no crescimento da população. A RMBH ultrapassa nesse período o ritmo de crescimento da Capital, com 5,94 % a.a, enquanto a RMBH apresentou 7,37% a.a, como demonstrado na tabela da figura 6, abaixo:

Período	População			Taxa de Crescimento			Participação Relativa		
	BH	RRMBH	RMBH	BH	RRMBH	RMBH	BH	RRMBH	RMBH
1.940	211.377	157.407	368.784						
1.950	352.724	170.195	522.919	5,25	0,78	3,55	91,70	8,30	100,00
1.960	693.328	237.955	931.283	6,99	3,41	5,94	83,41	16,59	100,00
1.970	1.235.030	484.460	1.719.490	5,94	7,37	6,32	68,73	31,27	100,00
1.980	1.780.855	895.537	2.676.392	3,73	6,34	4,52	57,04	42,96	100,00
1.991	2.020.161	1.502.746	3.522.907	1,15	4,82	2,53	28,27	71,73	100,00
2.000	2.238.526	2.119.645	4.358.171	1,17	3,97	2,44	26,14	73,86	100,00

Figura 6 – QUADRO DE BELO HORIZONTE, RRMBH, RMBH – POPULAÇÃO E TAXA GEOMÁTRICA DE CRESCIMENTO (1940-2000)

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2000 apud SOUZA, (2008, p.61)

RRMBH contempla todos os municípios da RMBH, com exceção de Belo Horizonte.

Seguindo a tendência da metropolização, a periferação da RMBH também se intensifica nesse período, o qual houve muitas ocupações de terras e formação de vilas clandestinas.

Os três mapas expostos a seguir permitem uma comparação e demonstram a evolução da malha urbana de Belo Horizonte nos anos de 1950, 1977 e 1995. O ponto principal de análise são os avanços de conurbação evidenciando a evolução do processo periferação de Belo Horizonte.

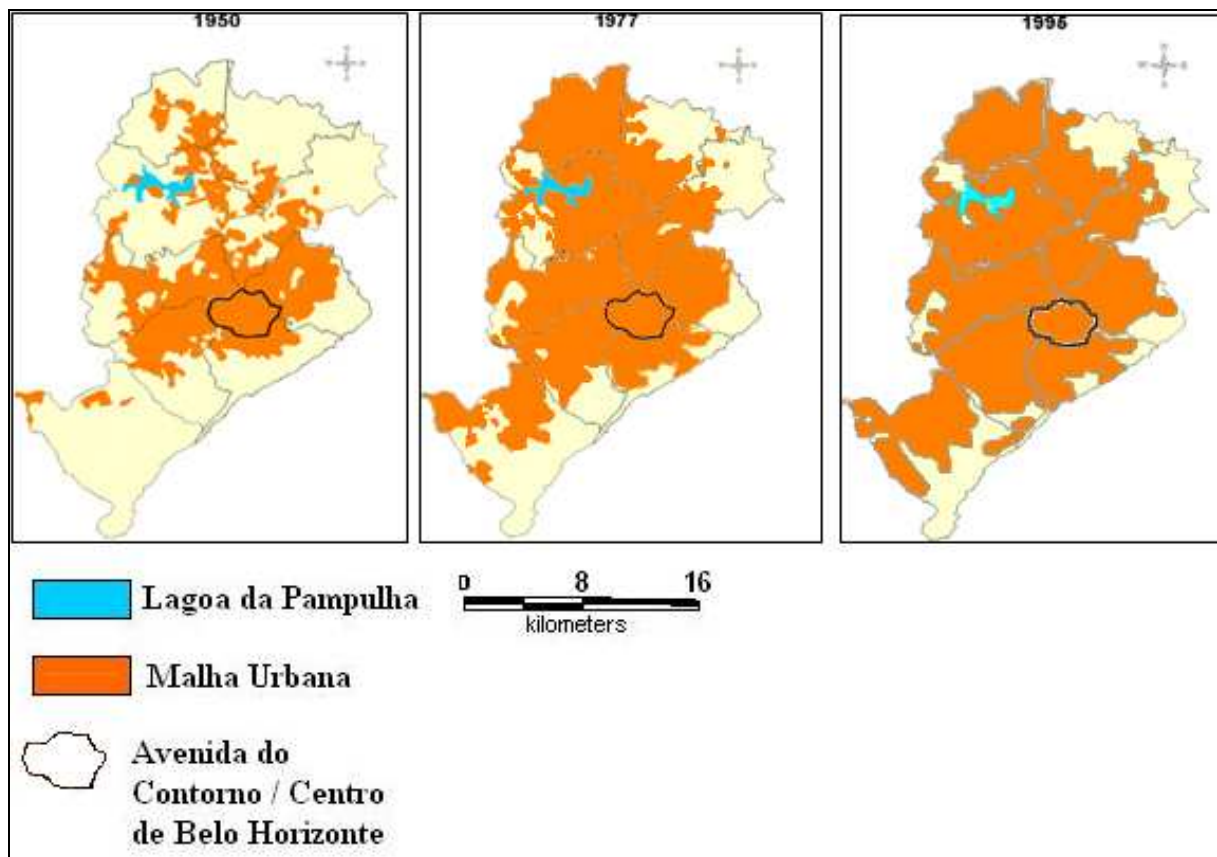


Figura 7 – MAPAS DA MALHA URBANA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte, 2000.

O mapa de 1950 revela que a região central já extrapolava os limites contribuindo para a evolução urbana das regionais vizinhas, leste, noroeste e oeste. A ocupação no extremo oeste da regional noroeste já estava conurbada com o município de Contagem, com uma ocupação que seguia o sentido forte às margens da via da Rua Padre Eustáquio. Do lado oposto da cidade, na regional leste, também nota-se um extrapolamento da malha urbana, entretanto, a conurbação com o município de Sabará só não foi efetivamente realizada por

causa do relevo¹⁵. A conurbação na porção leste da cidade vai ocorrer na regional nordeste, ligação com o município de Sabará. A regional do Barreiro na época se encontrava praticamente isolada, existe uma pequena porção que conurbada com o município de Contagem e Ibirité.

O mapa da ocupação urbana de 1977 traz uma configuração bem diferente nas regionais Norte e Venda Nova. A conurbação entre Venda Nova e o distrito de Justinópolis (município de Ribeirão das Neves) era fato, a Pampulha também se destaca por expandir a malha urbana em direção ao centro da cidade. A Regional Centro Sul se aproxima da Serra do Curral, uma pequena porção ultrapassa esse limite, indicado pelo crescimento da Vila da Serra.

A ocupação na regional Pampulha de 1977 a 1995 se deu em direção a divisa com os municípios de Ribeirão das Neves e Contagem. O Barreiro também amplia ainda mais sua malha urbana em direção ao sul, o anteparo para a evolução no Barreiro se faz com a presença da ¹⁶Mannesmann que ocupa boa parte da porção sul da Regional.

Em suma, neste contexto, destacam-se um crescimento e evolução da malha urbana em quase todos os limites territoriais no município de Belo Horizonte e, em quase todas as direções, salvo, aqueles que por motivos naturais impediram esse avanço.

O centro da capital fixou na década de 70 o posto de núcleo terciário. Concomitantemente, na Zona Sul, o processo de verticalização avançou com mais intensidade, contudo resguardando-se como um espaço reservado, pela atuação do governo municipal e pelo mercado imobiliário privado, isso em função, segundo Souza (2008) “para a população de nível socioeconômico mais elevado. Data desse período a verticalização dos bairros Santa Lúcia, Santo Antônio, São Bento e Luxemburgo.” (SOUZA, 2008, p.71)

Os investimentos na rede viária na década de 70 também foi outro fator importante para a expansão de Belo Horizonte e da RMBH. As obras mais significativas da época listadas foram: construção do metrô de superfície, a ampliação da Avenida Cristiano Machado, complexo viário da lagoinha e a construção da via Leste-Oeste. Nota-se que, por estes investimentos o processo de expansão e crescimento do município e da RMBH se faz, preferencialmente nas direções Norte e Oeste.

¹⁵ O relevo mencionado faz menção à borda da Serra do Espinhaço.

¹⁶ O conglomerado alemão Mannesmann (ramo siderúrgico de grande porte), chegou a Belo Horizonte em 1952, começando a operar a 1954.

Outro fato marcante na década de 70 foi os loteamentos oferecidos em Belo Horizonte e na RMBH. O mercado imobiliário, por sua vez, nos anos de 1972 e 1976 deu ênfase ao lançamento de loteamentos dotados de infra-estrutura, seguindo as exigências legais para os parcelamentos da terra. Porém, os municípios onde a fiscalização era precária, como em Ribeirão das Neves e Ibitité, por exemplo, o mercado imobiliário continuou oferecendo loteamentos para a população de nível de renda mais baixo.

Neste contexto, a década de 70 se destaca também pelo fato do mercado imobiliário oferecer loteamentos populares, ou melhor, para a produção de “espaços de dimensões suficientes para abrigar algumas centenas de milhares de pessoas desprovidas das mais elementares condições de habitabilidade e acessibilidade urbana” (COSTA, 2003 apud SOUZA, 2008, p.73).

A exemplo do que vinha ocorrendo na economia brasileira no final da década de 70, destacando a crise do petróleo instalada após o período do milagre econômico 1967-1973, verificava na RMBH também o aumento do nível de desemprego, altas taxas de inflação que, também acarretou na concentração de renda e isso, segundo Souza (2008) caracterizou-se pela baixa absorção de mão-de-obra imposta em função do padrão de crescimento econômico de Minas Gerais.

O reflexo disso foi à diminuição significativa do poder aquisitivo da classe trabalhadora, o que justifica a grande procura na época por essas áreas na RMBH.

Outro fato verificado nesse período foram os lançamentos de loteamentos populares em Ribeirão das Neves, Ibitité, Betim, Igarapé, Matheus Leme e Esmeraldas. Em sua maioria, ilegais, sem estruturas básicas de moradia e infra-estrutura urbana como oferta de serviços públicos, tais como, abastecimento de água e rede de esgoto, ausência de área destinada à construção de equipamentos comunitários como escolas e hospitais, além de se localizarem em regiões muito distantes do núcleo da RMBH. Outro condicionante que contribuiu, além desses loteamentos citados, foi a oferta habitacional para a população de baixa renda que se intensificou devido a uma atuação efetiva da COHAB-MG¹⁷ e do INOCOOP¹⁸, que naquele período entregaram à população grandes conjuntos habitacionais como os conjuntos Cristina e Palmital, localizados na região Norte.

¹⁷ Companhia de Habitação de Minas Gerais – COHAB-MG

¹⁸ Instituto de Orientação as Cooperativas Habitacionais - INOCOOP

Desta forma, a segregação espacial imposta pelo capital na RMBH se tornava cada vez mais visível. Sinalizando assim, como explicita Carlos (2005, p.234) a produção da “*cidade como negócio*”. Nas áreas centrais e na zona sul, por exemplo, quase toda a população já tinha disponíveis todos os serviços urbanos necessários e, que lhes davam direito de desfrutar e consumir bens e serviços de forma digna na cidade. Em contraposição, nas periferias mais afastadas aproximadamente 40% dos domicílios tinham água tratada, 13% possuíam rede de esgoto e 16% eram servidos pelo serviço de coleta de lixo (PLAMBEL, 1986).

Profundas mudanças políticas marcaram a década de 80, o país passando por um processo de redemocratização e a prática de planejamento regional e urbano sendo aos poucos, deixadas de lado. Na chamada “*década perdida*”, regiões metropolitanas tiveram muitas mudanças, considerando grandes perdas como, o corte de verbas federais destinadas às mesmas, ficou em responsabilidade de planejamento do espaço metropolitano. Inicialmente, esse papel era atribuído a esfera Estadual e, logo após, transferido ao governo municipal. Assim, os órgãos criados para realizarem os planejamentos dessas áreas se enfraqueceram e, chegaram muitos a inexistir. Desta forma, a falta de planejamento adequado e a efetiva fiscalização dos governos municipais fizeram o mercado imobiliário na RMBH seguir ditando suas próprias regras.

Em função das penalidades impostas aos novos parcelamentos pela Lei Federal N° 6.766/1979, segundo o PLAMBEL (1986), notou-se um esfriamento dos lançamentos dos loteamentos populares, a partir dos anos 80. Por outro lado, nesse período, o mercado imobiliário privado investiu na oferta de loteamentos para a população de alto nível de renda.

O processo de expansão urbana e a inerência da periferização da RMBH se intensificaram ainda mais nos anos 80 e 90. Não se pode deixar de destacar as migrações interestaduais e intra-estaduais. A dinâmica demográfica mineira se comportou de maneira diferente das outras metrópoles brasileiras. Segundo Brito e Souza (2008) Minas, até os anos 80, foi fornecedor líquido de população para outros estados brasileiros. “Nos anos 50, 60 e 70 seus saldos migratórios interestaduais não eram apenas negativos, mas também muito elevados”. (BRITO; SOUZA, 2008, p.02)

Contudo, observaram-se a partir dos anos 70 duas mudanças no padrão migratório mineiro: aumento do número de imigrantes e redução do número de emigrantes interestaduais. Minas Gerais passa então, nos anos 90, para receptor líquido de população, apresentando um saldo migratório interestadual positivo de 39.125 pessoas.

O papel da RMBH se destaca como uma importante região de atração populacional, atraindo grande número de migrantes intraestaduais e interestaduais, mesmo naqueles períodos em que Minas Gerais apresentou perdas líquidas populacionais em relação a outros estados brasileiros. Nessa perspectiva, Rigotti e Vasconcellos (2003), consideram que, em se tratando das migrações interestaduais, a RMBH não tem poder suficiente para se isolar como área receptora, pois existem pólos regionais como Uberlândia, Juiz de Fora, Poços de Caldas, Varginha e Pouso Alegre que, por sua vez, também se destacam pelo crescente poder de atração cada vez maior de migrantes.

Entretanto, Brito e Souza (2008) chamam atenção em relação aos movimentos intraestaduais, numericamente mais significativos, os quais a RMBH se isola como maior receptora líquida. A figura 8 abaixo destaca essa afirmação, a qual mostra como as migrações internas contribuem diretamente no processo de expansão urbana na RMBH.

Imigrantes	1986-1991		1995-2000	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Interestaduais	71.976	31,43	79.615	32,59
Intra-estaduais	157.061	68,57	164.653	67,41
Total	229.037	100,00	244.268	100,00

Figura 8 - TABELA DA RMBH - IMIGRANTES INTERESTADUAIS E INTRAESTADUAIS (1986-1991 e 1995-2000).

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000, apud BRITO; SOUZA (2008: 03)

Nota-se que, entre 1986-1991, a RMBH recebeu um total de 229.037 imigrantes interestaduais e intraestaduais, tendo esse número aumentado para 244.268 indivíduos, no período 1995-2000. Isso equivale a um aumento absoluto de 6.24%. Outro ponto que se pode observar na TABELA 02, é a maior participação das migrações de pessoas oriundas do interior do Estado, ou seja, de caráter intra-estadual.

Nessa perspectiva, o próximo capítulo irá tratar de descrever sinteticamente o histórico de ocupação e crescimento urbano do município de Ribeirão das Neves.

4. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO URBANA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

A história de ocupação de Ribeirão das Neves data-se do século XVIII, sendo, uma das cidades mais antigas da RMBH. O sítio urbano, que caracteriza o núcleo central da cidade foi criado em 1747, por ocasião da fundação da Capela de Nossa Senhora das Neves. Segundo registros da Prefeitura de Ribeirão das Neves (2009), a Capela foi construída pelo então mestre-de-campo, Jacinto Vieira da Costa, que, por sua vez, obtém o título de sesmaria de uma porção de terra na região central. A capela dará origem a "Fazenda das Neves".

Na figura 9 abaixo se pode ter uma noção de como se caracterizava a paisagem na época. Essa foto é da década de 1950 e mostra parcialmente o que hoje é a Rua José Maria Alkimim, e ao fundo a Capela Nossa Senhora das Neves.



Figura 9. Rua José Maria Alkimim
Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura de Neves - 1999

Segundo dados históricos da Prefeitura de Ribeirão das Neves, no período em que foi distrito de 1827 a 1846, produziram-se uma grande quantidade de documentos importantes, tais como: mapas de população, lista de juízes de Paz, fiscais e procuradores subalternos. No distrito das Neves na região de Campanha (atual regional de Justinópolis), foi inaugurada a primeira fábrica de fios de algodão de Minas Gerais, isso, por volta de 1830 por Antônio Luiz de Avellar.

Em 1820, foi criada uma Guarda-Moria nas Capelas de Nossa Senhora das Neves e Santo Antônio da Venda Nova. Isso contribuiu para mais tarde, já com o Brasil independente da metrópole portuguesa, constituíssem a lei Providencial de 15 de setembro de 1827, que,

garantida pelo Decreto de 11 de setembro de 1830, colocava Ribeirão das Neves como Distrito de Paz, com uma população aproximada de 1.241 habitantes.

Mais tarde, em 1846, Ribeirão das Neves perde sua condição de distrito e, isso se deu, em função da inquietação do então vereador, Padre José Maria de Andrade¹⁹, a luz das condições precárias da Capela e o aumento da população. Cria-se então, o distrito de Venda Nova, ao qual, Ribeirão das Neves é anexado²⁰. Contudo, mesmo tendo perdido a função de distrito, a capela continuou funcionando e os registros de batizados e casamentos realizados, estão no livro de registros de Curral Del Rey e abrange o período de 1831 a 1916.

Em 1927, o Estado de Minas Gerais adquire as fazendas do Mato Grosso e parte da Fazenda de Neves para construção de uma Penitenciária Agrícola que impulsiona o crescimento populacional. Em 1938, Contagem perde sua autonomia de município e é anexada à Betim juntamente com todos os seus distritos, incluindo Ribeirão das Neves e Campanha. Neste mesmo ano, foi inaugurada a PAN (Penitenciária Agrícola de Neves). A PAN, unidade prisional, na época, era tida como modelo de segurança na América do Sul.

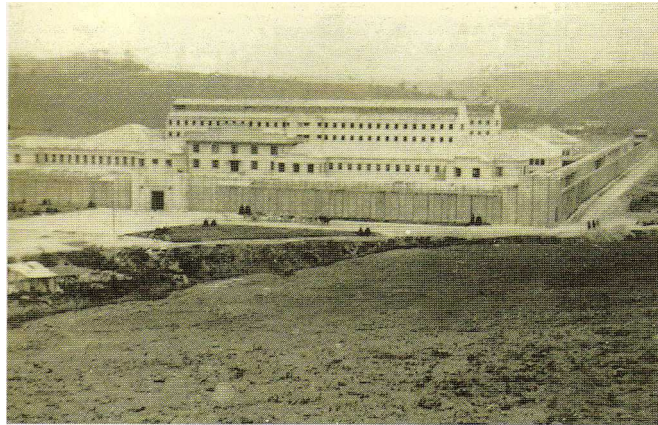


Figura 10. Penitenciária Agrícola de Neves (PAN) - 1940

Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura de Neves - 1999

¹⁹ Com a morte do Padre José Maria de Andrade, em 06 de dezembro de 1875, sepultado no interior da capela de Neves. Curiosamente, em seu testamento, o Padre citou e reconheceu seis filhos. Depois desse fato, Ribeirão das Neves foi anexado ao distrito de Pindahybas, atual Vera Cruz de Minas (em Pedro Leopoldo) o qual se manteve até 1911, quando ambos foram anexados ao recém município de Contagem.

²⁰ Essa anexação traz consigo a grande semelhança e forte relação existente até os dias de hoje entre as Regionais Venda Nova (Belo Horizonte) e Justinópolis (Ribeirão das Neves)



Figura 11. Vista parcial de Ribeirão das Neves na década e 1940
Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura de Neves - 1999

Jogo de Futebol dos funcionários da PAN – 1938 com a presença do diretor Dr. José Maria Alkimin.



Figura 12. PAN – 1938
Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura de Neves – 1999

Segundo Andrade (2006) durante esse tempo a presença de uma unidade prisional na cidade não representava e não se atrelava a um estigma para a população residente, ou melhor, a figura da penitenciária era de uma instituição estreitamente vinculada e integrada a comunidade. Ainda segundo a autora, a praça era bem arborizada e servia de ponto de encontro, um espaço de convívio para bate-papo e era o único local da cidade que possuía

biblioteca, campo de futebol e cinema. Existiam outras funções também que se ligava a festas comemorativas e atividades culturais ou de entretenimento, como jogos e peças teatrais. Por fim, a penitenciária era sem dúvida, para a cidade, mais que um centro de reabilitação, era um espaço de lazer e cultura para todos os cidadãos (ANDRADE, 2006, apud INSTITUTO VER, 2007 P.5)

Serviços que antes não eram possíveis encontrar em Neves se tornaram realidade também por causa da PAN que, trouxe para a pequena população local uma assistência médica. Portanto, médicos e dentistas que trabalhavam na penitenciária acabavam realizando atendimentos além do limite dos muros. José Maria de Alckmin, o então segundo diretor da história da penitenciária, era provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, o que facilitou o acesso dos moradores de Ribeirão das Neves aos serviços de saúde de Belo Horizonte. Assim, até 1948, Ribeirão das Neves não possuía nenhum serviço de saúde além daqueles que eram oferecidos aos moradores pelos médicos da PAN. Porém, isso muda em função de um surto de esquistossomose que obrigou o Governo do Estado a instalar um posto de atendimento médico na região onde atualmente fica a Policlínica Joânico Cirilo de Abreu. Entretanto, mesmo com a instalação do posto médico, a grande maioria dos atendimentos da população local era realizada pelos médicos da penitenciária. Atendimentos mais complexos eram encaminhados a Belo Horizonte.

Ribeirão das Neves também pertenceu a Betim por cinco anos. Depois foi anexada ao município de Pedro Leopoldo, criado no ano de 1943. Essa mesma lei que transfere o distrito de Neves para Pedro Leopoldo, e, também altera seu nome para a denominação que irá perdurar até hoje, Ribeirão das Neves.

Foi a partir da década de 1950 que Ribeirão das Neves passa a sentir os efeitos do rápido crescimento de Belo Horizonte, principalmente por causa da ocupação desordenada que acontecia na porção leste/oeste e na região norte da cidade. Com já citado no capítulo anterior, na época, houve um forte fluxo migratório que tomou conta da região, principalmente no vetor norte da região metropolitana, o qual centenas de pessoas chegavam do interior do estado em busca dos empregos gerados na região de Venda Nova.

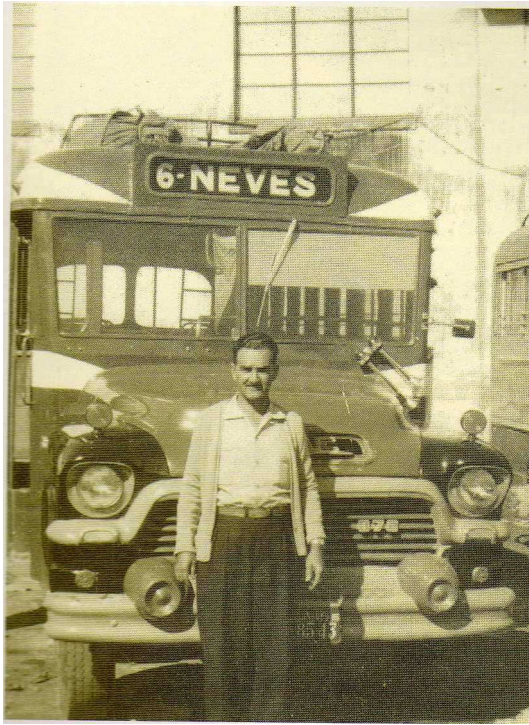


Figura 13. Transporte Público - 1956
Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura de Neves – 1999

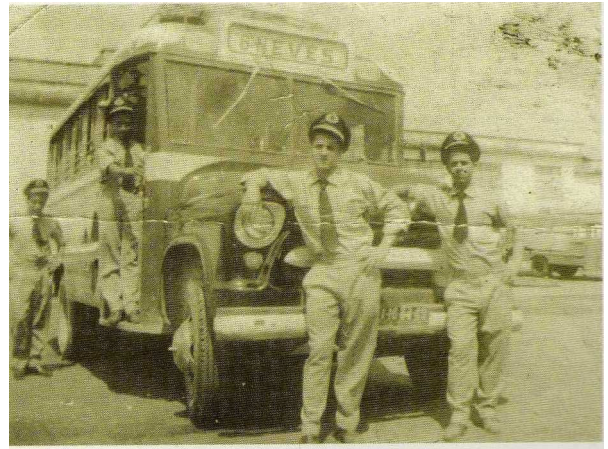


Figura 14. Transporte público - 1958
Arquivo histórico da Prefeitura de Neves – 1999

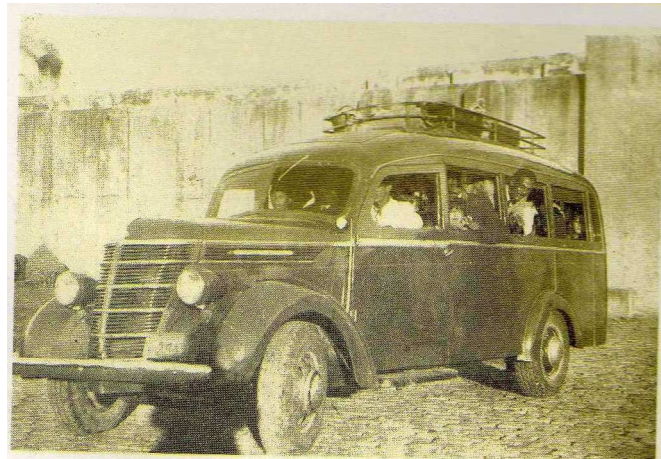


Figura 15. 1º Uma das primeiras Jardineiras de Neves - Década de 1940.
Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura de Neves – 1999



Figura 16. Um dos primeiros caminhões de Ribeirão das Neves que fazia o transporte de lenha para Belo Horizonte em 1948.

Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura de Neves – 1999

Por diversas reuniões dos representantes políticos, população e governador marcam-se então, o que foi a emancipação e fundação do município de Ribeirão das Neves. Isso se fez através da Lei nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953.

A seguir a figura 15 mostra uma manifestação religiosa na década de 50, bem no coração da cidade. É possível ver uma considerável aglomeração de pessoas em frente à Igreja Nossa Senhora das Neves.



Figura 17. Festa da Padroeira de Nossa Senhora das Neves – 1955.

Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura de Neves – 1999

Na década de 1960, outro presídio foi construído na cidade e agora a influência foi negativa. O mercado imobiliário, por exemplo, sofreu com a desvalorização das terras. Em contraponto à situação da sede municipal o distrito de Justinópolis mais próximo de Belo Horizonte passa, já nos anos 60, por um processo de conurbação com a capital mineira. Assim criava-se um segundo pólo de expansão do município, descolado da sede municipal e com dinâmica própria.

A atividade econômica no município estava, nos anos 60, calcada na produção hortifrutigranjeira voltada para o mercado de Belo Horizonte. A estrutura fundiária estava concentrada em 67 latifúndios que cobriam 78% da área do município, enquanto 276 pequenos produtores ocupavam 13% (COSTA, 1983, apud SOUZA, 2008 p. 144). Por conta de sua economia voltada para produtos primários²¹, o município não tinha possibilidades financeiras de concorrer com outras cidades da região na política de atração de indústrias como aconteceu, por exemplo, com Contagem e Betim. Este fator somado a escassez de mão de obra e a vocação penitenciária da cidade vão criar um estigma para a cidade que perdura até hoje na região.



Figura 18. Benção da Pedra Fundamental para Construção da Sede da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) - 1964

Fonte: Arquivo histórico da Prefeitura de Neves – 1999

A soma de todos estes fatores agregados ao baixo preço da terra e a quase inexistente exigências do poder municipal em relação ao parcelamento, faz com que o comércio de lotes e terrenos torne-se a atividade econômica mais viável para os proprietários rurais locais. No período que vai de 1969 a 1971, 54% dos loteamentos aprovados na região metropolitana de

²¹ Além de produtos agrícolas a cidade oferecia produtos para a construção civil como areia e argila.

Belo Horizonte estavam nas cidades de Ribeirão das Neves e Ibitité. Do total de loteamentos aprovados na primeira cidade entre 1949 e 2005²², 83% deles foram implantados depois de 1975.

As “facilidades” oferecidas pelo poder municipal incluíam a reserva de somente 3% a 5% da área para uso institucional²³ e a não regulamentação de áreas para praças e parques. A falta de infra-estrutura nos parcelamentos como calçamento das ruas, esgoto, e água, favorecia a oferta de lotes a preços baixos que atraíam parcelas consideráveis de pessoas de baixa renda. Ao mesmo tempo as condições de financiamento oferecidas, faziam mais próximas, para alguns, o sonho da casa própria. Ainda hoje esta ocupação desordenada se faz sentir na cidade.



Figura 19. Portaria da Cidade dos Meninos da SSVP.
Fonte: Elaborado pelo autor.

O Governo do Estado ao findar da década de 1970, inaugura em Ribeirão das Neves mais uma unidade prisional, desta vez, a Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira. Daqui por diante, a cidade passa de fato, a tomar o posto de maior centro penitenciário da RMBH. E ainda nas décadas seguintes, mais três unidades prisionais seriam inauguradas na cidade. Como ressaltam Coelho e Fernandes (2009), tal perfil, também se agrega ao baixo preço da terra e a quase inexistente exigência do poder municipal em relação às responsabilidades dos empreendedores no que tange à construção de infra-estrutura nos parcelamento das terras. O

²² Entre 1949 e 2005 foram aprovados na cidade de Ribeirão das Neves 71.225 lotes, sendo 47.270 na sede do município e 23.955 em Justinópolis.

²³ A legislação federal indica o uso de 35% da área parcelada para uso institucional e público.

resultado disso foi a transformação do comércio de lotes e terrenos na atividade econômica mais viável para os proprietários rurais locais.



Figura 20. Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira - 2010
Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro fator importante foi o aumento da população carcerária no município que, atraiu para a cidade milhares de famílias de detentos. Essas famílias passaram a ocupar as áreas ao redor das unidades penitenciárias, até hoje, ainda é possível ver pequenos acampamentos próximo aos portões das penitenciárias, como bem evidenciado pela foto abaixo.



Figura 21. Barracas de famílias de detentos -2010.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, atualmente o município possui cinco presídios, com uma população carcerária de aproximadamente 3.400 detentos.

Unidades Penitenciárias	População Carcerária
Penitenciária José Maria Alkimin	748
Presídio Antônio Dutra Ladeira	1509
Presídio Feminino José Abranches Gonçalves	134
Presídio Regional José Martinho Drumond	942
Centro Sócio Educativo Dom Luis	50
Total	3383

**Figura 22 – Quadro da População Carcerária de Ribeirão das Neves – 2007.
Fonte: Instituto Ver - 2007.**

O Censo 2000 indicava que na cidade 4,7% da população vivia em domicílios subnormais (favelas), valor que colocava Ribeirão das Neves em 8º lugar das cidades que compunham a RMBH, em termos de proporção de população vivendo em aglomerado subnormais. Isto representava um total de 11.651 habitantes que seria o 5º volume mais importante entre as cidades da RMBH.

A questão habitacional contribuiu assim para que a migração passasse a ser fator de destaque como componente da dinâmica populacional da cidade. Souza (2008) utilizando os dados do censo de 2000 mostra que, naquele ano, 70% da população maior de 10 anos de idade eram compostas de imigrantes e destes 78% tinham como origem a cidade de Belo Horizonte.

Estes imigrantes tinham uma estrutura etária jovem e pouca instrução. Comparando-os com os habitantes da RMBH, eram menos instruídos, 44% com mais de 20 anos tinha no máximo 4 anos de estudo, contra 20,4% observado para os moradores do conjunto da RMBH e o analfabetismo era 7% entre as pessoas com mais de 20 anos, 1% mais elevado entre os imigrantes de Ribeirão das Neves em comparação com os habitantes da RMBH.

A figura abaixo indica uma propaganda de imóveis no bairro Vereda às margens da BR-040, é uma das regiões que mais crescem atualmente no município.



Figura 23. Propaganda imobiliária – 2010.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Estes aspectos têm importante impacto na economia local. A participação do Produto Interno Bruto-PIB do município no PIB da Região não cessa de reduzir. Em 2000 o PIB de Neves representava 1,63% do produto da RMBH e em 2005 passou a 1,28%. Em relação à economia estadual o PIB per-capita municipal era, em 2005, aproximadamente, 25% daquele observado para Minas Gerais como um todo e 20% do da RMBH.

Em relação à ocupação os dados do censo 2000, mostram que 22,7% da população economicamente ativa de Ribeirão das Neves estavam desocupadas enquanto que para o mesmo período na RMBH a taxa era de 18,7%.

O resultado deste conjunto de fatores condicionou o agravamento da violência que mantém uma tendência crescente na cidade atingindo principalmente os jovens em 15 e 29 anos de idade, vítimas de 61% dos homicídios ocorridos na cidade (Instituto Ver, 2007).

No primeiro trimestre de 2008, a taxa de crimes violentos no município foi de 24,61 por 100.000 habitantes, valor 24,7% menor do observado no mesmo trimestre do ano anterior. Este resultado coloca o município em uma desfavorável situação frente às outras cidades de maior volume populacional na RMBH²⁴, quando se observa a taxa de homicídios por 100.000 habitantes, no primeiro trimestre de 2008. Ribeirão das Neves destaca-se como a cidade com

²⁴ Dentre as cidades de mais de 250.000 habitantes da RMBH Ribeirão das Neves é a que tinha no primeiro trimestre de 2008, o menor taxa de crimes violentos por 100.000 habitantes – Belo Horizonte - 86,01; Contagem - 101,39; Betim - 52,34.

maior taxa dentre aquelas com população maior de 250.000 habitantes e também da RMBH. Esta taxa é para a cidade da ordem de 3,76, frente a 3,14 de Belo Horizonte, a 3,53 de Contagem, a 3,43 de Betim e 3,20 para a Região (FJP, 2008).

Analisando o conjunto dos crimes cometidos em Ribeirão das Neves no período de 2000 a 2005, observa-se que 4 crimes respondem por, aproximadamente, 61% dos delitos, são eles: roubo a mão armada a ônibus e coletivos (25,5%), roubo a mão armada a transeuntes (15,0%), homicídios tentados (12,4%) e homicídios consumados (7,5%) (Instituto Ver, 2007).

Percebe-se que o município de Ribeirão das Neves através de sua peculiar trajetória e história de ocupação não gerou mecanismos propícios para criar circunstâncias favoráveis para descrever um desenvolvimento urbano que tendesse a aspectos positivos. Dentro dessa problemática, se abre, então, uma discussão a cerca da urgência em analisar tal espaço, conhecê-lo e estudá-lo de forma que se possa contribuir para os gestores públicos locais e, discutir políticas públicas eficientes. Para tal, propôs-se analisar indicadores e índices que apontassem, no espaço municipal, as regiões com maior vulnerabilidade onde as políticas públicas poderiam ser implementadas. Antes de avançar sobre estes indicadores faz-se necessário discutir minimamente os aportes teóricos que contribuiriam para a sua construção.

5. CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SÓCIO JUVENIL DE RIBEIRÃO DAS NEVES

5.1 Bases de Dados

As bases de dados demográficos e sócio-econômicos utilizadas nesse trabalho foram extraídas do Censo Demográfico de 2000, de responsabilidade do IBGE. O Censo permite abstrair informações em nível municipal. Junto às discussões levantadas a cerca da vulnerabilidade social e juvenil, buscou-se nos indicadores do Censo 2000 pontos que fundamentam e cercam a situação de risco de um cidadão na faixa etária de 15 a 24 anos.

5.2 Metodologia

Foram consideradas neste estudo as informações do Censo – 2000 por setores censitários²⁵, disponibilizadas pela Fundação IBGE. Apesar da distância temporal que separa a realização do censo ao momento atual desta análise, a riqueza da base de dados justifica o seu emprego. Por outro lado, mesmo que os resultados não venham a espelhar o que hoje se observa no município, as tendências apontadas mostram que a situação social presente já estava, delineada no passado.

O IBGE definiu um conjunto de 223 setores censitários para o Município de Ribeirão das Neves e as informações são disponibilizadas em arquivos com características do domicílio, seus responsáveis e moradores. Por razões de sigilo dos dados, os valores apresentados são agregados não permitindo o cruzamento de variáveis e conhecer as características individuais dos entrevistados.

Para uma análise didática, utilizou-se a orientação da distribuição dos bairros no município de Ribeirão das Neves. O mapa dos bairros fornecido pela Prefeitura do

²⁵ Segundo IBGE: Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil.

município²⁶ e data-se de 2006 e foi digitalizado no laboratório de Geodemografia do Programa de Pós-Graduação de Geografia – Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas.

Para a construção do índice final de vulnerabilidade, foram calculados índices intermediários que atendiam a cada vetor de vulnerabilidade previamente definido. Cada índice corresponde a um conjunto de indicadores relacionados às situações indicadas. Todos estes indicadores passaram por uma conversão de escala.

$$\frac{X - X_{\min}}{X_{\max} - X_{\min}}$$

$$X_{\max} - X_{\min}$$

Sendo “**X**”, o dado do indicador bruto, o “**X_{min}**” o menor valor encontrado para a variável dentre os setores considerados e o “**X_{máx}**” o valor máximo. Desta forma os índices variavam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo fosse o valor da unidade, mais vulnerável seria a situação levantada. Mais adiante os índices serão expostos de forma mais detalhada. (BORGES, 2004)

O mapa de bairros de Ribeirão das Neves não é bem definido, como pode-se observar nos mapas do Anexo C. Existem polígonos sem nome, outros com poucas quadras, mas estão identificados e existe uma dificuldade no que se refere às transições de áreas urbanas para áreas rurais. Através de um trabalho minucioso com tratamento e análise das morfologias dos mapas de setores e bairros, construiu-se um mapa que pudesse contemplar os dois temas. Para não poluir os mapas, e por uma razão didática metodológica, optou-se por não postar o nome dos bairros. Contudo, isso pode ser conferido, nos mapas do Anexo C.

Segundo Leporace (2001) os indicadores, além de uma função de avaliação, permitem observar um retrato da realidade e o acompanhamento da aplicação de políticas.

Babbie (1973) define os indicadores como “observações empíricas dos conceitos” ou das variáveis que estão sendo estudadas, já que se constituem em expressões dos atributos (componentes) de tais conceitos e/ou variáveis.

A construção de indicadores, independente da definição retida, pressupõe a discussão dos conceitos que são os reflexos da idéia que se faz do fenômeno social. Em última análise, os indicadores nada mais são do que a expressão, numérica ou não, de conceitos.

²⁶ Vide em anexo C

A construção de alguns indicadores pode ser mais simples do que a de outros. No entanto, na medida em que se avança em conceitos mais elaborados, como qualidade de vida ou desenvolvimento econômico, essa construção passa a exigir maiores cuidados.

Assim, esse processo teve como ponto de partida o estabelecimento de vetores que, com base nos dados disponíveis, contemplassem aspectos ligados à condição social da população em estudo e permitissem operacionalizar a conceituação da vulnerabilidade. Desta forma, seguindo proposta de Borges (2004) foram definidos três vetores, dois ligados as condições do domicílio e um a situação do chefe do domicílio. Os vetores, que também poderiam ser chamados de índices intermediários, são compostos por indicadores. O primeiro vetor tratou das condições de moradia e o segundo, do saneamento, tratando do esgotamento, abastecimento de água e coleta de lixo. O vetor sobre a condição do chefe do domicílio contemplou aspectos ligados à renda, instrução e gênero.

O índice final foi composto pela média aritmética dos vetores após a sua transformação em escala.

Buscando incorporar uma variável voltada para os jovens de 15 a 24 anos o resultado final foi ponderado pela proporção dos jovens neste grupo etário em relação ao total da população em cada setor censitário.

Condição do Domicílio

O vetor sobre a condição do domicílio foi composto por dois indicadores que tiveram por objetivo captar a vulnerabilidade em relação à condição de moradia dos habitantes de Neves.

A condição do domicílio remete diretamente à forma em que o cidadão dispõe seu projeto de vida, de como possa valer seus direitos de habitação e principalmente com relação a precarização do mesmo.

Para tal, considerando as variáveis disponíveis no censo demográfico, foram selecionados os seguintes indicadores:

- a) densidade domiciliar – número médio de moradores por domicílio;

b) forma de ocupação do domicílio – proporção dos domicílios de ocupação precária²⁷ em relação ao total.

Condição de saneamento

O vetor condição de saneamento buscou captar a precariedade do acesso a água, esgoto e coleta de lixo. Tal situação tem forte correlação com as condições de saúde da população e, em caso de uma reduzida infra-estrutura, é um claro risco à população.

É dever do poder público garantir o mínimo de saneamento, respeitando as leis ambientais vigentes. Viver numa situação pela qual o saneamento básico não atenda os requisitos mínimos é se enquadrar em um grupo não é reconhecido pelo poder local e não fazer valer seus direitos de cidadão.

Os indicadores que formaram esse índice foram:

a) condição de abastecimento de água – proporção de domicílios não ligados à rede geral em relação ao total.

b) condição de saneamento – proporção de domicílios sem esgotamento sanitário adequado²⁸ em relação ao total.

c) condição de coleta de lixo – proporção de domicílios sem coleta de lixo em relação ao total.

Condição social do responsável pelo domicílio

Em relação ao responsável (ou chefe) pelo domicílio, optou-se por considerar três indicadores: um relacionado à renda do responsável, outro ao sexo do responsável pelo domicílio e o último relacionado à sua instrução.

A condição social é o produto de todos os outros indicadores relacionados anteriormente. Cidadãos que moravam em áreas de situação de risco em Belo Horizonte

²⁷ Definiu-se como ocupação precária a não propriedade do imóvel quer com quitação ou em processo de compra.

²⁸ Definiu-se como domicílio com saneamento adequado, aquele ligado à rede geral de esgoto ou com fossa séptica.

foram indenizados e removidos de lugar. O valor da indenização é baixo, este fato levou muitas famílias a comprarem imóveis em Ribeirão das Neves²⁹. A questão de gênero trata das mulheres que tem, além de criar os filhos, mas, também sustentar a casa. Notoriamente as dificuldades de um domicílio com esse perfil são maiores para se fazer garantir um desenvolvimento mais saudável e robusto.

Renda: Proporção de pessoas responsáveis pelos domicílios com renda mensal de até 1 salário mínimo em relação ao total de pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes.

Gênero: Proporção de responsáveis dos domicílios particular permanente do sexo feminino em relação ao total de responsáveis pelos domicílios.

Instrução: Proporção dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes que passaram por cursos de alfabetização ou qualquer outro curso até o final do ensino elementar, em relação ao total de pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes.

Para construção das classes de vulnerabilidade utilizou-se o cálculo do desvio padrão. Neste caso, trabalhou-se com 4 classes. (1) Muito Crítico, (2) Crítico, (3) Razoável e (4) Bom. As classes foram criadas considerando para 1 e 4 a média mais dois desvios e 2 e 3 a média mais um desvio. (BORGES, 2004)

Foram classificados como: muito crítico (1) os setores onde a concentração das carências é superior à concentração média dos setores, configurando uma realidade de alta vulnerabilidade. O Índice Crítico (2) aponta condições vulneráveis ainda maiores que a média. Com Índice Razoável (3) estarão setores onde as ocorrências de situações vulneráveis se mostram em torno da média, sendo uma condição típica de cidade. Por fim, o Índice Bom (4) significa que naquele setor há manifestações menos vulneráveis. Os mapas coropléticos irão variar as cores de acordo com sua intensidade, ou melhor, quanto mais escuro for a área assim vulnerável será a situação. O Índice final foi composto através da média aritmética simples dos três indicadores: condição do domicílio; condição de saneamento; condição social do responsável pelo domicílio.

Buscando incorporar uma variável voltada para os jovens de 15 a 24 anos o resultado final foi ponderado pela proporção dos jovens neste grupo etário em relação ao total da população em cada setor censitário.

²⁹ Outro complicador para o cidadão nevensense é a tarifa do transporte para Belo Horizonte. Saindo da região do Veneza o transporte custa R\$ 3,55, valor esse que, dificulta a aquisição de emprego, pois é garantido em lei que o vale transporte deva ser pago pelo empregador.

6. RESULTADOS NOS MAPAS: ANÁLISE FINAL

O desenvolvimento e estruturação de um Índice de Vulnerabilidade Social do município de Ribeirão das Neves com características de pouca expressão econômica, social e cultural no âmbito metropolitano de Minas Gerais não é uma tarefa simples. Se de um lado as indisponibilidades das informações não permitem a completa operacionalização dos dados, por outro, chegar ao produto final do trabalho com condições limitadas, não é fácil.

A porção branca demonstrada no mapa abaixo corresponde a uma área pertencente ao Governo do Estado de Minas Gerais.

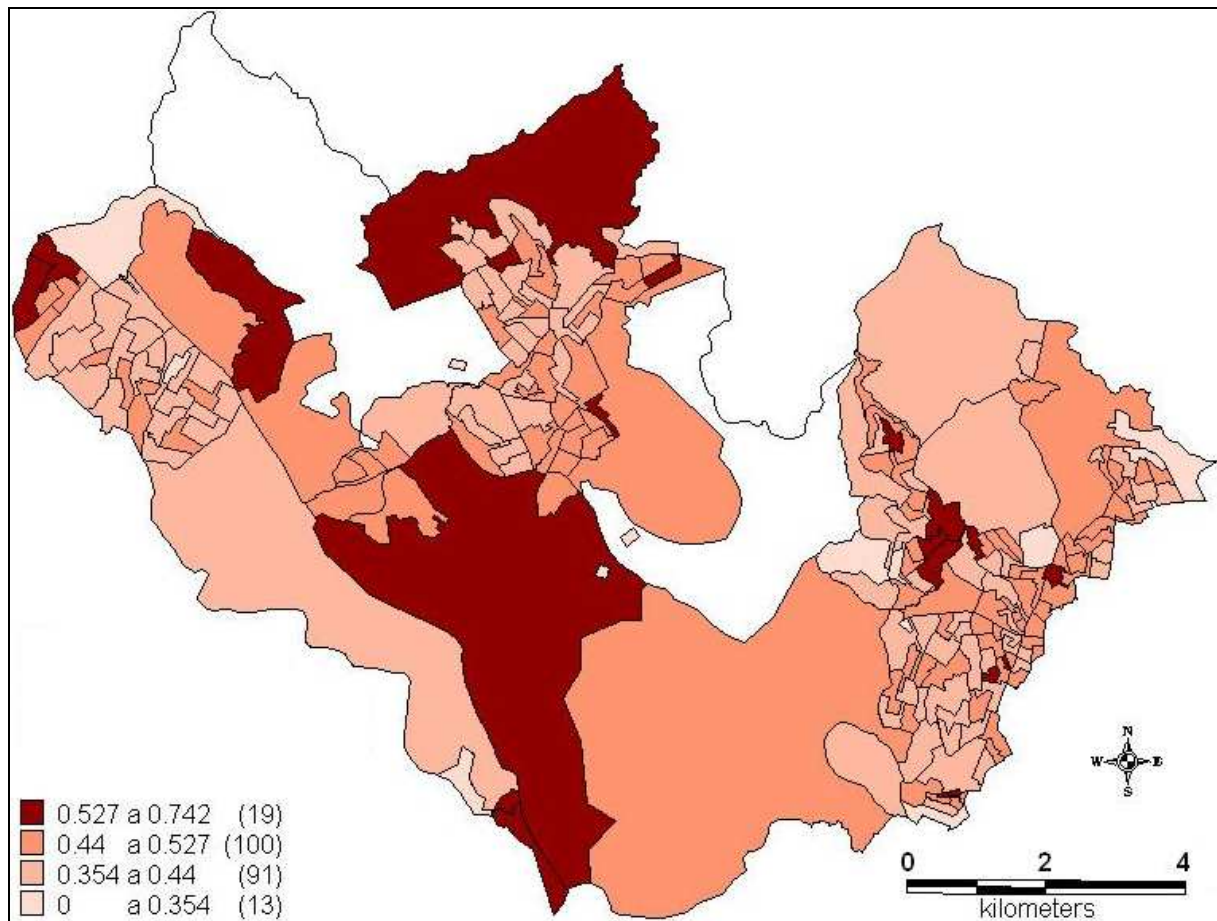


Figura 24. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social de Ribeirão das Neves/MG.

Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE - Organização: Lab. Geodemografia/ PPGGTIE – PUC Minas, 1º sem 2010 - COELHO, A. B.

O Mapa de Vulnerabilidade Social de Ribeirão das Neves demonstra 19 setores censitários no nível muito crítico. A região do Veneza possui a ocupação mais recente do município, por volta de 15 anos, e se deu de forma espontânea, produto da falta de planejamento e infra-estrutura. Aponta somente níveis muito críticos, mas, também se vê níveis críticos de vulnerabilidade. Na porção central do mapa até o extremo norte constatam-se níveis que variam entre críticos e razoáveis, entretanto no extremo norte existem setores indicando níveis muito críticos. Também neste extremo a ocupação urbana, um pouco mais antiga do que a região do Veneza, nota-se as mesmas mazelas e falta de infra-estrutura.

Abaixo a imagem da Rua 19 no Bairro San Genaro, regional do Veneza. A falta de asfalto e calçamento já tornou, segundo os moradores, uma característica típica dos bairros dessa região.



**Figura 25. Típica Rua de Ribeirão das Neves / bairro San Genaro.
Fonte: COELHO, A.B - 2008.**

Na porção leste (Região do Justinópolis) conurbada com o município de Belo Horizonte, encontra-se níveis muito críticos, um pouco distribuídos e uma pequena aglomeração no centro. Apesar de Ribeirão das Neves ter iniciado a ocupação e aglomeração urbana mais intensa por Justinópolis, por lá existem poucos setores que indicam um nível bom de vulnerabilidade.

A construção deste mapa para o município se inscreve em uma proposta que visa disponibilizar para as autoridades locais, informações para a elaboração de proposta, para contribuir no direcionamento de políticas públicas, principalmente no que refere o público

juvenil. Sabe-se que a discussão de políticas públicas para juventude no Brasil ainda é recente, mas, é de se reconhecer o esforço do atual Governo para que tal proposta aconteça. Contudo, todo esse esforço tem que ser bem assimilado pelo poder municipal e reforçado pelos movimentos locais.

Os resultados mostrados indicam que há áreas de vulnerabilidade social no município que estão de um lado ligadas à recente e desordenada ocupação do espaço urbano e, de outro lado, as situações econômicas e sociais adversas, onde fatores relacionados à condição de vida da população estão mais presentes.

O índice com ponderação de jovens de 15 a 24 anos a seguir, corresponde, segundo o Censo 2000 IBGE, a uma população de 54.130 indivíduos, sendo 26.617 do sexo feminino e 27.513 do sexo masculino. Essa juventude correspondia a 21,9% da população nevenense do ano 2000. Será possível analisar a seguir, em nível de comparação com o mapa anterior, quais áreas são mais críticas com relação ao público Jovem.

Contudo, para promover uma análise didática e compreensível dos dados procurou-se, conjugar os mapas dos setores censitários e a distribuição dos bairros.

Com o objetivo de melhorar a visualização aumentou-se a escala dos mapas de bairros com setores. Neste caso, os mapas serão expostos por regiões. Sendo elas Veneza, Centro e Justinópolis com dois setores, norte e sul, isso, em função da grande quantidade de bairros pequenos pertos uns dos outros.

O mapa nº6 demonstra o Índice de Vulnerabilidade com a ponderação de Jovens de 15 a 24 anos em uma perspectiva de município. Pode-se ver a distribuição dos pontos críticos com as manchas mais escuras nas três regiões representadas (Veneza, Centro e Justinópolis).

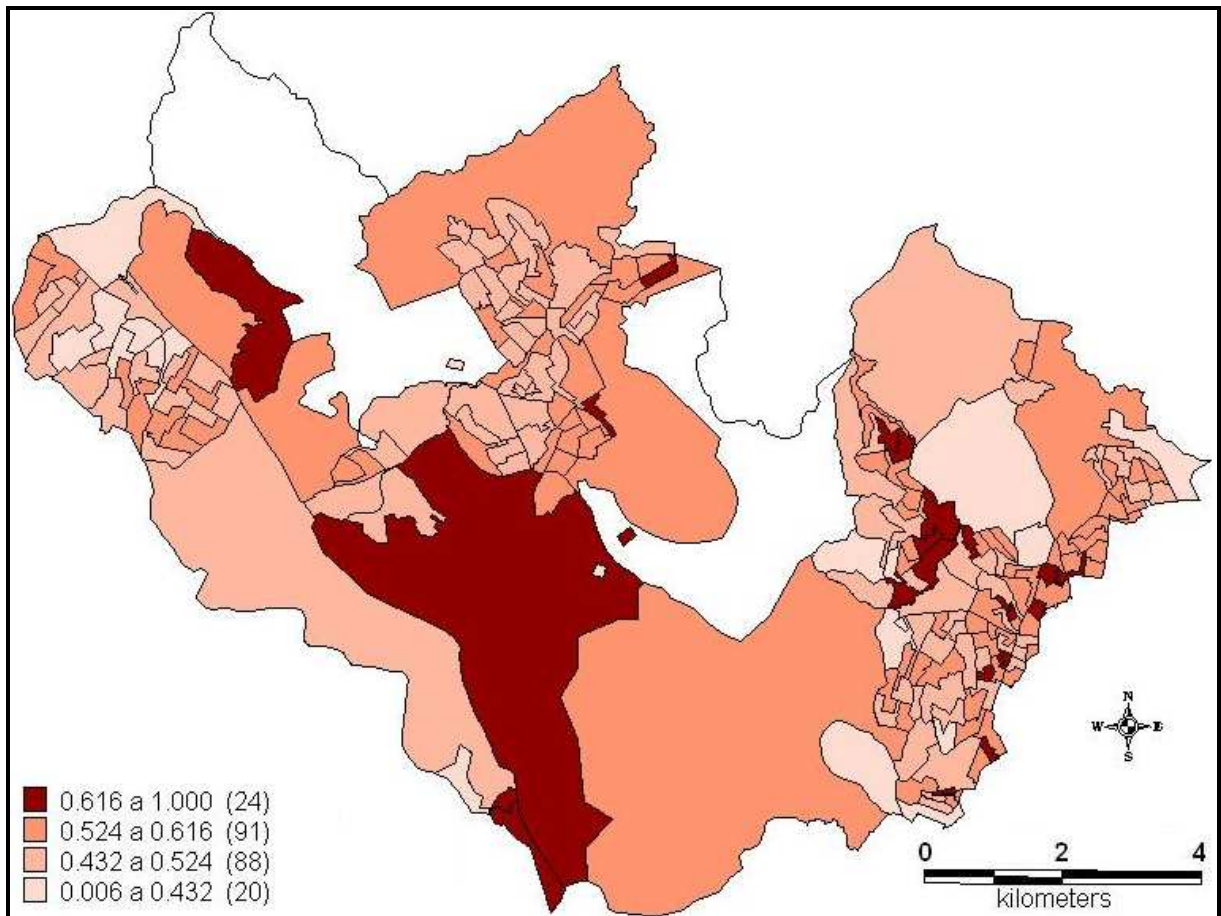
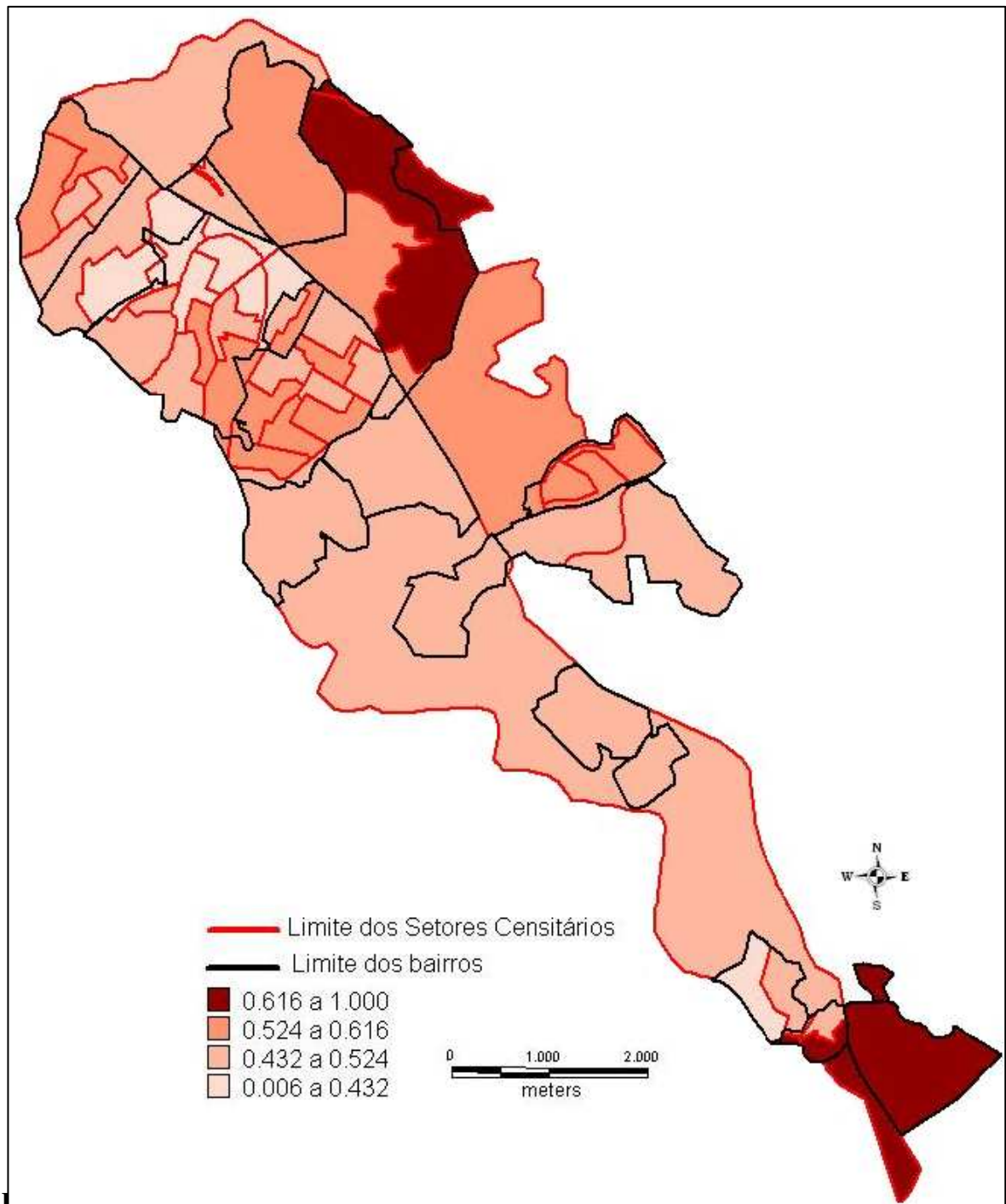


Figura 26. Mapa do Índice de Vulnerabilidade com a ponderação de jovens de 15 a 24 anos – Ribeirão das Neves/MG.

Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE - Organização: Lab. Geodemografia/ PPGGTIE – PUC - Minas, 1º sem 2010 - COELHO, A. B.

A seguir os mapas darão melhor perspectiva, à medida que, conjugam junto com os setores censitários os bairros do município³⁰.

³⁰ Para se orientar e saber os nomes dos respectivos bairros, vide no anexo 01 o mapa cadastral dos bairros (2006) utilizado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves. Neste caso, existe uma diferença cronológica com relação aos setores censitários (2000-IBGE) e aos bairros (2006-Prefeitura). É importante ponderar alguns casos que houve ocupações recentes.



Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE - Organização: Lab. Geodemografia/ PPGTIE – PUC - Minas, 1º sem 2010 - COELHO, A. B.

Os setores censitários demonstram bem nos mapas onde possa haver o surgimento de alguns bairros, pois, os setores se cercam por residências e quanto mais for espaçado a

distribuição dos domicílios maior, a nível espacial será o setor. Assim no mapa da Região do Veneza é claro o surgimento de alguns bairros na porção oeste ao longo da BR-040.



Figura 28 – Vista do campo do alto Veneza. Bairro Veneza
Fonte: Elaborado pelo autor

Nota-se que em um mesmo bairro existem diferentes níveis. Observando os níveis mais críticos, percebe-se que o condomínio Vale do Ouro³¹ no ano 2000 está com nível muito crítico, contudo nesse ano existiam poucos moradores ali. Neste caso a média e os dados levantados naquela área foram considerados um dos piores do município. Daí vem à relevância em ir a campo e buscar informações do histórico de ocupação de determinadas regiões. O condomínio Vale do Ouro nessa época (no ano 2000) era habitado segundo moradores, apenas por caseiros e, toda parte de infra-estrutura era ainda muito rústica e

³¹ O Condomínio aqui referido foi reconhecido como FECHADO pela Lei Municipal nº 1760, de 17/04/1996 do Município de Ribeirão das Neves/MG, averbada sob nº Av 16, em 30/07/1996, junto ao registro nº 42, livro 8-A e sob nº Av 103, em 30/07/1996, junto ao registro 48, livro 8-A, ambos acima referidos.

escassa³². Contudo a realidade do Condomínio atualmente é bem diferente, pois, a maioria dos condôminos já reside e investe no local, atitude esta que veio sendo tomada há pouco mais de cinco anos.

Neste caso, as análises partirão para áreas que fogem dessas peculiaridades, que existirão em alguns pontos dos mapas.

Nota-se uma linha que parte de sul a noroeste no mapa n° 7 da região do Veneza. Esse recorte é feito pela BR-040, ou melhor, essa região se desenvolveu em função dessa passagem e acesso. Um grande corredor em que ao longo das últimas décadas as pessoas foram construindo suas casas, constituindo suas famílias e vivendo com os perigos de estar à beira de uma rodovia federal movimentada. Triste ressaltar que ao longo dessa passagem de aproximadamente 12 quilômetros não se vê nenhuma passarela sequer para os moradores. Há muitos jovens estudantes que rotineiramente atravessam a rodovia para chegar à escola. Os protestos nessa faixa, principalmente no extremo sul no bairro Liberdade, são comuns, isso, por causa da frequência de acidentes no local. Existem redutores de velocidade eletrônicos nesse trajeto que há pouco mais de três anos não funcionam. E justamente nesse trecho, o mapa, demonstra níveis muito críticos, que correspondem não somente o Bairro Liberdade, mas também, aos bairros San Marino e San Remo.



Figura 29. BR-040 trevo do bairro Liberdade.
Fonte: COELHO, A.B - 2010

Níveis críticos no mapa n° 7 serão observados somente no extremo norte e noroeste do mapa. Começa pelo bairro Fazenda Castro, conhecido popularmente como “Metropolitano”.

³² Sistema de fossa séptica de esgoto nas residências, sem coleta eficiente do lixo e os poucos residentes que ali tinham eram caseiros e pessoas com pouca instrução.

Dentro desse bairro há uma variação de níveis críticos e razoáveis e, os níveis mais críticos estão presentes nas áreas limítrofes do município de Ribeirão das Neves com o Município de Esmeraldas, porção essa que passou por uma ocupação urbana mais recente.

O bairro Vale das Acácias demonstra nível crítico e, também é outro exemplo de ocupação recente de 15 anos. Houve tentativa de criação de outro condomínio fechado, como o Vale do Ouro, mas, isso não se efetivou em função da desvalorização do terreno. O motivo dessa desvalorização, segundo os moradores, explica-se por conta de algumas invasões e construções que descaracterizaram a intenção do condomínio. Atualmente, apesar de existir uma entrada, com o mesmo estilo de condomínio, porém sem a figura do porteiro a área ficou definida como bairro.

Dentre os bairros San Genaro, Florença, Veneza e o Conjunto Henrique Saporì, os que apresentam mais variações de níveis de vulnerabilidade são os bairros Veneza e Florença. São os bairros mais antigos dessa região e possuem as maiores dimensões em área. No bairro Florença constata-se níveis bons e, estão próximos uns dos outros às margens da BR-040. Também não se pode esquecer que ali está localizada a Fábrica de Refrigerantes Del Rey, grande empregadora da região. Os níveis críticos e razoáveis no Florença estão a exemplo do Metropolitano, em áreas de divisa com outro município, onde as ocupações são mais recentes. No bairro Veneza aparecem níveis críticos e razoáveis. Interessante que a parte mais antiga, que esta em um nível razoável, fica a beira da BR-040 a exemplo dos outros bairros. Nos bairros, Alterosa, Vale Verde, Belvedere, Jardim Verona e outros que seguem as margens da BR-040 no setor oeste também apareceram com níveis razoáveis.

As porções de ocupação mais antigas da região do Veneza apresentam uma similaridade, índices razoáveis, comparando com as outras localidades. Assim, constata-se que as populações que vivem algum tempo na região têm residências com melhores condições, possui melhor infra-estrutura urbana e conseqüentemente a renda. Isso reflete diretamente na ponderação Juvenil exposta no mapa, à medida que, também, a maioria das escolas da região localiza-se nesses bairros; Veneza, Florença e San Genaro.

A questão da análise do tempo de residência no município pode, a *priori*, parecer simples, mas a integração e sentimento de pertencimento do espaço vivido é algo muito importante a ser considerado. Pessoas que vivem muito tempo em algum lugar, já constroem um pilar família e histórico mais sólido, participam mais veementemente do cotidiano do município e, mais efetivamente que os recém chegados.

Está exposto a seguir o mapa n° 8 que contempla a porção central do município de Ribeirão das Neves.

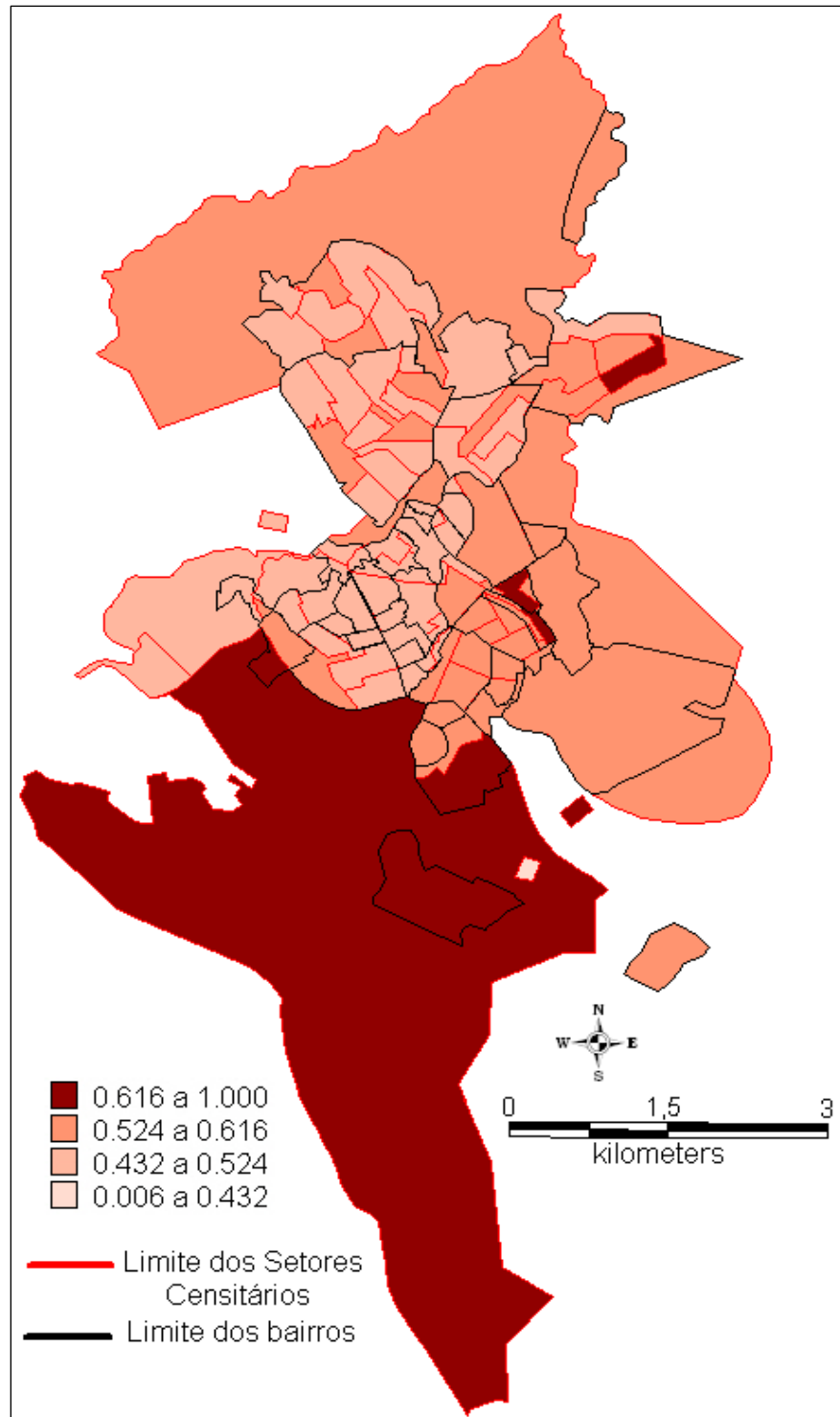


Figura 30. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Sócio Juvenil – Região Central Ribeirão da Neves/MG.
Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE - Organização: Lab. Geodemografia/ PPGGTIE – PUC - Minas, 1º sem 2010 -COELHO, A. B.

A grande mancha escura no centro do mapa recorre ao mesmo caso da região do Veneza, por se tratar de uma área rural. Contudo se vê o crescimento de um bairro nesse setor, o bairro São Luiz localizado bem atrás da Penitenciária Dutra Ladeira.

As ocupações na região central partem para o norte. Os avanços das ocupações nessa região vão até o limite com o município de Pedro Leopoldo, isso se constata com a aglomeração de setores censitários.

É nesse ponto de partida que se desenvolverá a compreensão da conjugação dos dois temas, setores e bairros.

Os pontos mais críticos do mapa estão isolados dentre os bairros. Contemplam os níveis muito críticos os bairros Santa Martinha 4° e 3° Seção e no bairro Santinho nas porções norte. O que foge dessa lógica é o bairro Porto Seguro, um ponto isolado às margens da MG-006 e próximo das principais penitenciárias.



Figura 31. Bairro Santinho.
Fonte: Elaborado pelo autor

Com a ponderação do público jovem, muitos setores desse mapa deixaram de estar em um nível muito crítico e passaram para um nível indicando a redução da vulnerabilidade. Mesmo assim, a porção leste do mapa é praticamente dominada por níveis críticos, e ali se concentram bairros como: Bom Sossego, Iolanda, Campo Silveira, Sevilha 1° Seção, Nova União, Santa Martinha e Vila da Hortinha. Essa região especificamente cresceu expressivamente, seguindo a tendência do município, nos anos 80. A ligação com a Regional de Justinópolis pela MG-06 é a principal articulação viária.



Figura 32. Portaria da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves.
Fonte: Elaborado pelo autor

Não fugindo da realidade da região do Veneza, os bairros do Centro de Ribeirão das Neves também carregam características de uma área de periferia, com a ocupação predominantemente feita por parcelas mais pobres da população metropolitana, o que se reflete nos índices sócio-demográficos, sendo que, a renda auferida e a escolaridade média dos moradores estão muito abaixo da média metropolitana.

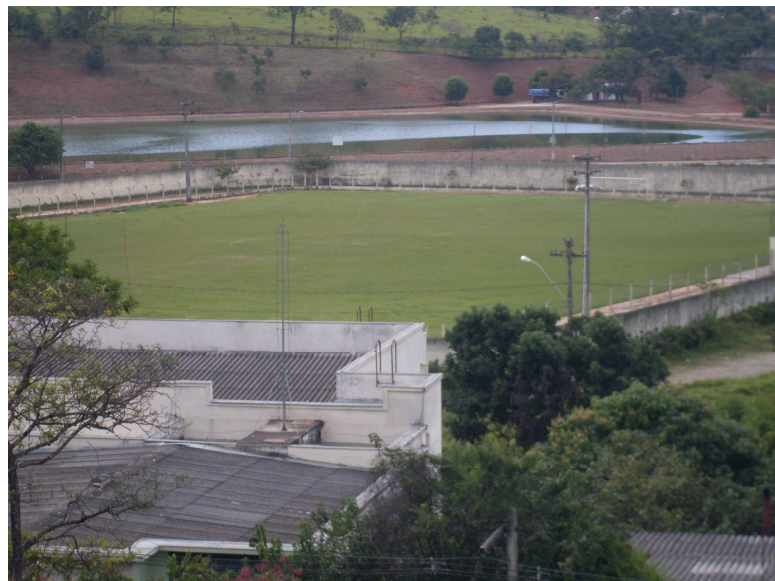


Figura 33. Portaria da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves.
Fonte: Elaborado pelo autor

A paisagem urbana esta em constante transformação, já existe uma interferência eminente do governo Federal com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na região que, traz para a população uma esperança de haver bruscas mudanças nos equipamentos urbanos como: pavimentação de vias e construção de moradias dignas.



**Figura 34. Vista da área Central de Ribeirão das Neves.
Fonte: Elaborado pelo autor**



**Figura 35. Estádio Municipal Ayrton de Oliveira ao fundo a Estação de Tratamento de Esgoto.
Fonte: Elaborado pelo autor**



Figura 36. Portaria da Penitenciária Agrícola de Neves.
Fonte: Elaborado pelo autor

A seguir o mapa da figura n° 37 tratará de contemplar a análise da porção sul da Região de Justinópolis. Justinópolis foi dividido em dois mapas (norte e sul) para que ficassem melhor dispostos visualmente.

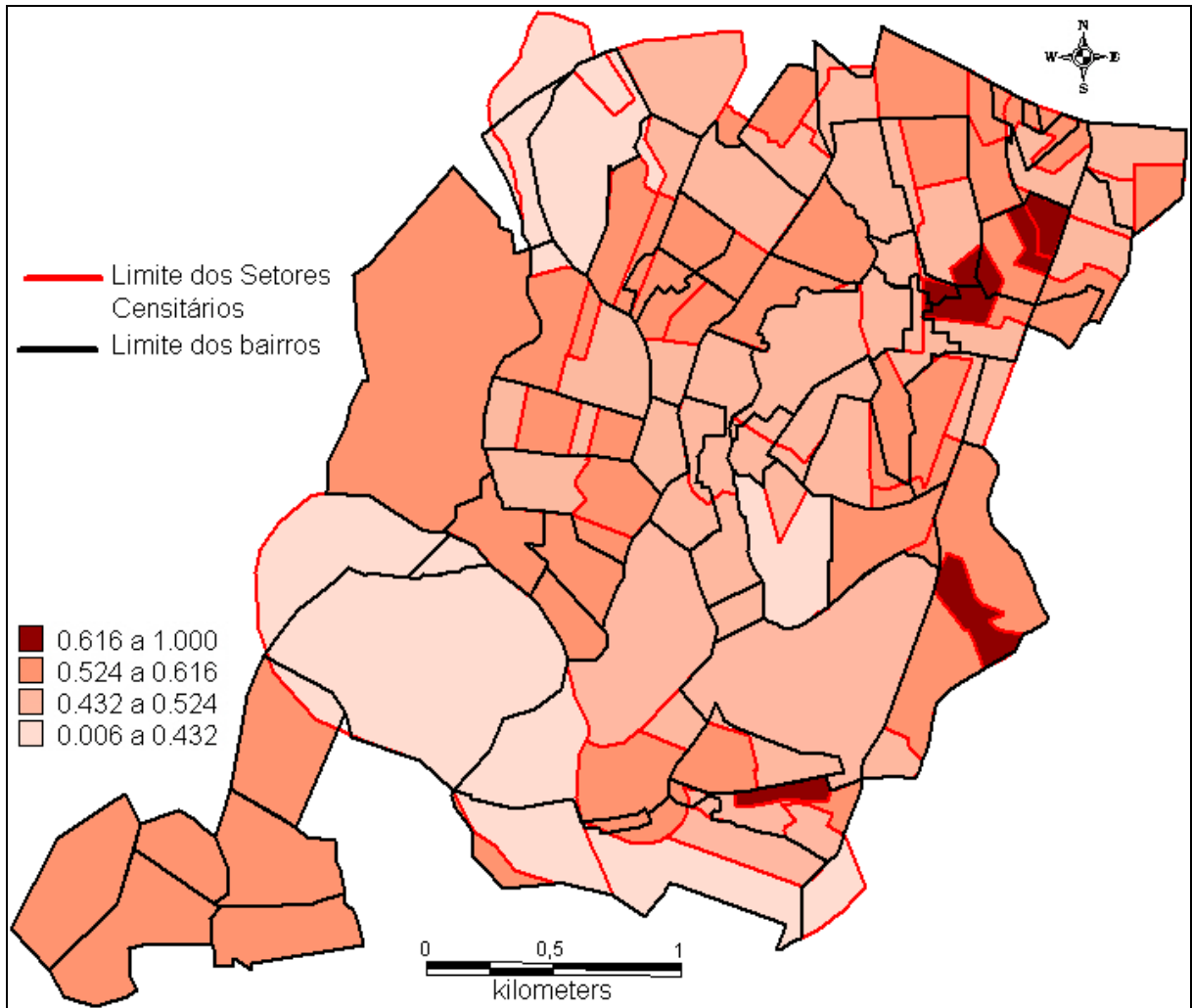


Figura 37. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Sócio Juvenil – Região de Justinópolis, setor sul, Ribeirão das Neves, MG - Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE - Organização: Lab. Geodemografia/ PPGGTIE – PUC - Minas, 1º sem 2010 - COELHO, A. B.

Esta é uma região localizada na divisa tríplice entre os municípios de Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves. Constitui-se de uma articulação viária importante se da ao norte do mapa pela Avenida Civilização e pela rodovia MG-06, estrada para Justinópolis. A Avenida da Civilização é a continuação da Avenida Padre Pedro Pinto, principal via que corta a Regional Venda Nova de Belo Horizonte. A ocupação da porção Sul da Região de Justinópolis é datada da década de 50, veio a constituir-se daquelas de maior crescimento em toda RMBH na década de 70, com fluxo de uma parcela muito pobre da população metropolitana para essa região, consolidando o aludido processo de periferização.

A princípio, pode-se contatar no mapa anterior predominância de níveis Críticos (2) e níveis razoáveis do índice de vulnerabilidade (3). Níveis razoáveis se destacam ao centro e críticos nas bordas. Apenas três setores indicam níveis bons (1).

Há cinco setores censitários indicando níveis muito críticos no mapa. No pequeno ponto ao sul, nota-se um bairro com mais três setores. Um nível muito crítico, outro crítico e dois razoáveis. Trata-se da Vila Bispo de Maura. A sudeste encontra-se um bairro com quatro setores censitários e, o que se localiza ao centro indica um nível muito crítico. Trata-se do bairro Luar da Pampulha. E por fim, a nordeste há três setores muito críticos. Eles estão inseridos nos bairros: Lagoa, Penha, São José 2º seção e Santa fé. Traíndo um pouco a tendência de outros pontos da cidade, as características desses bairros se diferem por serem mais urbanizados, a região de Justinópolis, visualmente, se constitui de vias mais pavimentadas do que as outras regiões, o que diferencia e muito a construção da paisagem urbana. Naturalmente a ocupação desses bairros ocorreu de forma espontânea, entretanto, também se vêem acrescidos de todas as mazelas da periferia metropolitana. Alto custo de transporte para as famílias e o atendimento médico ineficiente, isso, tanto nos postos de saúde como nos hospitais próximos. Conseqüentemente, rotineiramente os moradores se deslocam para buscar serviços médicos na capital.

A seguir será exposto e analisado o mapa da figura número 38 que contempla a porção norte da Região de Justinópolis.

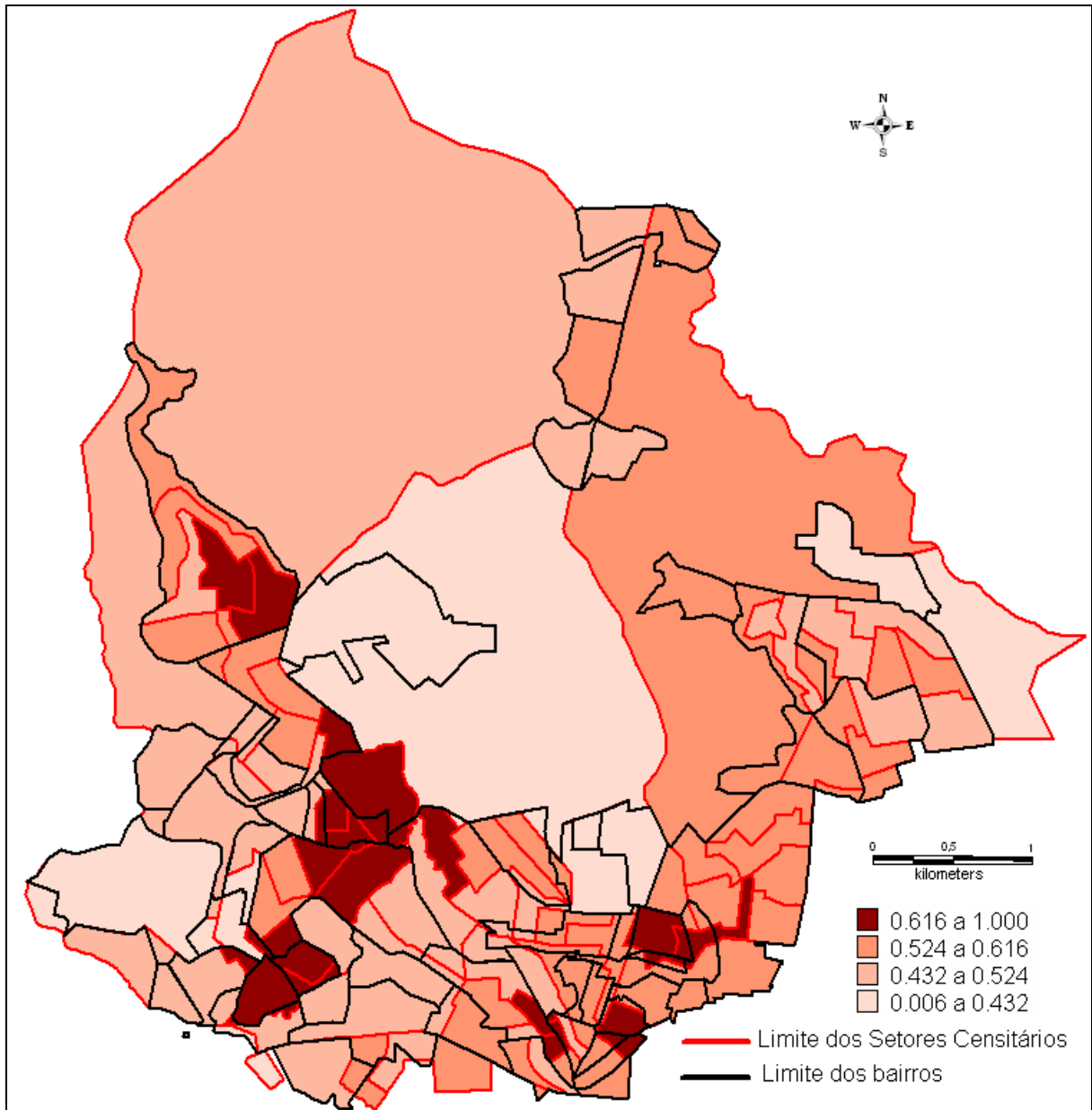


Figura 38. Mapa do Índice de Vulnerabilidade Sócio Juvenil – Região de Justinópolis setor norte, Ribeirão das Neves, MG - Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE - Organização: Lab. Geodemografia/PPGGTIE – PUC - Minas, 1º sem 2010 - COELHO, A. B.

A porção norte região de Justinópolis localiza-se na divisão tríplice entre os municípios de Belo Horizonte, Vespasiano e Ribeirão das Neves. A Avenida da Civilização também é a principal via de acesso.

Aqui, se localiza outra região conhecida como Areias. Isso, em função de possuir características diferentes do resto da Região de Justinópolis, sendo, marcada pela transição entre o rural e o metropolitano, em grande parte, relativamente despovoada e pressionada por vetores de urbanização, especialmente a partir de Justinópolis. A ocupação da Região de

Areias se desenvolve a partir bairro Maria Helena – a leste – e também da sede do distrito do bairro Menezes, a oeste. A esparsa ocupação é predominantemente de classes baixas, como evidenciam os dados sócio-econômicos: renda e escolaridade muito baixas e compatíveis com a média regional do vetor norte. As grandes áreas dos setores ao norte do mapa são testemunha da porção rural remetida à região de areias.

Há dois setores a noroeste do mapa no mesmo bairro. Trata-se do bairro Menezes. Dentro desse mesmo bairro há três níveis diferentes, críticos (maior parte) e razoável. Seguindo ao para o sul, outro ponto muito crítico esta localizado no encontro de vários bairros: Esperança, Maria Madalena, Botafogo 1° e 2° seção e o Maracanã. Os bairros Tropical e Labanca estão com todas as áreas com níveis muito críticos.



Figura 39. Corregão do Botafogo/Labanca.
Fonte: Elaborado pelo Autor

O bairro Belo Vale aparece, com nível muito crítico, apenas na divisa com o bairro tropical. A sudeste há o único setor muito crítico isolado, localizado no bairro Lídice. A oeste desse setor há pontos no Bairro Braúnas e, os níveis muito críticos estão localizados na Vila Braúnas e em seu entorno. Por fim, dois setores que contemplam três bairros a norte dessa última localização, sendo, a Vila Delma e a Vila Boa Vista em toda extensão indicam o pior índice, parte do bairro Maria Helena é contemplado nesse recorte.



**Figura 40. Vista da Praça Mauá e da Paróquia da Rainha da Paz no Bairro Botafogo.
Fonte: Elaborado pelo autor**

Pode-se contatar no mapa da figura 38 a presença de mais vilas e favelas em pontos muito críticos. É nítida a predominância de níveis razoáveis a oeste e críticos a leste. Contudo é a oeste que os níveis muito críticos aparecem mais, revelando um grande contraste no município.



**Figura 41. Centro Comercial do Bairro Urca (Núcleo Terciário)
Fonte: Elaborado pelo autor**



**Figura 42. Vila Braúnas – Rua Flamengo com Rua Tijuca.
Fonte: Elaborado pelo autor.**

Esse trabalho pouco revelou ou contribuiu sobre as questões dos processos pelos quais levaram algumas regiões do município a apresentar índices alarmantes. Mas, o intuito do projeto também passa pela provocação e intenção de criar um debate sobre as diferentes origens e realidades do município.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ribeirão das Neves que tem sua origem no século XVIII é uma das ocupações e assentamentos urbanos mais antigos da RMBH (REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE). A fundação da Capela de Nossa Senhora das Neves pode ser considerada um marco inicial para construção da sua história e identidade. Com o tempo as romarias até a capela foram aumentando, pessoas vinham de longe prestar homenagens a Santa.

O foco atrativo da cidade tomou outro rumo com a construção daquilo que seria uma das maiores e mais bem equipadas Penitenciárias Agrícolas, não só do Brasil, mas de toda América Latina. A PAN (PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE NEVES) terminou de ser construída em 1938, e foi encarada como um benefício para a cidade. Muitos serviços públicos que antes eram praticamente inexistentes passaram a ser acessíveis a população como, dentista e médico, na questão da saúde e o campo de futebol, na questão do lazer.

O sucesso da PAN despertou o olhar de governantes para a cidade e fez com que mais penitenciárias fossem construídas na região nas décadas de 1960 e 1970. Concomitantemente, a cidade foi crescendo e recebendo migrantes, principalmente no vetor norte da RMBH. Na década de 1960 foi fundada, também, a Cidade dos Meninos (SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULA) que, até os dias de hoje, tem um papel fundamental na educação e formação profissional dos jovens da cidade. Entretanto, houve um negativismo criado em torno da construção das penitenciárias, trazendo um rótulo que a cidade ainda carrega de “cidade presídio”.

Afinal, quem quer morar na “cidade presídio?” Eis a razão da grande desvalorização imobiliária do lugar e com isso houveram facilidades oferecidas pelo setor público municipal, pois, quase não havia exigências em relação ao parcelamento das terras. Fato esse que, facilitou os loteamentos e parcelamentos de terras a baixo preço para uma população de baixa renda. O aumento da população carcerária também atraiu centenas de famílias de detentos. Hoje o município possui cinco presídios, com uma população carcerária de aproximadamente 3.400 detentos.

A Prefeitura de Ribeirão das Neves divide a cidade em três regionais administrativas, sendo Justinópolis a regional com limite conurbado com a regional Venda Nova de Belo Horizonte, a regional Centro (sede) onde se localiza a prefeitura, a câmara dos vereadores e as

penitenciárias e, por fim, a regional Veneza, às margens da BH-040 na divisa com Esmeraldas e Contagem. Regiões que antes eram pouco ocupadas receberam, num pequeno espaço de tempo, muitos migrantes vindos do interior do Estado e da RMBH. A região central da cidade cresceu em direção a norte, na divisa com Pedro Leopoldo. A Região do Veneza (extremo oeste) cresceu em direção a divisa com Esmeraldas. Essas foram novas ocupações impulsionadas nas décadas de 1980 e 1990, por loteamentos de baixo custo em virtude da pouca infra-estrutura urbana oferecida por estas localidades.

Após esta breve contribuição histórica do município de Ribeirão das Neves, inicia-se então a exposição dos resultados mais relevantes do trabalho. A fim de se traçar uma linha metodológica, houve primeiro a preocupação em construir um modelo para confecção do mapa de vulnerabilidade social com base nos setores censitários do ano 2000. Após aplicar a metodologia, se teve o cuidado de identificar as áreas apontadas pelo mapa. Para isso, foi necessário o estudo do mapa dos bairros (ANEXO C). Assim, foi feito um dos principais produtos desse trabalho: a construção do mapa de bairros a partir da observação do mapa dos setores censitários. Contudo, o mapa dos bairros obtinha dados mais recentes do que o de setores censitários do IBGE. Desta forma, a observação tornou-se mais instigante em comparação aos dois temas (BAIRROS E SETORES) e indicaram alguns novos bairros em expansão. Houve um grande cuidado ao acoplar os dois temas no mesmo mapa. A observação das vias, praças e áreas de divisa com outros municípios, foram pontos fundamentais para percepção da junção ou não dos polígonos. Essa observação foi bastante importante para que ocorresse o mínimo de equívocos na descrição e análise posterior dos mapas. Alguns bairros que estão às margens da BR-040, por exemplo, constituem um único setor censitário, segundo o censo do ano 2000. Ao passo que, no mapa dos bairros de 1996, confeccionado por uma empresa contratada pela prefeitura de Ribeirão das Neves, se consegue notar o crescimento e expansão dessas áreas.

Em agosto de 2010 teve início o novo Censo brasileiro que poderá trazer consigo dados que irão servir de comparação aos que foram extraídos neste trabalho. Ribeirão das Neves é um município em constante expansão populacional e há sempre novas demarcações territoriais, principalmente no que diz respeito aos bairros. Muitas áreas antes com perfil rural irão se transformar em bairros, assim, o município ganhará mais setores censitários. Chama-se a atenção para uma situação grave em que o poder público não pode ignorar esse acelerado crescimento populacional às margens da BR-040. Ali vivem milhares de famílias e, que até

hoje são vítimas da falta de passarelas e redutores de velocidade. Até existem redutores, mas não funcionam. Diariamente inúmeras pessoas atravessam a via para tomar o coletivo para Belo Horizonte, jovens que vão para escola, idosos que precisam de consulta especializada. Mortes por atropelamento já inflamaram muitas manifestações que fecharam a BR-040 por instantes. Diversas cruzeiros são fixadas ao longo do trecho, principalmente nos trevos que dão acesso aos bairros.

Contudo, a perspectiva que se espera dos dados do Censo IBGE 2010 poderá ser de um Município de Ribeirão das Neves diferente e isso não é em função somente do esforço local, mas do próprio crescimento econômico que o país atravessou nos últimos anos e, também, algumas políticas assistenciais importantes que contribuíram de forma direta na renda e na formação profissional dos cidadãos do município. Exemplo de programas como o Poupança Jovem do Governo do Estado de Minas Gerais e do Bolsa Família do Governo Federal. Estas foram uma das perspectivas desse trabalho, entretanto, não se pode deixar de ressaltar que, muitas bibliografias consultadas reclamavam a falta de dados precisos e melhor estruturados para tal análise do município de Ribeirão das Neves. Como se pode ver abaixo, um dos parágrafos da conclusão do diagnóstico de Ribeirão das Neves levantado pelo Instituto Ver em 2007.

É absolutamente inadmissível que, em pleno século XXI, as Secretarias Municipais de Neves ainda não possuam informações efetivamente detalhadas sobre suas áreas de atuação. Não está se falando aqui de sofisticados instrumentos de sistematização e análise de dados – função que poderia perfeitamente caber ao presente relatório de pesquisa -, mas sim da produção de informações básicas sobre o município – função intransferível da administração municipal. A Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves enfrenta hoje uma necessidade inadiável de investimento em estrutura de produção de dados para que, em um futuro breve, possa gerenciar seus recursos e planejar suas políticas públicas em função da análise dessas informações. (INSTITUTO VER, 2007, p.94)

Contudo, o Governo municipal atravessa ainda outros problemas, com relação à arrecadação, por exemplo, a inadimplência com o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) tem uma média de 55% da população³³. Esta inadimplência compromete a execução de obras e a melhoria média da qualidade de serviços prestados à comunidade. Para se ter uma idéia, Belo Horizonte tem uma inadimplência de 13%.

³³ A inadimplência média para o pagamento do IPTU é de 55%, ou seja, menos da metade dos proprietários de imóveis cumprem com o pagamento do Imposto Territorial Urbano em Ribeirão das Neves. Dados extraídos da Secretaria Municipal de Fazenda.

Neste contexto, constata-se que há diversos fatores a serem observados e, que devem ser levados em consideração, com bastante cuidado, antes de se apontar um possível culpado. Haja vista que, todos os problemas de cunho social citados no trabalho trouxeram consigo uma herança histórica de presídios e maus gestores públicos.

A construção do mapa de Vulnerabilidade Sócio-Juvenil Censo - 2000 para o município de Ribeirão das Neves têm o intuito de ser disponibilizado para as autoridades locais para análise e provocar outros debates. São indícios para a identificação e um tratamento da informação espacial mais apurada.

Os resultados mostrados indicam que há áreas de vulnerabilidade no município que estão de um lado ligadas à recente e desordenada ocupação do espaço urbano e de outro a situações econômicas adversas, onde, fatores relacionados à condição de vida da população estão mais presentes. Outro ponto importante encontrado foi o aparecimento das áreas de ocupações mais antigas apontarem melhores índices do que as áreas de ocupações mais recentes. Um exemplo do bairro Florença (índice razoáveis) e do Fazenda Castro, mais conhecido como Metropolitano (índices muito críticos), todos na regional Veneza e muito próximos.

Ribeirão das Neves possui uma mão de obra trabalhadora com um potencial esplêndido que, em sua grande maioria, serve para impulsionar cada vez mais a economia de outros municípios e, que estabelecem uma lógica do eixo econômico metropolitano.

Espera-se que este trabalho possa contribuir provocar uma discussão na releitura das políticas públicas de inclusão social que existem nos municípios da RMBH. Acredita-se que o papel do governo municipal é de extrema importância na efetivação dos programas do governo federal. O simples repasse da verba do bolsa família ou da promoção de programas de esporte são um dos exemplos da preocupação e tratamento que existem das outras esferas do governo. Contudo, os municípios da periferia devem criar iniciativas que ultrapassem os limites dos recursos governamentais. A cultura dos jovens e seu desenvolvimento ficam a mercê dos trabalhos envolvidos nestes programas e enquanto estão estudando. Os trabalhos promovidos pelas instituições públicas são em muitos casos a única opção de lazer que os jovens têm em sua região. Se um jovem não tem condições de pagar o transporte para ir até Belo Horizonte ou Contagem para participar de alguma atividade de cunho cultural, ficará então, restrito o que sua região e seu bairro terão para oferecer. As opções são reuniões de amigos em bares, casas, cultos, missas, jogo de futebol nos campos de várzea ou visita à *Lan*

House. Existem ainda, alguns casos de envolvimento de jovens com alcoolismo e drogas, resultado de não estarem mais inclusos na escola e não terem muito o que fazer.

É nesse viés que, torna importante tal análise e que as discussões sob a ótica dessas problematizações façam valer a busca por boas alternativas que promovam o desenvolvimento sadio e seguro da juventude que vive na periferia. A força motriz de uma sociedade e sua aposta estão na juventude e, trabalhar a condição juvenil e suas situações de vulnerabilidade social em seu desenvolvimento é um investimento, que, retornará satisfatoriamente para um melhor desenvolvimento de qualquer organização social e neste caso específico, torna-se indispensável para melhorar as condições de vida dos cidadãos de Ribeirão das Neves, sobretudo os sujeitos jovens, os mais atingidos.

REFERÊNCIAS

- BABBIE, Earl R. **Survey Research Methods**, California: Wadsworth Publishing Company, Inc 1973.
- BORGES, Luciana Suckow. **Mapa da pobreza urbana de São José dos Campos / SP** – 2000, p.3-11, 2004. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu, MG, Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_575.pdf> Acesso em: 19 de set. 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BROOKFIELD, H. Environmental damage: distinguishing human from geophysical causes. **Environmental hazards: Human and Policy Dimensions**. v.1, n.1, p. 3-11, jun. 1999.
- BRONZO, Carla L. Carneiro. **Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) - Faculdade Filosofia Ciências Humanas – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
- BRITO, F. SOUZA, J. Expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização, nos anos 80 e 91. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 13, 2008, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar - UFMG, 2008. v. único. p. 1-17.
- CARLOS, A. F. A. . O Direito à Cidade e a Construção da Metageografia. **Cidades (Presidente Prudente)**, v. 2, p. 221-247, 2005.
- CASTEL, Robert. “As armadilhas da Exclusão”. In: BÓGUS, Lucia; et. al. **Desigualdade social e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA, J. M. P. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 343-347, 2004.

DINIZ, Eli ; BOSCHI, Renato . Estabilização e Reformas Econômicas no Brasil: A Visão das Elites Empresariais e Sindicais. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, p. 105-125, 1997.

DUBET, F. *La galère, jeunes en survie*, Paris, Fayard, 1987, 503 p.

FERNANDES, D. M.; COELHO, Anderson B. Revisitando o conceito de vulnerabilidade social. In: Vânia Noronha. (Org.). **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social**: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais. 1a. ed. Belo Horizonte: Editora, 2009. v. p. 30-34.

HOGAN, Daniel J; MARANDOLA JR, Eduardo; Vulnerabilidades e riscos: entre Geografia e Demografia. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, 2005.

HOGAN, Daniel J; MARANDOLA JR, Eduardo; Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p. 23-50.

HOPENHAYN, M. A cidadania vulnerabilizada na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, ABEP, v.19, n.2, p.5- 18, jul./dez.2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - **Banco de Dados do Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/censo2000_migracao.pdf> Acesso em: 09 mar. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA - **Juventude e Políticas Sociais do Brasil** – Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1335.pdf > Acesso em: 09 mar. 2010

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA – IPEA – **Dados sobre a economia da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/DesigualdadeRenda.pdf>> Acesso em 18 jul. 2010.

INSTITUTO VER. **Diagnóstico de Ribeirão das Neves** – Belo Horizonte: [s.n.], 2007. p. 96.

KAZTMAN, Rubén. (coord.) **Activos y estructuras de oportunidades**. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay. Montevideo: Oficina del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Oficina de la CEPAL en Montevideo, LC/MVD/R, 1999. [n. 180]

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos Cebrap**, n.63, p. 9-30, jul., 2002.

MARTINE, George. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: NADALIN, S.O.; BALHANA, A.P.; MARCÍLIO, M.L. (Org.). **História e população da América Latina**. São Paulo : Fundação SEADE, 1990. p.16-26.

NEVES, F. L. Juventude e vulnerabilidade social. São Paulo: **Revista Plural**, 2005.

OLIVEIRA, Luciano. "Os Excluídos Existem: Notas sobre a Elaboração de um Conceito". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, 1997, pp. 49-62.

LEPORACE, Márcia M. **Construção de indicadores sociopopulacionais**. Fundo de População das Nações Unidas – FNUAP, Brasília – 2001.

RIBEIRÃO DAS NEVES – Arquivo histórico do município de Ribeirão das Neves. Disponível em <http://www.neves.mg.gov.br>. Acesso em 08 out. 2009.

RIGOTTI, J.I.R; VASCONCELLOS, I.R.P. As migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte no limiar do Século XXI. In MENDONÇA, Jupira Gomes e GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). **População, Espaço e Gestão na metrópole**: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. p.43-71.

RODRÍGUEZ, Jorge. **Vulnerabilidad demográfica**: una faceta de las desventajas sociales. Santiago del Chile: CEPAL, 2000.

SILVER, Hillary. "Reconceptualizing social disadvantage: three paradigms of social exclusion". In ROGERS, Garry; GORE, Charles; FIGUEIREDO, José, Orgs. **Social exclusion: rethoric, reality, responses**. Genebra, International Institute for Labor Studies, 1995.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS - DATASUS – Dados do Censo 2000. Disponível: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popmg.def>>, acesso em 28 jul. 2010.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora UnB, 2000.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SOUZA, J. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte**: o caso específico do município de Ribeirão das Neves, Tese de Doutorado - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, p. 21-173, 20.

STEWART, E. Exploring the vulnerability of asylum seekers in the UK. **Population, Space and Place**, USA, v.11, n.6, p.499-512, 2005.

SUZIGAN, W. . Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 4, p. 5-16, 1988.

ANEXOS

ANEXO A – LISTA DE BAIRROS DE RIBEIRÃO DAS NEVES

ANEXO B – PIRÂMIDE ETÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES ANO 2000 E 2009.

ANEXO C – MAPA DOS BAIRROS DE RIBEIRÃO DAS NEVES

ANEXO A – LISTA DE BAIRROS DE RIBEIRÃO DAS NEVES

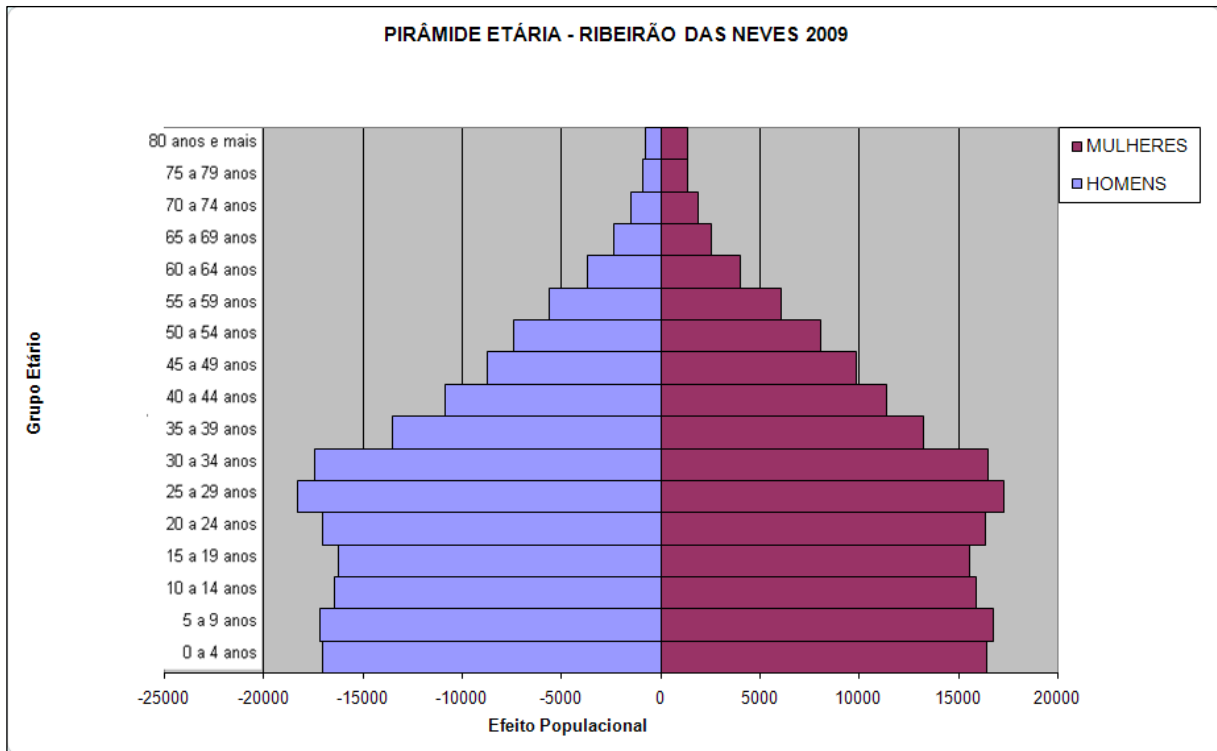
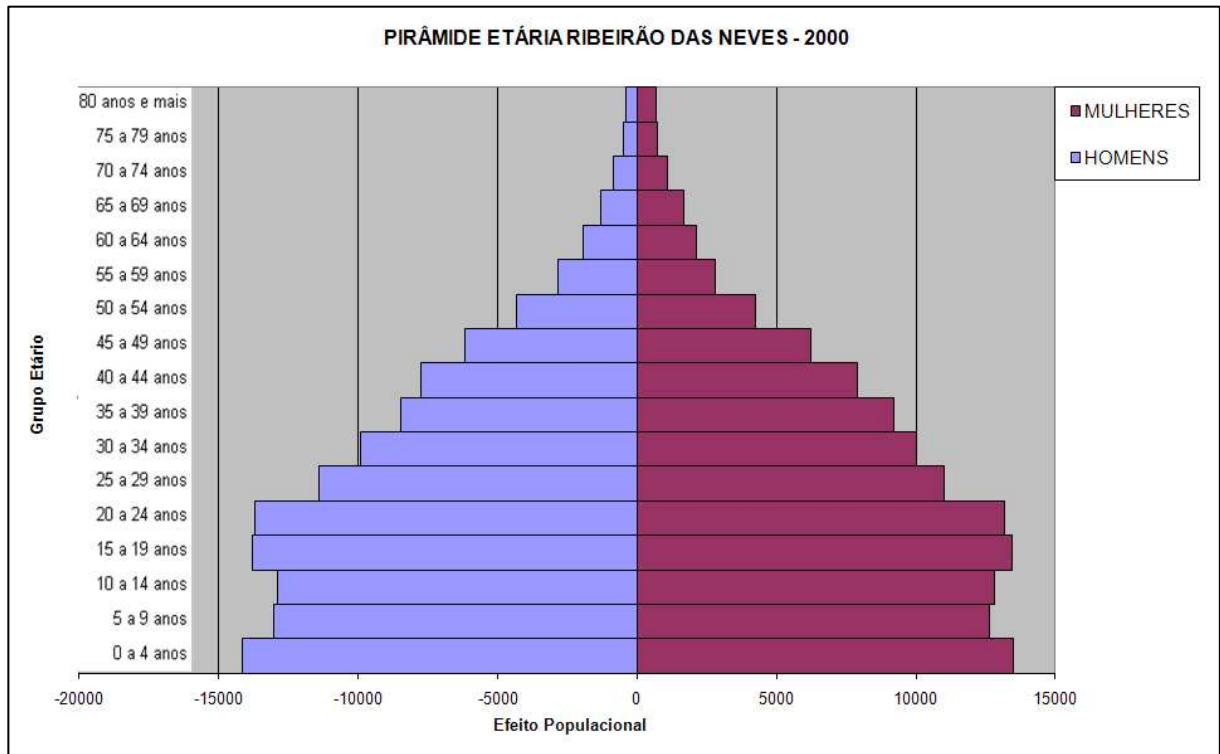
Cadastro dos Parcelamentos Aprovados no Município de Ribeirão das Neves							
Parcelamento		Áreas (m ²)			Aprovação		
Nº	Bairro	Equip.	Verde	Preserv. Perman.	Sedru	Prefeitura	Decreto
1	ADRIANA					21.05.1974	
2	ALICANTE	5.442,00	7.513,00	6.958,00	09.12.1997	14.08.1998	
3	ALTEROSA	15.223,12	174.818,92		30.05.2001	04.06.2001	
4	ATALAIA					04.08.1971	
5	BARCELONA	27.091,08	52.648,37	18.001,00	26.12.1996	06.03.1997	008/1997
6	BELO VALE	23.295,63	15.193,75		22.07.1992	18.05.1993	35/1993
7	BELVEDERE	13.526,35	69.561,35		31.05.2001	25.06.2001	214/2001
	BELVEDERE (DESDOBRO)					27.10.2003	080/2003
8	BOA VISTA					08.06.1978	
9	BOM SOSSEGO					03.01.1977	
10	BOTAFOGO 1º SEÇÃO	640,00				20.03.1953	
11	BOTAFOGO 2º SEÇÃO					20.03.1953	
12	CAMPOS SILVERA	22.975,00	45.950,00		30.04.1998	08.05.1998	
13	CANOAS	7.658,75	7.658,75		29.06.2001	20.12.2001	
14	CENTRO COMERCIAL DE JUST.					30.10.1978	
15	CÉU ANIL	21.411,78	13.818,82	3.303,00	18.08.1981	24.08.1978	
16	CÉU ANIL 2ª SEÇÃO	1.139,99	2.786,73		11.06.2003	08.02.2006	015/2006
17	CHACARAS DO BAÚ		40.512,00			24.05.1979	
18	CHACARAS BOM RETIRO					01.10.1963	
19	CIDADE NEVIANA	8.570,00	63.570,00			07.06.1979	
20	CONJ. HAB. NOVA PAMPULHA	63.500,69	74.772,30			13.10.1977	
21	CONJUNTO HENRIQUE SAPORI	8.931,61	85.741,00			14.08.1986	
22	CRISTAIS	1.675,00	3.312,90		11.03.1999	23.03.1999	
23	CRUZEIRO	5.912,81	11.825,62		27.05.1994	18.07.1994	
24	DONA CLARA	1.973,73	2.820,54	16.934,91	12.01.2000	16.02.1998	
25	DONA CLARICE	3.781,00	7.583,00		02.12.1993	19.03.1997	
26	ELIANE	720,00	1.689,00			28.07.1976	
27	ELIZABETH		250,00			15.07.1976	
28	ESPERANÇA	430,00	20.400,00		28.07.1982	02.12.1977	
29	EVERESTE	9.405,82	14.369,25	46.371,02	02.04.1998	21.05.1998	
30	FAZENDA CASTRO	80.213,28	106.718,86	32.860,66	20.04.1998	19.06.1998	
31	FELIXLÂNDIA	2.520,00				30.07.1974	
32	FLAMENGO	240,00				02.12.1977	
33	FLORENÇA 1ª SEÇÃO	220.160,00	329.195,00		29.04.1981	05.05.1981	
34	FLORENÇA 2ª SEÇÃO	4.100,13	8.273,34		19.12.1996	27.12.1997	
35	FORTALEZA	2.760,00				19.12.1975	
36	FRANCISCADRIÂNGELA	19.868,02	111.868,02		05.05.1997	27.05.1997	

37	GIRASSOL	35.372,00	87.537,00		17.07.1998	29.07.1998	061/1998
	GIRASSOL (RETIFICAÇÃO)	36.356,78	81.390,50		24.09.2004	18.11.2004	060/2004
38	GRANJAS PRIMAVERA					02.08.1977	
39	GUADALAJARA	148,00				30.12.1970	
40	HAWAI					08.06.1976	
41	IOLANDA	4.582,27	13.946,00		03.08.1998	10.09.1998	
42	ITAPOÃ	3.402,05	6.795,50		20.01.1998	22.01.1998	
43	JARDIM ALVORADA		4.446,00			18.09.1973	
44	JARDIM COLONIAL	171.052,00	134.595,00	326.361,00		24.10.1994	
45	JARDIM DE ALÁ 1ª SEÇÃO	4.000,00				31.12.1964	
46	JARDIM DE ALÁ 2ª SEÇÃO					06.12.1976	
47	JARDIM DE ALÁ 3ª SEÇÃO					05.12.1976	
48	JARDIM FLORÊNCIA	1.760,00				22.05.1950	
49	JARDIM PRIMAVERA 1ª SEÇÃO	4.731,92	9.831,68		18.10.1994	03.04.1995	14/1995
50	JARDIM PRIMAVERA 2ª SEÇÃO	4.727,74	12.564,95		07.02.1997	10.06.1997	
51	JARDIM PRIMAVERA 3ª SEÇÃO	1.693,30	3.386,60		12.01.1998	21.01.1998	
52	JARDIM SÃO JUDAS TADEU	30.672,59	43.662,87		19.12.1996	23.12.1996	046/1996
53	JARDIM VERONA	54.232,05	147.118,99	240.886,61	21.10.1998	12.05.1999	
54	JOSÉ MARIA DA COSTA		1.897,07		13.03.1985	18.05.1985	
55	KÁTIA 1ª SEÇÃO		2.975,00			14.05.1976	
56	KÁTIA 2ª SEÇÃO	1.980,00	5.520,00			30.03.1978	
57	KÁTIA 3ª SEÇÃO		5.761,00			08.11.1979	
58	LABANCA	210,00	850,00			09.06.1978	
59	LAGOA					25.10.1965	
60	LANDI 1ª SEÇÃO	3.700,00				17.09.1973	
61	LANDI 2ª SEÇÃO					24.11.1975	
62	LAREDO					24.07.1970	
63	LIDICI					13.04.1948	
64	LUANA	6.873,50	13.610,00	606,00	10.08.1999	03.09.1999	52/1999
65	LUAR DA PAMPULHA 1ª SEÇÃO	625,00				17.09.1973	
66	LUAR DA PAMPULHA 2ª SEÇÃO					04.09.1974	
67	LUAR DA PAMPULHA 3ª SEÇÃO					17.06.1977	
68	MARACANÃ 1ª SEÇÃO					02.06.1972	
69	MARACANÃ 2ª SEÇÃO	898,00				12.07.1976	
70	MARIA HELENA					30.11.1975	
71	MENEZES	11.280,00	56.709,00			04.11.1976	
72	MONTE VERDE	13.494,81	20.399,98	39.388,39	27.12.1996	13.02.1997	
73	NAPOLI	13.848,00	26.570,00		30.04.1999	18.05.1999	
74	N. SRA. DA CONCEIÇÃO	1.100,00	6.881,01		14.10.1983	01.11.1983	
75	N. SRA. DA PIEDADE					20.06.1977	
76	N. SRA. DAS NEVES					05.01.1958	
77	SRA. DE SANTANA 1ª SEÇÃO	3.600,00				14.04.1977	
78	N. SRA. DE SANTANA 2ª SEÇÃO	8.326,00	32.051,00		22.09.1997	17.02.1998	
79	NOVA UNIÃO	7.333,46	22.576,39		27.05.1998	07.07.1998	58/1998
80	NOVO LAREDO					18.03.1981	
81	PARAÍSO DAS PIABAS	7.435,00		14.688,00	13.10.1983	01.11.1983	
82	PEDRA BRANCA	26.956,00				18.07.1977	
83	PENHA				28.03.1985	20.01.1953	
84	PORTO SEGURO	68.102,13	245.542,92		28.03.1985	30.07.1999	
85	QUINTAS DO LAGO		29.440,00			28.01.1977	

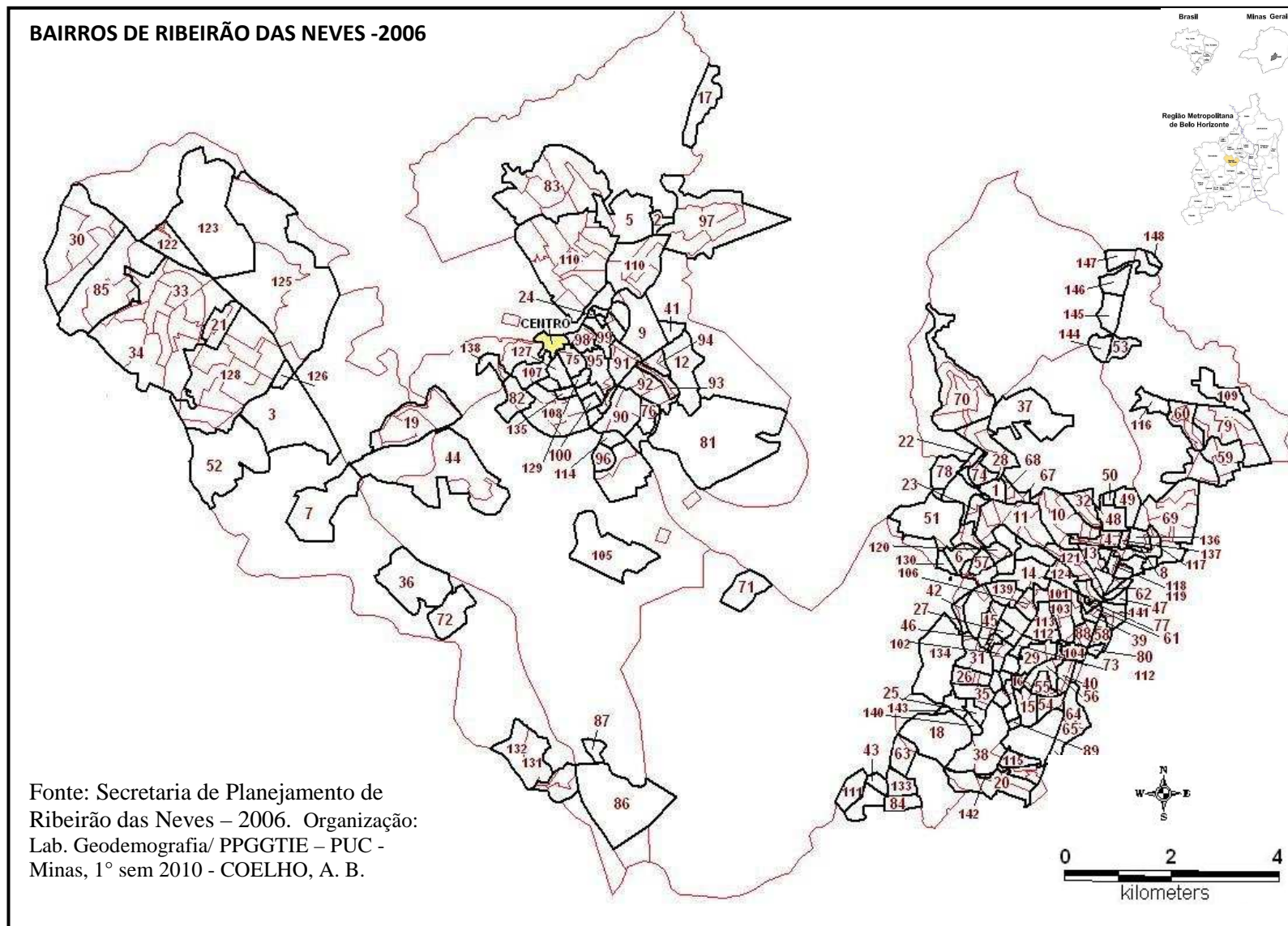
86	RACHEL					06.09.1971	
87	ROSANA 1ª SEÇÃO	1.050,00	1.224,00			01.10.1976	
88	ROSANA 2ª SEÇÃO		1.448,80			10.12.1976	
89	ROSANEVES	161.173,28	158.948,00		17.03.1986	16.04.1986	
90	ROSIMAIRE	3.700,00				14.03.1974	
91	SAN GENARO	62.350,00	32.421,00	124.700,00		07.04.1988	
92	SAN MARINO	45.863,82	128.543,78		30.08.1999	15.09.1999	057/1999
93	SAN REMO	5.454,18	11.537,70		13.12.1998	10.12.1998	
94	SANTA FÉ					25.09.1972	
95	SANTA ISABEL		1.090,00			23.07.1976	
96	SANTA MARGARIDA 1ª SEÇÃO	7.750,00	3.442,00			03.08.1978	
97	SANTA MARGARIDA 2ª SEÇÃO		915,00			29.11.1979	
98	SANTA MARTA		37.710,00	22.520,00		05.01.1971	
99	SANTA MARTINHA 1ª SEÇÃO	21.296,00	21.296,00			21.03.1975	
100	SANTA MARTINHA 2ª SEÇÃO	14.305,00	28.600,00			11.08.1975	
101	SANTA MARTINHA 3ª SEÇÃO	12.181,00				12.06.1980	
102	SANTA MARTINHA 4ª SEÇÃO					12.06.1980	
103	SANTA MATILDE	13.715,00	17.154,50		08.05.1981	30.11.1979	
104	SANTA PAULA	19.825,00				31.05.1974	
105	SANTINHO		87.163,27			24.08.1978	
106	SANTO ANTÔNIO					17.03.1954	
107	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	8.900,00	85.080,00		23.10.1992	20.11.1992	
108	SÃO GERALDO					08.07.1955	
109	SÃO JANUARIO	1.320,00				09.02.1954	
110	SÃO JOÃO DE DEUS			250.000,00		21.11.1977	
111	SÃO JOSÉ 1ª SEÇÃO					19.03.1974	
112	SÃO JOSÉ 2ª SEÇÃO	2.140,00	9.000,00			04.10.1976	
113	SÃO LUIZ	30.333,33	64.621,17		10.07.1997	30.09.1997	
114	SÃO MIGUEL ARCANJO					12.07.1972	
115	SÃO PEDRO					28.11.1968	
116	SAVASSI	15.340,00	7.340,00			12.03.1979	
117	SEVERINA	16.093,13	32.015,20		25.11.1996	18.12.1996	
118	SEVILHA	5.842,60				24.08.1978	
119	SOARES	8.198,20	17.841,50		10.12.1996	19.12.1996	044/1996
120	SÔNIA 1ª SEÇÃO					17.09.1973	
121	SÔNIA 2ª SEÇÃO					05.06.1976	
122	STATUS	2.179,74	6.025,88		14.08.1980	20.04.1978	
123	TANCREDO NEVES	1.440,00				09.01.1979	
124	TÂNIA	1.620,00				13.03.1980	
125	TOCANTINS	7.685,45	16.028,13		14.09.1998	28.10.1998	075/1998
126	TONY 1ª SEÇÃO	2.470,00				17.09.1973	
127	TONY 2ª SEÇÃO					22.09.1978	
128	TONY 3ª SEÇÃO				05.01.1994	21.01.1994	
129	TROPICAL					11.07.1972	
130	URCA	39.950,00				30.08.1952	
131	VALE DA PRATA					12.06.1975	
132	VALE DAS ACÁCIAS	166.146,00	225.144,00		06.11.1980	09.09.1980	
133	VALE DAS CEREJEIRAS	4.989,70				13.07.1976	
134	VALE DO OURO	1.356,00	152.500,00			23.06.1976	
135	VALE VERDE					11.07.1975	

136	VÁRZEA ALEGRE					28.03.1962	
137	VENEZA	57.561,00	220.799,00			06.04.1978	
138	VERA LUCIA		1.010,00			22.07.1976	
139	VEREDA 1° SC	23.295,63	39.567,51		27.12.1996	17.06.1997	
140	VEREDA 2° SC	9.158,57	18.800,10	7.091,03	22.12.1999	24.02.2000	012/2000
141	VERÔNICA	6.536,00	13.153,00		16.12.1997	03.02.1998	
142	VIENA	30.549,29	56.761,38		19.07.2000	27.07.2000	054/2000
143	VILA APARECIDA					20.01.1963	
144	VILA DELMA					17.09.1973	
145	VILA FLUMINENSE				23.08.1994	26.09.1994	
146	VILA MARIANA					02.02.1959	
147	VILA N. SRA. DE FÁTIMA	243,00				30.10.1953	
148	VILA PAPINE					02.12.1971	
149	VILA REAL					12.07.1976	
150	VILA STA. BRANCA					28.10.1961	
151	VILA TERESÓPOLIS					23.07.1973	
152	VILAGE DOS CHALES				30.10.1986	11.11.1986	

ANEXO B – PIRÂMIDE ETÁRIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES ANO 2000 E 2009.



ANEXO C



LEGENDA

1	ADRIANA	31	FELIXLÂNDIA	61	LAREDO	92	SANTA MARTINHA 2ª SEÇÃO	123	VALE DAS ACÁCIAS
2	ALICANTE	32	FLAMENGO	62	LIDICI	93	SANTA MARTINHA 3ª SEÇÃO	124	VALE DAS CEREJEIRAS
3	ALTEROSA	33	FLORENÇA 1ª SEÇÃO	63	LUANA	94	SANTA MARTINHA 4ª SEÇÃO	125	VALE DO OURO
4	ATALAIA	34	FLORENÇA 2ª SEÇÃO	64	LUAR DA PAMPULHA 1ª SEÇÃO	95	SANTA MATILDE	126	VALE VERDE
5	BARCELONA	35	FORTALEZA	65	LUAR DA PAMPULHA 2ª SEÇÃO	96	SANTA PAULA	127	VÁRZEA ALEGRE
6	BELO VALE	36	FRANCISCADRIÂNGELA	66	LUAR DA PAMPULHA 3ª SEÇÃO	97	SANTINHO	128	VENEZA
7	BELVEDERE	37	GIRASSOL	67	MARACANÃ 1ª SEÇÃO	98	SANTO ANTÔNIO	129	TÂNIA
	BELVEDERE (DESDOBRO)		GIRASSOL (RETIFICAÇÃO)	68	MARACANÃ 2ª SEÇÃO	99	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	130	VERA LUCIA
8	BOA VISTA	38	GRANJAS PRIMAVERA	69	MARIA HELENA	100	SÃO GERALDO	131	VEREDA 1ª SC
9	BOM SOSSEGO	39	GUADALAJARA	70	MENEZES	101	SÃO JANUARIO	132	VEREDA 2ª SC
10	BOTAFOGO 1ª SEÇÃO	40	HAWAI	71	MONTE VERDE	102	SÃO JOÃO DE DEUS	133	VERÔNICA
11	BOTAFOGO 2ª SEÇÃO	41	IOLANDA	72	NAPOLI	103	SÃO JOSÉ 1ª SEÇÃO	134	VIENA
12	CAMPOS SILVERA	42	ITAPOÃ	73	N. SRA. DA CONCEIÇÃO	104	SÃO JOSÉ 2ª SEÇÃO	135	VILA APARECIDA
13	CANOAS	43	JARDIM ALVORADA	74	N. SRA. DA PIEDADE	105	SÃO LUIZ	136	VILA DELMA
14	CENTRO COMERCIAL DE JUST.	44	JARDIM COLONIAL	75	N. SRA. DAS NEVES	106	SÃO MIGUEL ARCANJO	137	VILA FLUMINENSE
15	CÉU ANIL	45	JARDIM DE ALÁ 1ª SEÇÃO	76	NOVA UNIÃO	107	SÃO PEDRO	138	VILA MARIANA
16	CÉU ANIL 2ª SEÇÃO	46	JARDIM DE ALÁ 2ª SEÇÃO	77	NOVO LAREDO	108	SAVASSI	139	VILA PAPINE
17	CHACARAS DO BAÚ	47	JARDIM FLORÊNCIA	78	PARAÍSO DAS PIABAS	109	SEVERINA	140	VILA REAL
18	CHACARAS BOM RETIRO	48	JARDIM PRIMAVERA 1ª SEÇÃO	79	PEDRA BRANCA	110	SEVILHA	141	VILA STA. BRANCA
19	CIDADE NEVIANA	49	JARDIM PRIMAVERA 2ª SEÇÃO	80	PENHA	111	SOARES	142	VILA TERESÓPOLIS
20	CONJ. HAB. NOVA PAMPULHA	50	JARDIM PRIMAVERA 3ª SEÇÃO	81	PORTO SEGURO	112	SÔNIA 1ª SEÇÃO	143	VILAGE DOS CHALES
21	CONJUNTO HENRIQUE SAPORI	51	JARDIM SÃO JUDAS TADEU	82	QUINTAS DO LAGO	113	SÔNIA 2ª SEÇÃO	144	AREIAS
22	CRISTAIS	52	JARDIM VERONA	83	ROSANEVES	114	STATUS	145	SRA. DE SANTANA 1ª SEÇÃO
23	CRUZEIRO	53	JOSÉ MARIA DA COSTA	84	ROSIMAIRE	115	TANCREDO NEVES	146	N. SRA. DE SANTANA 2ª SEÇÃO
24	DONA CLARA	54	KÁTIA 1ª SEÇÃO	85	SAN GENARO	116	TOCANTINS	147	SANTA MARGARIDA 1ª SEÇÃO
25	DONA CLARICE	55	KÁTIA 2ª SEÇÃO	86	SAN MARINO	117	TONY 1ª SEÇÃO	148	SANTA MARGARIDA 2ª SEÇÃO
26	ELIANE	56	KÁTIA 3ª SEÇÃO	87	SAN REMO	118	TONY 2ª SEÇÃO		
27	ELIZABETH	57	LABANCA	88	SANTA FÉ	119	TONY 3ª SEÇÃO		
28	ESPERANÇA	58	LAGOA	89	SANTA ISABEL	120	TROPICAL		
29	EVERESTE	59	LANDI 1ª SEÇÃO	90	SANTA MARTA	121	URCA		
30	FAZENDA CASTRO	60	LANDI 2ª SEÇÃO	91	SANTA MARTINHA 1ª SEÇÃO	122	VALE DA PRATA		